



CHRISTIANE EVELYN TEIXEIRA LEONCY

**MULHERES NA EJA: QUESTÕES DE IDENTIDADE E
GÊNERO**

**Campinas
2013**



UNICAMP

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

CHRISTIANE EVELYN TEIXEIRA LEONCY

**MULHERES NA EJA: QUESTÕES DE IDENTIDADE E
GÊNERO**

Orientadora: Débora Cristina Jeffrey

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestra em Educação, na área de concentração de Políticas, Administração e Sistemas Educacionais.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA CHRISTIANE EVELYN TEIXEIRA LEONCY E ORIENTADA PELA PROFA.DRA. DÉBORA CRISTINA JEFFREY

Assinatura da Orientadora

CAMPINAS
2013

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

L553m Leoncy, Christiane Evelyn Teixeira, 1979-
Mulheres na EJA : questões de identidade e gênero / Christiane Evelyn
Teixeira Leoncy. – Campinas, SP : [s.n.], 2013.

Orientador: Débora Cristina Jeffrey.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de
Educação.

1. Educação de Jovens e Adultos. 2. História Oral. 3. Gênero. 4. Identidade. I.
Jeffrey, Débora Cristina, 1977-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade
de Educação. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Women from Young and Adults Education : identity and gender issues

Palavras-chave em inglês:

Young and Adults Education

Oral History

Gender

Identity

Área de concentração: Políticas, Administração e Sistemas Educacionais

Titulação: Mestra em Educação

Banca examinadora:

Débora Cristina Jeffrey [Orientador]

Áurea Maria Guimarães

Niminon Suzel Pinheiro

Data de defesa: 05-08-2013

Programa de Pós-Graduação: Educação

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

MULHERES NA EJA: QUESTÕES DE IDENTIDADE E GÊNERO

Autora : Christiane Evelyn Teixeira Leoney
Orientadora: Profa. Dra. Débora Cristina Jeffrey

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida por Christiane Evelyn Teixeira Leoney e aprovada pela Comissão Julgadora

Data: 05/08/2013.

Assinatura:



Orientadora

COMISSÃO JULGADORA:

Áurea M. Guimarães

2013

AGRADECIMENTOS

Ao meu marido Cláudio, meu parceiro no amor e na vida, pela cumplicidade, amizade e afeto de todos esses anos, mas, acima de tudo, pela paciência que o fez suportar meu nervosismo e minhas ausências ao longo deste projeto.

Aos meus pais Paulinho e Ednéa e minhas irmãs Danielle e Dayana, que mesmo estando longe nunca deixaram de acreditar na minha capacidade ou de torcer por mim.

À Débora Jeffrey, pela serenidade e sabedoria com que conduziu suas orientações à minha pesquisa.

Às professoras Áurea Guimarães e Sônia Giubilei pelas preciosas contribuições ao meu trabalho e pela participação em minha banca examinadora de qualificação.

Aos colegas da Unicamp Fábio, Cris, Sandra, Polyana, Andréa, Nima, Carlão e outros que tantas vezes me ajudaram e compartilharam as angústias, alegrias e desafios desta jornada.

Às mulheres da EJA que aceitaram me ajudar nesta pesquisa, disponibilizando seu tempo, abrindo seu coração e expondo suas vidas, para que, de algum modo, toda e qualquer mulher pudesse ser ouvida a partir de suas vozes.

DEDICATÓRIA

A todas aquelas que em algum lugar, por algum motivo, não podem se fazer ouvir, àquelas que são violentadas, desrespeitadas, oprimidas e àquelas que, apesar de tudo, seguem em frente, enfrentando a vida com coragem, alegria e verdade.

LEONCY, Christiane. *Mulheres na EJA: questões de identidade e gênero*. (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

RESUMO

Este trabalho se propõe a discutir as questões de gênero e identidade presentes nas narrativas das histórias de vida de mulheres que frequentaram o Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em uma escola pública da periferia do município de Hortolândia, SP. Utilizando-se a metodologia da história oral, foram feitas entrevistas que procuraram perpassar temas peculiares ao universo feminino no tocante à educação desse público, de modo a investigarmos como a escola influenciou as mulheres-sujeitos da pesquisa, de que forma suas relações sociais e afetivas dentro da escola interferiram na construção de suas identidades e as implicações das determinações sociais de gênero em sua busca por instrução. Ao analisar a trajetória de vida destas mulheres, esta pesquisa pretende entender qual o valor atribuído à educação por essas alunas e como ou se ela representou ou representa alguma mudança para as educandas naquilo que se refere aos papéis sociais tradicionalmente impostos às mulheres, que se refletem em alguns dos obstáculos enfrentados por elas cotidianamente.

Palavras-chave: História oral, Educação de Jovens e Adultos, Gênero, Identidade

LEONCY, Christiane. *Women at EJA: identity and gender issues*. (Masters degree in Education) – State University of Campinas, Campinas, 2013.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the issues of gender and identity present in the narratives of life stories of women who attended the elementary school of Education for Youth and Adults in a public school on the outskirts of the city of Hortolândia, São Paulo, SP.

Using the methodology of oral history, interviews were made trying to reach specific issues found in the feminine universe in relation to their education and in order to investigate how the school influenced the women from these research. Moreover to identify how their social and emotional relationships inside the school interfered with the construction of their identities and what caused them socially to search for education. By analyzing the trajectory of these women's lives, this research aims to understand what was the value assigned to education from these students and how or if they represented any change to all of the students regarding to the traditional social role imposed on women, which are reflected in some of the obstacles they face daily.

Key-words: Oral History, Young and Adults Education, Gender, Identity

SUMÁRIO

Agradecimentos	vii
Dedicatória	ix
Resumo	xi
Abstract	xiii
Sumário	xv
Lista de Abreviaturas e Siglas	xix
Memorial	xxi
INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO I - GÊNERO, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES.....	07
1.1 - A construção histórica do papel da mulher brasileira e os movimentos feministas	07
1.2 - O Debate sobre Gênero e as Políticas Públicas para Mulheres	13
1.3 - As Relações de Gênero na Escola e as Políticas Educacionais de Gênero	17
CAPÍTULO II - AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, A EJA EM HORTOLÂNDIA E SEUS SUJEITOS	21
2.1 - As políticas públicas de EJA no Brasil e o contexto internacional	21
2.2 - O município de Hortolândia e as Políticas Públicas para a EJA.....	27
2.3 - As mulheres como sujeitos na Educação de Jovens e Adultos.....	31
CAPÍTULO III - A HISTÓRIA ORAL E SUAS POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS.....	35
3.1 - História Oral: conceito polissêmico	35
3.2 - O surgimento da História Oral.....	39
3.3 - A História Oral, os Estudos Feministas e as Identidades Plurais.....	40
3.4 - História Oral, Identidade e Memória	43

3.5 - A Metodologia da História Oral	46
CAPÍTULO IV - MULHERES NA EJA: QUESTÕES DE IDENTIDADE E GÊNERO.....	61
4.1 - As Histórias de muitas vidas – As entrevistas	61
– Silvana	61
– Maísa	81
– Carla	103
– Marcela	125
– Teresa	139
4.2 - Mulheres na EJA: questões de Identidade e Gênero	141
Considerações Finais	150
Referências Bibliográficas	152
Anexo I	160
Anexo II	161

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABHO – Associação Brasileira de História Oral

CEJA – Centro de Educação de Jovens e Adultos

CONFINTEA – Conferência Internacional para a Educação de Jovens e Adultos

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NEHO-USP – Núcleo de Estudos de História Oral da Universidade de São Paulo

NEV- USP – Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PRODESP – Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

Memorial

Tenho 34 anos e nasci na cidade do Rio de Janeiro. Mudei-me para Campinas em meados de 2006, em virtude da transferência de meu marido para uma unidade da empresa em que trabalha, no interior de São Paulo. Nessa mesma época, prestei concurso para professora de Língua Portuguesa para a prefeitura de Hortolândia, onde fui aprovada.

Fui convocada logo no início de 2007 e, para minha surpresa (pois o edital do concurso não era específico quanto ao turno ou público de trabalho), ao tomar posse de meu cargo, descobri que ministraria aulas para o segmento de jovens e adultos, então denominado EJA (Educação de Jovens e Adultos).

Embora lecionasse desde 2001 (comecei antes mesmo de me formar, em meados de 2002), nunca havia trabalhado com EJA antes, e, para mim, aquilo era um desafio.

Lembro-me até hoje da primeira vez em que vi a escola em que lecionaria, num “bairro de invasão”, na periferia da cidade de Hortolândia: as ruas em sua maioria sem asfalto, as casas por terminar (algumas delas sequer eram de alvenaria), muito lixo, pobreza e miséria. As crianças, os adultos, os animais, as bicicletas, as motos e os carros dividiam indistintamente os mesmos estreitos espaços daquilo que supostamente deveria ser uma avenida.

A EMEF Jardim Boa Esperança ficava quase no fim de uma pequena descida, bem no coração do bairro. De lá se podia ver o presídio e também todo um mar de casinhas muito simples que compunham aquele cenário caótico.

Eu, como carioca, acostumada a uma realidade de violência e crimes, fiquei bastante apreensiva com o que me aguardava, porém, quase na mesma medida de meus temores estava

a minha necessidade praticamente irresistível de experimentação, e, foi por essa razão que resolvi enfrentar aquela situação com a qual me deparava.

Lecionar para a EJA foi algo absolutamente surpreendente, e só quem trabalha ou trabalhou com esse segmento pode compreender isso – trata-se de um reaprendizado de tudo aquilo que um dia foi entendido como magistério. A maioria de nós, educadores, não é preparada para trabalhar com esse público. Mesmo eu, que fiz minha graduação na Universidade Federal do Rio de Janeiro, uma excelente universidade, não havia tido uma formação específica para lidar com a EJA.

Trabalhar com o adulto e, mais recentemente, com o jovem, que há anos encontra-se fora dos bancos escolares por inúmeras razões, é um desafio que exige paciência, conhecimento e acima de tudo afinidade com aqueles a quem se pretende educar. Não é fácil e tampouco simples, lidar com tanta diversidade dentro da sala de aula, especialmente, se isso se agrava devido às condições socioeconômicas precárias da maioria dos alunos.

Como me faltava a formação, fui tentando entender o que era a EJA e procurava perceber quais deveriam ser os meios para se educar naquele cenário peculiar. Desenvolvia pesquisas incipientes sozinha ou em parceria com colegas, tentava fazer levantamentos de dados, rodas de debates... Tudo para tentar compreender melhor aquele contexto que me envolvia profissional e pessoalmente.

Com o passar do tempo, fui construindo meu saber como educadora de adultos e jovens e criando laços tão fortes com a comunidade que muitos alunos e alunas sentiam-se encorajados a contar-me suas experiências pessoais. Essas histórias muitas vezes me comoviam, outras vezes me revoltavam e, dentro daquele caldeirão de dificuldades, preconceitos, violência, expectativas e descobertas as questões das mulheres tiveram um destaque especial para mim.

Os problemas enfrentados pela falta de apoio por parte dos companheiros e/ou pais, para que pudessem estudar, a violência doméstica, as dificuldades em administrar o trabalho, as questões do lar e o cuidado com filhos e o modo como isso afetava seu desempenho escolar, eram o tipo de coisa que me fazia pensar bastante.

Na minha ânsia em tentar entender aquelas alunas, mulheres, mães, filhas e esposas, aquela comunidade e tentar aprimorar meu trabalho, eu as escutava, tentando obter as respostas para as inúmeras perguntas que me assolavam. Aquelas mulheres que se encontravam naquele espaço pelos mais variados motivos e nas mais variadas condições, frequentemente procuravam-me para expor-me seus anseios, suas dúvidas, suas vidas.

A necessidade de um conhecimento maior para lidar com tudo aquilo se fazia cada vez mais imperativa e apenas a experiência da sala de aula e as pesquisas incipientes não eram mais o bastante. Assim, surge a ideia de uma pesquisa de verdade, aprofundada, teórica, analítica, onde eu pudesse, de fato, desenvolver um conhecimento capaz de ser útil não somente a minha prática, mas que também pudesse servir de instrumento de reflexão e análise à comunidade escolar e, quem sabe, ainda pudesse auxiliar aquelas mulheres, que tantas vezes e tantas vezes vieram me procurar. Desse pensamento, surgiu o projeto, hoje intitulado: “Mulheres na EJA: Questões de Identidade e Gênero”, com o qual espero contribuir não apenas para elaboração de políticas públicas de gênero, mas também para um novo modo de se pensar as mulheres que estão em sala de aula.

Introdução

A proposta desta pesquisa é fruto, em grande parte, das inquietações e questionamentos surgidos nesses quase sete anos em que leciono Língua Portuguesa na Educação de Jovens e Adultos. As situações enfrentadas pelas alunas de EJA cotidianamente merecem espaço de análise e reflexão, assim como a própria prática do docente de EJA. Desse modo, o objetivo deste trabalho é discutir as questões de gênero e construção da identidade presentes nas narrativas das histórias de vida de mulheres que concluíram o Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na EMEF Jardim Boa Esperança, no bairro Boa Esperança, periferia do município de Hortolândia, SP.

As mulheres-sujeitos da pesquisa tinham idade entre 20 e 40 anos, e cursavam o IV termo (equivalente à 8ª. série) do Ensino Fundamental da EJA na época em que foi realizada a pesquisa, possuíam situação conjugal diversa, todas tinham filhos e, dentre elas, havia trabalhadoras e donas de casa.

Utilizando-se da metodologia da História Oral, trabalhamos com a *História Oral de Vida* tomando como referência principal os preceitos do NEHO-USP (Núcleo de Estudos em História Oral da USP) cujo aporte é o trabalho do prof. Meihy¹ e dialogando também com outros nomes da História Oral, como Patai e Caldas, pretende-se investigar o papel que a EJA teve na construção das identidades das mulheres-sujeitos da pesquisa.

Sendo o gênero o elemento que constitui as relações sociais fundamentadas na percepção das diferenças entre os sexos, utilizar-se-á o gênero como categoria de análise

¹ Dentre os principais trabalhos do prof. Meihy no âmbito da História Oral podemos destacar: *História oral: como fazer, como pensar* (2007); *Manual de História Oral* (1996); *(Re)introduzindo história oral no Brasil* (1996); *Canto de Morte Kaiowá* (1991) entre outros.

(Scott, 1995), trazendo ao debate as relações de poder construídas socialmente entre os gêneros. Dessa forma, esta pesquisa procurará compreender qual o valor atribuído à educação pelas educandas, que mudanças essa busca por escolarização representa no tocante aos papéis sociais tradicionalmente impostos às mulheres que as colocam em uma condição de inferioridade e submissão, e que se refletem muitas vezes em alguns dos obstáculos enfrentados por essas alunas cotidianamente, tais como as situações de violência psicológica ou doméstica, por exemplo, deflagradas muitas vezes pela decisão do retorno à escola.

Ao analisar as trajetórias de vida destas mulheres, apresentamos uma reflexão crítica sobre a forma como as relações de gênero interferem em sua inserção e permanência na escola e como o retorno à vida escolar as afetou.

É a partir do conhecimento das histórias de vida de algumas dessas mulheres-alunas e de como as relações de gênero se dão em seu cotidiano, como estas as impactam e como a escolarização tem implicações na construção de suas identidades que este trabalho colabora para o desenvolvimento das Políticas Públicas no campo da Educação de Jovens e Adultos visando às especificidades da condição feminina.

O tema deste trabalho é fruto de uma profunda carência de estudos que examinem a Educação de Jovens e Adultos sob uma perspectiva de Gênero (Rosemberg, 2001). Apesar da importância do papel da mulher dentro do contexto social ser reconhecido, e ela ser considerada

“uma das prioridades-chaves para o desenvolvimento econômico sendo também responsável por influenciar de maneira positiva nos índices de matrícula, na assistência, na permanência e no rendimento escolar dos filhos, possibilitando diminuição nos índices de natalidade e contribuindo para

melhorar a nutrição e a saúde familiar, pois é à mãe que cabem os cuidados com a alimentação, a higiene e a saúde dos filhos e familiares” (NOGUEIRA, 2005:68).

As relações de desigualdade entre homens e mulheres perpetuam-se não apenas nas esferas educacionais, mas nas familiares, profissionais e sociais.

Existem pouquíssimos trabalhos que correlacionem os dois assuntos (EJA e gênero), por isso elaboramos uma pesquisa que contribua para a delineação do perfil da mulher aluna da EJA e possibilite avanços na área das políticas públicas educacionais nesse sentido. Ainda, segundo a observação de Nogueira:

“No Estado da Arte, realizado por Haddad et al (2000), foram listadas cerca de duas centenas de trabalhos de pós-graduação realizados entre 1986 e 1998. Nesse conjunto não se encontra nenhum trabalho que aborde a discussão da EJA numa perspectiva de gênero, principalmente se referindo à questão da educação básica ou da alfabetização de mulheres adultas. Exceção é o trabalho de Silva (1998), que analisa de que maneira as práticas de alfabetização contribuem para o *empoderamento* das alunas” (NOGUEIRA, 2005:73).

A escassez de estudos sobre as relações de gênero dentro da educação de mulheres jovens e adultas faz com que não haja ainda levantamentos suficientes sobre as barreiras sociais impostas ao sexo feminino que inviabilizam não só sua adesão à escola, como também sua permanência nesta. Essa lacuna só vem dificultar a implementação de políticas públicas que visem às especificidades das relações sociais de gênero. Logo, essa pesquisa espera poder contribuir para que as políticas educacionais possam finalmente lançar um olhar sobre a questão da educação da mulher jovem e da mulher adulta das camadas populares.

Embora a Educação já tenha sido mencionada como um meio de se promover o fortalecimento das mulheres², através da conscientização da condição feminina e de seu papel dentro da esfera social, na prática não há ainda reflexões sobre o assunto que levem à construção de uma consciência do gênero e dos limites que ele impõe às mulheres, especialmente.

Muitas vezes nem as próprias mulheres conseguem estabelecer o sentido exato de sua necessidade de escolarização, além disso, a falta de apoio familiar também contribui para dificultar a permanência dessas mulheres na escola.

“As relações de gênero se constroem no âmbito da cultura, do simbólico e das representações, e a escola é um dos lugares privilegiados para a (re)construção da cultura, dos valores, dos símbolos, “reproduzindo ou transformando as hierarquias, as deferentes importâncias atribuídas socialmente àquilo que é associado ao masculino e ao feminino” (CARVALHO, 1999: 9).

As mulheres são maioria na Educação de Jovens e Adultos (segundo dados do IBGE 2007, 53% das vagas da EJA eram ocupadas por mulheres) e no que diz respeito aos programas de educação voltados para elas, Rosemberg (1994) aponta duas questões bastante importantes: a primeira, no tocante aos limites sociais impostos à mulher, o que muitas vezes impossibilita ou dificulta, não apenas sua inserção, como sua permanência na escola e a segunda diz respeito à falta de percepção das especificidades demandadas pelas mulheres que frequentam a EJA por parte dos poderes públicos e das organizações civis.

A metodologia usada nesta pesquisa será a da História Oral, cujo objetivo será o de mostrar através da história oral de vida de mulheres que voltaram a estudar e que estão concluindo a 8ª série do Ensino Fundamental, as questões inerentes à condição feminina e que merecem um olhar mais atento dos poderes públicos.

² Conferência Preparatória para a V CONFINTEA, 1997.

A dissertação aqui apresentada está estruturada em quatro capítulos que pretendem examinar a base teórica tomada como referência para esta pesquisa e o processo de trabalho que levou às análises das narrativas que compõem o projeto.

No capítulo I, demonstramos como o papel da mulher brasileira foi construído ao longo da história e como a identidade dessa mulher foi sendo moldada com o passar do tempo. A trajetória dos movimentos de mulheres e feministas também aparece neste capítulo, assim como aquilo que entendemos como conceito de gênero. No final deste primeiro capítulo colocamos a questão da educação feminina e das políticas públicas para mulheres e o entendimento dos governos acerca das questões femininas.

O capítulo II expõe a questão da Educação de Jovens e Adultos e as políticas públicas que abordam esse segmento educacional. Nesse capítulo apresentamos um pouco da história da cidade de Hortolândia e do bairro Boa Esperança, onde fica a EMEF Jd. Boa Esperança, objeto de nosso estudo, e das políticas municipais para a EJA.

No capítulo III abordamos a metodologia da História Oral, trazendo um pouco de sua história, seus procedimentos e contribuições possíveis para a educação. Além de discutir as questões metodológicas também contamos um pouco da história do projeto, as circunstâncias em que se deram as entrevistas e faremos algumas reflexões teóricas sobre esse processo.

O capítulo IV intitulado *Mulheres na EJA: Questões de Identidade e Gênero* apresenta as narrativas das colaboradoras que constituíram os sujeitos desse projeto. Essas narrativas são apresentadas na íntegra, mas não em sua transcrição literal, tampouco como anexos, mas como parte essencial desta pesquisa e como resultado de processo de construção destas. A proposta de utilizá-las como elemento central deste trabalho vem corroborar os preceitos da História Oral que serão abordados neste capítulo.

O capítulo se encerra com a análise das histórias de vida narradas pelas mulheres-alunas da EJA, discorrendo sobre as questões de identidade e gênero que perpassam suas trajetórias.

É por meio dessas histórias de vida, que a pesquisa busca viabilizar uma reflexão sobre as questões de gênero, pensando a escola como um meio de problematizar identidades e de questionar as relações de submissão e opressão das mulheres, além de contribuir para que se implementem políticas educacionais que favoreçam o acesso e a permanência da mulher na escola.

Nesse sentido, esperamos que as narrativas das alunas que frequentaram a EJA possam vir a ser uma contribuição, não apenas pela escassez de trabalhos que possibilitem uma abordagem mais específica das políticas públicas para as mulheres, mas também para que todos aqueles que trabalham com a EJA tenham a sua disposição mais um instrumento que lhes permita compreender ou pelo menos refletir questões como: quem é essa mulher que busca educar-se? Quais são seus maiores medos, expectativas, angústias e desafios? O que leva essas mulheres à escola e o que as tira dela? De que modo a violência, o machismo dos companheiros, a sexualidade e a maternidade precoces afetam seu desempenho escolar?

É a partir do conhecimento das histórias de vida de algumas dessas mulheres-alunas e de como as relações de gênero se dão em seu cotidiano, como estas as afetam e como a escolarização tem implicações na construção de suas identidades que este trabalho pretende colaborar para o desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos.

Capítulo I – Gênero, Educação & Políticas Públicas para Mulheres

1.1 - A construção histórica do papel da mulher brasileira e os movimentos feministas

O papel da mulher brasileira como conhecemos hoje começou a ser moldado ainda no século XVI, após a chegada dos portugueses ao Brasil. Segundo Priore (2009), na época do Brasil-colônia, aqueles que aqui viviam tinham suas regras sociais próprias, construídas pela comunidade, regras essas que não se pareciam em nada com aquelas professadas pelos europeus. Isso soava de maneira bastante desconfortável aos portugueses.

Uma dessas convenções sociais dizia respeito ao casamento formal, que era quase inexistente em terras brasileiras. Esse tipo de união, que era reconhecida na Europa, aqui se dava apenas entre as classes privilegiadas, pois o casamento tradicional implicava um controle de patrimônio das famílias. Para a maior parte dos demais brasileiros, entretanto, a forma mais comum de vida a dois era o concubinato³ ou alguma outra variante disso. Ainda hoje, pode-se observar que dentre as classes menos favorecidas o índice de casamentos “no papel” é baixo, se comparado a outras classes sociais (Segundo dados do IBGE do Censo de 2010, o percentual de uniões consensuais é maior entre os grupos com rendimentos menores, representando 48,9% na classe com rendimento de até 1/2 salário mínimo).

Ainda de acordo com Priore (1997; 2009) concepção de família e maternidade naquele momento era bastante flexível: as mulheres poderiam ter diversos companheiros,

³ *União livre e estável de um homem e uma mulher que não são casados um com o outro* (verbete Dicionário Houaiss, 2009).

pois devido às migrações em busca de trabalho, muitas vezes esses homens partiam e acabavam por deixá-las sozinhas. Consequentemente, isso fazia com que elas tivessem filhos com mais de um homem. Essa lógica também se aplicava à questão da maternidade: os filhos eram criados pelas mulheres da comunidade de maneira geral, as mulheres ajudavam a criar os filhos umas das outras.

Para os portugueses, era muito difícil compreender esse tipo de estruturação social, bastante distinto daquele a que estavam habituados, além disso, a necessidade de povoamento das capitanias e de controle social faz com que as mulheres tornem-se alvo das ações moralizantes e disciplinadoras da Igreja e do Estado. Dessa forma, instituem-se os padrões europeus de moral e conduta e o papel da mulher dentro da sociedade começa a ser remodelado. Surgia aí o conceito da “mulher direita” e o casamento formal era componente essencial na construção da figura dessa mulher “honesta”.

O ideal de casamento na época do Brasil-colônia era aquele em que não havia excitação ou afeto, devendo a mulher ficar em casa, a cuidar dos filhos e do marido, e, principalmente, obedecendo-o, pois era considerada inferior a ele. Obviamente, em contraposição ao estereótipo da “mulher direita” estava o da prostituta, a quem estavam relegados os prazeres, mas também todo tipo de depreciação. Ainda hoje vivemos sob o arquétipo desses dois conceitos de mulher (Priore, 2009).

Durante séculos as mulheres estiveram submetidas à estrutura patriarcal e relegadas ao ambiente doméstico. Isso só começou a mudar no século XIX, quando a educação feminina começou a ser associada à modernização da sociedade, à higienização da família, sendo, portanto, reconhecida pelo governo imperial no Brasil. Nesse momento, as mulheres começam a almejar conhecimento e educação, mas ainda não questionam a estrutura androcêntrica a qual estão submetidas:

“Até finais do séc. XIX, a educação feminina fora negligenciada porque alegava-se que o conhecimento e sabedoria eram desnecessários e prejudiciais à mulher por causa da sua fragilidade física e intelectual. No entanto, os cuidados com a formação da mulher passaram a ser necessários, quando essas passaram ser vistas como responsáveis pela saúde da família, pela manutenção da unidade do lar e dos bons costumes, aspectos considerados essenciais para o progresso da nação (...)” (LOURO, 2004).

No início do século XX, quando algumas mulheres inserem-se na sociedade industrial, assumindo diferentes tipos de trabalhos, os papéis desempenhados por elas começam a se ampliar, embora a ideia da mulher como um ser doméstico ainda permanecesse hegemônica. Começam a surgir então diversos movimentos reivindicatórios no que tangia o direito feminino à cidadania, sem, contudo, haver, ainda, uma manifestação mais incisiva que propusesse uma subversão dos papéis sociais submissos desempenhados pelas mulheres.

“As reivindicações feministas que precedem o movimento do século XX são acompanhadas de diversas teorizações setoriais. (...) As teorias feministas que se desenvolverão vinte anos depois, a partir do evento político do Movimento de Libertação das Mulheres, que se propagou internacionalmente, têm em comum o fato de afirmarem que as relações entre os sexos podem ser objeto de uma ação transformadora. (...) O feminismo introduziu não uma evolução, mas uma revolução na concepção da relação entre os sexos, revolução que não inclui um modelo factual ou ideológico prévio. É uma “política do irrepresentável” (COLLIN, 2009).

No Brasil, entre os anos de 1930 e 1960, os movimentos feministas tiveram altos e baixos dentro do cenário político nacional: em 1934, o governo de Vargas reconhece o voto feminino; em 1937, com o Estado Novo, os movimentos de luta e contestação de homens e

mulheres são reprimidos; em 1962, a exigência da autorização do marido para que a mulher trabalhasse é flexibilizada⁴ (Pedro & Guedes, 2010).

Nos anos 1960, a partir da revolução dos costumes⁵, o feminismo ganha força e ressurge, no mundo ocidental, no final da década enquanto movimento social. A partir desse momento florescem as diversas vertentes feministas⁶, assim como os grupos de mulheres politicamente atuantes.

Nos anos 1970, mesmo sob a égide da ditadura, as mulheres esboçavam formas de organizar-se, aprofundando a discussão sobre seu papel social. A questão dos padrões de comportamento caminhava, então, com os ideais de esquerda e davam o tom do debate no momento.

“(…) o movimento de mulheres nos anos setenta trouxe uma nova versão da mulher brasileira, que vai às ruas na defesa de seus direitos e necessidades e que realiza enormes manifestações de denúncia de suas desigualdades” (SOARES, 1994:13).

Em 1975, a ONU declara este como sendo o *Ano Internacional da Mulher*, o que foi um marco fundamental na história dos movimentos de mulheres no mundo todo. Neste mesmo ano realizou-se, no México, a *I Conferência Mundial sobre a Mulher*, sendo declarada a *Década da Mulher* (1975-1984). Os movimentos de mulheres se consolidam, então, como novas forças políticas no Brasil a partir dessa década, a exemplo de outros lugares no mundo, como nos Estados Unidos e Europa, onde diversos movimentos sociais também despontavam e propunham mudanças para as mentalidades vigentes.

⁴ A Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962, conhecida como *Estatuto da Mulher Casada*, deu à mulher o direito de trabalhar sem autorização do marido e de ficar com a guarda dos filhos.

⁵ Transformações sociais ocorridas a partir da *Revolução sexual* nos anos 1960, que vão reformular os comportamentos sociais, políticos e as manifestações culturais.

⁶ Ver Louro (1997:20).

O feminismo constitui, assim, uma ideologia contemporânea, que a partir de seus valores e representações do feminino, suas lutas e proposições políticas transformou-se em um segmento importante do movimento popular, especialmente nos anos setenta, época em que, em princípio, o movimento feminista reivindicava a igualdade.

Foi somente em meados dos anos 1970 e ao longo dos anos 1980 que se começou a discutir a diferença em detrimento das discussões sobre igualdade:

“(…) A posição universalista se baseia na afirmação segundo a qual todos os seres humanos são indivíduos do mesmo quilate, independentemente das diferenças secundárias relativas às características físicas, à “raça”, ao sexo, ao idioma etc. (...) Aqui, a igualdade está acoplada à identidade. (...) a especificidade das mulheres é uma produção social destinada a justificar sua subordinação. (...)”

Para a posição diferencialista “há dois sexos” (Fouque, 1995) na mesma humanidade, o acesso à igualdade não é o acesso à identidade. (...) O que caracteriza o feminino nessa óptica é sua resistência ao uno, figurado pelo fálico, próprio ao masculino e que estrutura indevidamente o mundo dito comum. (...) Haveria, assim, um “gênio feminino” abafado até o presente momento na constituição de um mundo exclusivamente masculino” (COLLIN, 2009).

Os movimentos feministas brasileiros não são lineares e nem homogêneos, possuindo diversas abordagens⁷ para os problemas enfrentados pelas mulheres, e é através dos movimentos sociais que se constituem no interior da sociedade civil que a mulher desponta como sujeito, participando de vários setores da vida pública, lutando pelos seus direitos e denunciando as desigualdades sociais advindas das relações de gênero.

“As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, sobretudo, de construções sociais. (...)”

⁷ Ver Louro (1997) e Collin (2009).

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão social do trabalho decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens de forte valor social agregado” (KERGOAT, 2009).

É na década de 1980 que os Estudos Feministas começam a sugerir que as relações entre os sexos são construídas socialmente, com base em relações de poder, criando hierarquias que levam às desigualdades sociais. Esses estudos rejeitam a diferenciação entre os sexos com base no determinismo biológico, evidenciando, assim, o aspecto social das relações entre homens e mulheres. Assim, é nos anos 1980 que surge o conceito de gênero entendido como os estudos sobre as relações sociais, ideológicas e de poder entre homens e mulheres (Scott, 1995).

Dessa forma, gênero passou a ser compreendido como uma categoria de análise, uma forma de indicar “construções sociais” de masculino e feminino:

“o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1995).

“Gênero é a organização social da diferença sexual percebida. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais” (SCOTT, 1994:13).

Atualmente o que se observa é uma nova onda de feminismo, também chamada de novo feminismo, cuja representação tem sido feita por movimentos como a Marcha das Vadias, que se iniciou no Canadá em 2011 e teve edições em diversas partes do mundo,

incluindo o Brasil. Esse novo feminismo segue na contramão da vitimização da mulher, pregando essencialmente a luta pela liberdade dos corpos, dos direitos reprodutivos, ainda mantendo antigas demandas como a questão da violência contra a mulher (especialmente a doméstica), do abuso sexual e das desigualdades no mercado de trabalho atribuídas ao sexo.

1.2 - O Debate sobre Gênero e as Políticas Públicas para Mulheres

No Brasil contemporâneo, as mulheres figuram como sujeitos de direitos e relevância social, assumindo econômica e socialmente sua importância numa sociedade que historicamente as relegava a segundo plano. Com a proclamação da nova Constituição Federal em 1988, finalmente é garantida a igualdade de direitos entre homens e mulheres:

“Art. 5º- Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, os termos desta Constituição” (BRASIL, 1988).

Embora as mulheres ainda ganhem salários mais baixos que os homens (mesmo com nível de escolaridade maior), a ideia, por exemplo, de que o homem deveria ser o provedor da família, já não vigora mais em nossa sociedade e hoje uma parte significativa dos lares é chefiada por mulheres: em 1991, apenas 18% dos lares tinham mulheres como chefes da família enquanto que em 2010 esse número chegou a 39%, um aumento de 35%, segundo o IBGE. Ainda, segundo o órgão, dentre os fatores que propiciaram essa mudança estão as separações, a alta expectativa de vida e a maior escolaridade das mulheres, além, é claro, dos fatores culturais que fazem com que as mulheres, cada vez mais autônomas, optem por viver sozinhas.

Os anos finais do século XX foram marcados pelos avanços internacionais em termos de garantias de direitos. Assim, a elaboração e a implementação de políticas educacionais voltadas para as mulheres visando o combate ao analfabetismo e o acesso à educação entraram na agenda de muitos governos e organismos, como pôde ser observado, por exemplo, na *Conferência Mundial de Educação para Todos* (Jomtien,1990), na *IV Conferência Mundial da Mulher*, realizada em Beijing, em 1995 e no documento que definia os “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”, aprovado na *Cúpula do Milênio*, em 2000 (onde, dos oito objetivos, dois diziam respeito às mulheres⁸).

“Para que a educação básica se torne equitativa, é mister oferecer a todas as crianças, jovens e adultos a oportunidade de alcançar e manter um padrão mínimo de qualidade da aprendizagem. A prioridade mais urgente é melhorar a qualidade e garantir o acesso à educação para meninas e mulheres, e superar todos os obstáculos que impedem sua participação ativa no processo educativo. Os preconceitos e estereótipos de qualquer natureza devem ser eliminados da educação” (Conferência de Jomtien, 1990).

A exclusão das mulheres dos espaços de poder e a necessidade de sua participação política foram alguns dos principais pontos levantados pela *IV Conferência Mundial sobre a Mulher*, realizada em Pequim em 1995, o que levou diversos países participantes da conferência a adotarem a política de cotas como uma forma de ação afirmativa.

O Brasil também seguiu a linha das ações afirmativas, além de incorporar as políticas de diferença e de inclusão social. Segundo Moehlecke (2009), no que diz respeito às políticas públicas brasileiras, o entendimento da questão da diversidade acontece dentro da concepção que Stuart Hall definiria como "multicultural", ou seja, que descreve a pluralidade de culturas existentes em determinada sociedade.

⁸ Dentre os objetivos da *Cúpula do Milênio* estavam: a promoção da igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres e a melhora da saúde materna.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o *Conselho Nacional dos Direitos da Mulher* foi reativado⁹, contudo, sem que houvesse uma consulta prévia ao movimento de mulheres e ao feminista. Em 2002, pressionado pelas redes nacionais de mulheres, o governo cria a *Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher*, ainda subordinada ao Ministério da Justiça.

Em 2003, no primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva é criada a *Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres* (SPM), que incorpora o *Conselho Nacional dos Direitos da Mulher* (CNDM), estabelecendo uma interlocução com o movimento de mulheres e feminista.

Sob influência do *Ano da Mulher*, em 2004 acontece a *I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres*, a partir da qual surgirá o *I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Já o *II Plano Nacional de Políticas para Mulheres* é resultado da *II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres*, ocorrida em 2007.

Ao *II Plano Nacional de Políticas para Mulheres* foram acrescentados seis novos eixos temáticos aos cinco anteriormente apontados no I PNPM, dentre eles estão: autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social; educação inclusiva, não-sexista, não-racista, não-homofóbica e não-lesbofóbica; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não discriminatórias; enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia entre outros.

⁹ O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) foi criado em 1985, vinculado ao Ministério da Justiça, para promover políticas que visassem eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país. (Fonte: Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres. <http://www.spm.gov.br/conselho>)

No que diz respeito à Educação, observa-se que esta é compreendida como um espaço privilegiado para a inclusão social, o que faz com que a questão da diversidade cultural seja bastante significativa para o MEC, motivando muitas de suas atividades, a exemplo da Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo (Seea) e a Secretaria de Inclusão Educacional (Secrie), ambas criadas em 2003.

No ano seguinte, a Seea e a Secrie se fundem, originando a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade¹⁰ (Secad), que existe até hoje. Essa secretaria tem como prioridade a inclusão e vem incorporar diversos programas de outras secretarias do Ministério da Educação, dentre eles o programa de alfabetização e de educação de jovens e adultos.

“[...] Para democratizar a educação é preciso mobilizar toda a sociedade. O MEC, por intermédio da Secad, tem a missão de promover a união de esforços com os governos estaduais e municipais, ONGs, sindicatos, associações profissionais e de moradores” (Brasil, 2004).

Dentre os objetivos da Secad estão a promoção da cidadania e a valorização da diversidade, buscando apoiar aqueles socialmente vulneráveis, articulando as competências e experiências desenvolvidas pelos sistemas formais de ensino e pelas organizações sociais, de modo a revigorar as práticas educacionais. Dessa forma, a Secad tem sido a secretaria com a perspectiva mais crítica no que diz respeito ao entendimento da diversidade e às políticas de diferença.

As políticas públicas não são neutras, e o modo como são construídas e a quem beneficiam se refletem em suas prioridades sociais e econômicas, por isso é tão importante

¹⁰ Com a reestruturação do MEC, em maio de 2011, a Secad incorpora a Seesp (Secretaria de Educação Especial), passando a se chamar Secadi (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão).

incorporar a elas a perspectiva de gênero, para que, de fato a administração pública possa vir a ser um instrumento de equidade entre homens e mulheres.

1.3 - As Relações de Gênero na Escola e as Políticas Educacionais de Gênero

A educação é um direito de todos e, ainda no século XXI, a educação das mulheres começa a despontar como um importante instrumento para a conquista da igualdade, do desenvolvimento social e econômico (especialmente dos países ditos em desenvolvimento) e da erradicação da pobreza mundial.

Embora as mulheres tenham alcançado conquistas significativas ao longo dos anos, elas ainda experimentam uma situação de maior vulnerabilidade e desvalorização que os homens, pois ainda pesam sobre elas as restrições advindas das responsabilidades reprodutivas, ou seja, toda a carga das tarefas relativas ao cuidado da casa e dos filhos, o que muitas vezes dificulta sua inserção e permanência no mercado de trabalho, fator que é especialmente significativo no caso das mulheres mais pobres. Além disso, entre aquelas que trabalham, ainda há uma diferença salarial significativa entre seus salários e os de homens que exercem as mesmas funções (dados do censo 2010 mostraram que o salário dos homens era 30% maior que o das mulheres).

Na sociedade brasileira, a escola sempre foi um campo reprodutor das relações sociais, ou seja, predominantemente um espaço branco e masculino. Desse modo, a escola, como espaço social para a formação de homens e mulheres, é um ambiente por onde passam as representações de gênero. Ao longo do tempo, porém, esse espaço se viu obrigado a abarcar as diversidades que iam surgindo, como as pessoas de outras raças e as mulheres, por exemplo (Louro, 1997).

“A escola é uma caricatura da sociedade. Por ela passam, como não passam por nenhum outro lugar, limitadas por diminutivos, todas as ideias que uma sociedade quer transmitir para conservar, tudo aquilo em que se acredita ou quer que se acredite” (MORENO, 1999).

Apesar do “acolhimento” dessa diversidade, a escola não modificou sua essência, perpetuando os processos de hierarquização e desigualdades sociais, em vez de constituir-se como um espaço democrático e igualitário. E é dentro desse contexto que a mulher vai buscar educar-se como meio de transpor uma condição social que não lhe é nada favorável.

“Isso poderá levar ao (re)conhecimento de que a escola também constrói novas relações, produz identidades de classe, de raça, de gênero, fixa comportamentos, posturas, jeitos de ser e de pensar, reconstrói a cultura, os valores, reproduz ou transforma hierarquias; e se constrói, ao mesmo tempo, de forma dinâmica no tempo e no espaço” (LOURO, 1997).

Atualmente, mais da metade da população brasileira é composta de mulheres¹¹ e a proporção de pessoas analfabetas já é significativamente menor entre as mulheres do que entre os homens (Nogueira, 2005), mas as mulheres ainda encontram obstáculos de todo tipo à sua escolarização. Especialmente no caso das meninas de famílias pobres, essas dificuldades vão desde o fato de assumirem desde cedo boa parte das tarefas domésticas, passando pela ideia de que não é preciso estimular ou investir em sua educação, pois seu destino é o casamento e os cuidados com a família, até a gravidez precoce, são inúmeros os fatores que afastam essas meninas da escola. Muitos desses motivos as mantêm longe da sala de aula mesmo depois de adultas.

¹¹ O censo 2010 aponta que as mulheres correspondem a 51% da população brasileira. De acordo com o IBGE, há atualmente cerca de 3,9 milhões de mulheres a mais que homens.

Assim, a importância da Educação Feminina está explicitada em diversos documentos nacionais e internacionais, como, por exemplo, a CONFINTEA V, realizada em Hamburgo, Alemanha, em 1997, e a CONFINTEA VI, também conhecida como o Marco de Ação de Belém, realizada no Brasil, em 2010:

“As mulheres têm o direito às mesmas oportunidades que os homens. A sociedade, por sua vez, depende da sua contribuição em todas as áreas de trabalho e em todos os aspectos da vida cotidiana. As políticas de educação voltadas para a alfabetização de jovens e adultos devem estar baseadas na cultura própria de cada sociedade, dando prioridade à expansão das oportunidades educacionais para todas as mulheres, respeitando sua diversidade e eliminando os preconceitos e estereótipos que limitam o seu acesso à educação e que restringem os seus benefícios. Qualquer argumentação em favor de restrições ao direito de alfabetização das mulheres deve ser categoricamente rejeitada. Medidas devem ser tomadas para fazer face a tais argumentações” (CONFINTEA V, 1997).

“A educação de jovens e adultos permite que indivíduos, especialmente as mulheres, possam enfrentar múltiplas crises sociais, econômicas e políticas, além de mudanças climáticas. Portanto, reconhecemos o papel fundamental da aprendizagem e educação de adultos na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), da Educação para Todos (EPT) e da agenda das Nações Unidas pelo desenvolvimento humano, social, econômico, cultural e ambiental sustentável, incluindo a igualdade de gênero” (CONFINTEA VI, 2010).

No que concerne ao Projeto de Lei do *Plano Nacional de Educação* (PNE - PL 8035/10) também foram incorporadas questões de gênero, tais como o estímulo à expansão de creches nas instituições públicas de ensino superior, a expansão do horário de atendimento dos estabelecimentos de educação infantil, para o atendimento de

trabalhadoras e trabalhadores que atuam em período noturno ou frequentadores da Educação de Jovens e Adultos.

Se por um lado temos diversas histórias de mulheres que foram excluídas, que não puderam aprender a ler e a escrever, na infância e na juventude, por outro também existem aquelas que conseguiram transpor essa condição de marginalidade e exclusão, por isso, a educação aliada às políticas públicas de gênero, sem dúvida, é um dos caminhos que podem ser percorridos favorecendo-as no processo de emancipação e construção da autonomia feminina.

Capítulo II - As políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos, a EJA em Hortolândia e seus sujeitos

2.1 - As políticas públicas de EJA no Brasil e o contexto internacional

As transformações pelas quais o Brasil passava na primeira metade do século XX, com o crescimento da industrialização e da migração da população para as áreas urbanas, fizeram com que a educação de adultos ganhasse destaque já nessa época, assim, o Governo Federal amplia a educação elementar no nível nacional, estendendo-a aos adultos nos anos 1940. No processo de redemocratização do Estado brasileiro, após 1945, a educação de adultos ganhou destaque dentro da preocupação geral com a universalização da educação elementar (Leite, 2012).

Mais tarde, nos anos 1960 surgem as propostas pedagógicas de Paulo Freire. Segundo ele, para que possamos ter uma atuação política na sociedade em que vivemos é preciso que os sujeitos sejam capazes de pensar criticamente sobre o mundo em que vivem e sua situação neste, assim, para Freire (1982), “a leitura do mundo precede a leitura da palavra” e é através da proposição de uma alfabetização de adultos conscientizadora, que suas ideias irão influenciar os programas de alfabetização e educação popular que surgirão nos anos seguintes e fazer com que a questão do analfabetismo passe a ser enxergada por outro prisma, passando de causa da miséria para consequência do sistema social existente.

Durante a ditadura militar que toma o país, porém, o *Plano Nacional de Alfabetização*, coordenado por Paulo Freire, é extinto e o educador exila-se na Bolívia. Em

lugar do plano de alfabetização de Paulo Freire, é instituído o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), em mais uma tentativa de combate ao analfabetismo. Atendendo aos objetivos dos governos militares e distanciando-se dos aspectos pedagógicos de sua proposta inicial, o MOBRAL foi um dos responsáveis pela estigmatização dos adultos em processos de alfabetização e ainda hoje, a referência ao programa tem conotação pejorativa no que se refere ao nível de escolaridade ou conhecimento de alguém.

Como não era encarada como um direito, as classes da educação de adultos nem sempre eram ministradas por docentes, e, sim, por voluntários e outras pessoas sem formação pedagógica e, muitas vezes, mesmo quando ministradas por docentes, nem sempre atentava-se para as especificidades desse público, que acabava recebendo os mesmos métodos utilizados com o público infantil.

“A visão reducionista com que, por décadas, foram olhados os alunos da EJA – trajetórias truncadas, incompletas – precisará ser superada diante do protagonismo social e cultural desses tempos da vida (...). A finalidade não poderá ser suprir carências de escolarização, mas garantir direitos específicos de um tempo de vida. Garantir direitos dos sujeitos que os vivenciam” (ARROYO, 2005, p. 21).

Nos anos 80, uma época ainda marcada em sua primeira metade pelo regime militar, ainda havia uma preocupação com o grande número de analfabetos adolescentes e adultos, que “denegriam” os índices educacionais do país.

“Historicamente, observa-se que a Educação de Jovens e Adultos no Brasil foi tratada mais do ponto de vista dos “deveres” do que dos direitos. Tardaram as iniciativas oficiais para protegê-la e as primeiras que o fizeram reforçaram a

ideia do “dever” do analfabeto em alfabetizar-se, visto que ele era o “cancro” que emperrava o desenvolvimento do País” (VOLPE, 2004).

A abertura política e o processo de redemocratização contribuíram para que a Educação de Adultos fosse vista como instrumento importante e oportuno na construção de um pensamento de transformação social. Ainda nesse período, a categoria Educação de Adultos começa a se ampliar para aquilo que conhecemos hoje como a Educação de Jovens e Adultos.

Com a promulgação da Constituição Federal em 1988, o direito de todos os cidadãos à educação pública e gratuita foi assegurado, o que configurou um enorme avanço nesta área, abrindo caminho para leis que se seguiriam a ela. Assim, a concepção de Educação de Jovens e Adultos ao longo desse período foi se afirmando e modificando e, consolidando-se como direito, o que incluiu a inserção da modalidade de ensino na legislação educacional brasileira. A noção de educação, antes voltada principalmente para a alfabetização, expandiu-se, indicando a importância da continuidade dos estudos e da oferta de uma educação de qualidade.

“Da visão ainda muito corrente de que a educação de jovens e adultos se faz para recuperar o tempo perdido daqueles que não aprenderam a ler e a escrever; passando pelo resgate da dívida social, até chegar à concepção de direito à educação para todos e do aprender por toda a vida, as enunciações variaram, deixando no imaginário social a sua marca mais forte, ligada à volta à escola, para fazer, no tempo presente, o que não foi feito no tempo da infância e da adolescência” (PAIVA, 2006:3).

Após a *Conferência de Educação para Todos*, que acontece em 1990, em Jomtien, na Tailândia, o Brasil elabora o *Plano Decenal de Educação para Todos 1993-2003*,

documento concebido de modo a apontar os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, que destacava a universalização do ensino fundamental e a erradicação do analfabetismo.

Nos anos 1990, além das propostas de erradicação do analfabetismo do *Educação para Todos*, despontam alguns outros discursos de valorização da EJA, como a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação* (LDB 9394/96) promulgada em 1996, que esclarece o direito público subjetivo dos jovens e adultos à educação básica e a *Confinte V*, realizada na Alemanha em 1997, que aponta a aprendizagem ao longo da vida como direito humano e chave para a cidadania ativa (Di Pierro, 2005).

“A V Confinte (...) representou um marco histórico na educação de jovens e adultos no Brasil. Essa conferência teve como tema: ‘Educação de Adultos, a chave para o século XXI’. A **concepção e educação como um processo de formação ao longo da vida foi um marco teórico**, superando as ideias de suprimimento e de educação compensatória presentes nas conferências anteriores” (SOARES, 2005) (*grifo meu*).

Nem todas as esferas políticas, porém, favoreceram a EJA: dez anos depois da Constituição de 1988, entra em vigor o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério) que contemplava os alunos da EJA dentre seus beneficiários, mas, devido ao veto do então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, essas matrículas não puderam ser computadas para uso do Fundo. É somente com o FUNDEB (lei 11.494/2007, que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) que a EJA volta a ser incluída no financiamento da educação básica.

Ainda na era Fernando Henrique Cardoso, é criado o programa *Alfabetização Solidária*, que relega a alfabetização de adultos à filantropia (Di Pierro, 2005). No governo seguinte, de Luiz Inácio Lula da Silva, é criada a *Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo* (SEEA) e lançado o programa *Brasil Alfabetizado*, que a exemplo do *Alfabetização Solidária*, caracterizava-se pelas parcerias com entidades filantrópicas e a participação da sociedade civil.

Nos anos 2000, temos o Parecer CNE/CNB 11/2000, e a Resolução 1/2000, que dispõem sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Como muitos discursos políticos direcionados à EJA, que reconhecem uma série de direitos que na prática não são cumpridos, assim também PARECER CEB 11/2000:

“a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea” (BRASIL, 2000).

Em 2009, a VI CONFINTEA, também conhecida como o Marco da Ação de Belém, realizada no Brasil, reafirma os preceitos da V CONFINTEA e evidencia o combate às práticas discriminatórias produzidas no âmbito das relações de gênero, étnico-raciais, geracionais e outras. Mais uma vez o Brasil se compromete a enfrentar o analfabetismo e com a proposta de educação ao longo da vida mencionada no documento da conferência.

No ano seguinte, porém, a Resolução CNE/CEB nº 3/2010, que institui as diretrizes operacionais da EJA no Brasil altera novamente a idade mínima para o ingresso na EJA,

passando para quinze anos no Ensino Fundamental e dezoito anos no Ensino Médio. Isso provoca um “rejuvenescimento” da EJA que passa a receber toda sorte de “alunos-problema” do ensino regular.

Se por um lado a EJA passou a receber mais recursos, como o FUNDEB, por exemplo, por outro, a profusão de programas surgidos nos últimos anos, que concorrem com a EJA, como o *Projovem* (Programa Nacional de Inclusão de Jovens), o *Pronera* (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, *Proeja* (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos) entre outros, demonstram o quanto é difícil chegar-se a uma solução que contemple as especificidades deste público.

Todas essas políticas contribuíram, de certa forma, para a redução da taxa de analfabetismo, que caiu para 8,6% em 2011 (dados do PNAD 2011), embora a marca de 12,9 milhões de analfabetos não deixe, no entanto, de ser estarrecedora.

Ainda que universalização da educação básica brasileira, que vem acontecendo desde meados do século XX, tenha proporcionado o acesso à escola a muitas pessoas, nem todos a acessaram da mesma forma. Mesmo que a ampliação da oferta escolar tenha sido muito importante, ela ainda se dá de forma desigual entre os diferentes grupos sociais, portanto, para melhorar os indicadores que hoje temos acerca da Educação de Jovens e Adultos é preciso respeitar as especificidades desses alunos, de modo a contemplar suas necessidades e viabilizar não somente o acesso desse público à escola, mas sua permanência nela.

2.2 - O município de Hortolândia e as Políticas Públicas para a EJA

Hortolândia é uma cidade jovem, com 22 anos recém-completados desde sua emancipação, em 19 de maio de 1991, contando hoje pouco mais de 190 mil habitantes (dados do IBGE de 2010 contavam 192.692 habitantes) e, apesar do rápido crescimento do quantitativo populacional, não se percebe uma melhora na qualidade de vida de sua população na mesma velocidade: segundo dados da Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM), a renda média mensal familiar de Hortolândia está abaixo da média da RMC (Região Metropolitana de Campinas)¹², ainda que a cidade concentre o maior número de empregos por km² da região¹³.

Depois de duas gestões seguidas do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), o Partido dos Trabalhadores (PT) inicia sua primeira gestão, que vai de 2004 a 2008, sendo o prefeito Ângelo Perugini reeleito nesse mesmo ano, dando continuidade à administração petista, que segue até hoje, atualmente representada pela figura de Antônio Meira, prefeito eleito em 2012, também pelo PT.

A população Hortolandense é em grande parte composta por migrantes, muitos oriundos de regiões do Nordeste, que vem em busca de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida. Como muitos não possuem escolaridade completa, a necessidade da escolarização outrora interrompida torna-se consequência natural deste processo de busca pela melhoria de vida.

¹² Enquanto a renda média mensal familiar de RMC era de R\$ 2.427,19 (de 2011), a renda média familiar mensal em Hortolândia era de R\$ 2.037,00. (Fonte: Secretaria Municipal de Transportes, Pesquisa Origem-Destino 2011).

¹³ De acordo com dados da STM a cidade de Hortolândia é a única da região a concentrar de 800 a 1000 empregos por km².

Condizente com um contexto político em que recaía sobre os municípios a oferta da Educação de Jovens e Adultos¹⁴, em 1º de fevereiro de 1996, o então prefeito da cidade, Luís Antônio Dias, promulga a lei de nº 370, que cria a modalidade de Educação de Jovens e Adultos no município (ver anexo I). No texto da lei, a EJA é tratada ainda como curso Supletivo (o termo EJA só é cunhado após a LDB, que é promulgada em dezembro de 1996) e destinava-se a atender jovens a partir dos 14 anos e 06 meses que não tiveram acesso ao Ensino Fundamental em idade própria.

Até março de 2009 a EJA funcionava como se fosse um setor em separado dentro da Secretaria de Educação, como se não fizesse parte da rede de Ensino Fundamental ofertado pelo município, sendo conhecida pela sigla CEJA (Centro de Educação de Jovens e Adultos).

A partir de abril de 2009, sob o pretexto de uma maior integração da rede, o prédio do CEJA é desativado, o CEJA deixar de existir e a Educação de Jovens e Adultos passa a integrar o Sistema Municipal da Educação Básica, recebendo, assim, parte das verbas destinadas à Educação Básica, uma vez que a partir do FUNDEB as matrículas da EJA puderam ser incluídas no Fundo. Não há registro formal dessa Resolução: as diretrizes da nova estrutura do Ensino Básico são dadas, verbalmente, pela então Diretora Municipal de Educação, que, poucos dias antes da suposta data de início do processo, visita cada uma das unidades, explicando o novo plano.

Segundo a Diretora Municipal de Educação, o período de transição se daria até o fim de 2009, e, a partir daí, toda a documentação até então alocada no prédio antes destinado ao CEJA deveria ser encaminhada às respectivas unidades.

¹⁴ “No início da década de 1990, a União recuou nessa função de coordenação das políticas e, após súbita extinção da Fundação Educar, a responsabilidade pelo custeio e provisão da alfabetização de jovens e adultos recaiu sobre os municípios.” (DI PIERRO, 2005)

Nesse mesmo ano começa a ser implementado em algumas unidades escolares, incluindo a EMEF Jd. Boa Esperança, o programa Projovem Urbano¹⁵ que, de acordo com o discurso da Secretaria de Educação, não competiria com EJA no que concerne às matrículas desse público, contudo, isso obviamente não aconteceu e, apesar de o programa ter fracassado em algumas unidades e, ao longo dos anos, ter visto seu número de alunos cair significativamente, ainda assim, vez ou outra alunos matriculados na EJA são recrutados para suas classes, seduzidos pela promessa da bolsa proporcionada pelo programa¹⁶.

Hoje, pouco mais de dezessete anos depois de sua criação no município de Hortolândia, a EJA reduziu seu contingente de alunos a menos da metade do que já foi um dia, após os sucessivos fechamentos de salas ocorridos nos últimos anos. A diminuição no número de matrículas não significa que a população tenha garantido seu direito à educação, pois o número de pessoas com baixa qualificação e nível escolar no município ainda é grande, prova disso é que a mão de obra local não é absorvida pelas inúmeras empresas instaladas no município: boa parte de seus moradores ainda sai da cidade para exercer trabalhos que exigem menos anos de estudo e qualificação¹⁷.

¹⁵ O Projovem Urbano é um programa do governo federal cujo objetivo é elevar a escolaridade de jovens com idade entre 18 e 29 anos, que saibam ler e escrever e não tenham concluído o ensino fundamental, visando à conclusão desta etapa por meio da modalidade de Educação de Jovens e Adultos integrada à qualificação profissional e o desenvolvimento de ações comunitárias com exercício da cidadania. (Fonte: <http://portal.mec.gov.br>)

¹⁶ Dentre as ações do programa está: *Apoiar técnica e financeiramente Estados, Municípios e o Distrito Federal para a oferta e o desenvolvimento de cursos do Projovem Urbano, bem como conceder auxílio financeiro mensal aos jovens atendidos, durante os 18 meses de desenvolvimento do curso, no valor de R\$100,00, condicionado a 75% de presença deste jovem nas atividades presenciais e a entrega de trabalhos pedagógicos*. (Fonte: <http://portal.mec.gov.br>)

¹⁷ Os dados da STM (Secretaria de Transportes Metropolitanos) apontam que 82,5 mil pessoas deixam cidades da Região Metropolitana de Campinas (RMC) com destino à Hortolândia todos os dias. De Hortolândia, 81,8 mil pessoas partem para outros municípios da RMC todos os dias. A estimativa é que 45,5% desse fluxo sejam para o caminho ao trabalho. (Portal de notícias do G1, 01/05/2013).

QUADRO DE EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO - Dependência Municipal

Número de alunos Matriculados - dependência municipal - período de 1996 a 2012																	
Anos	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
EJA	263	339	1.551	1.790	1.700	1.413	1.928	2.104	1.711	1.702	1.807	2.300	1.815	1.689	1.234	978	930
Total alunos																	

FONTE: Período de 1996 a 1998 -
Secretaria de Educação e
Cultura
Período de 1999 a 2007 - INEP/MEC -
Resultados finais do Censo Escolar
2008 - Matrícula Inicial - Censo
Escolar - Dados Preliminares
2009 - Matrícula Inicial - Censo
Escolar
2010 - Matrícula Inicial - Prodesp
2011 - Matrícula - data base 28/02 -
Prodesp

Hortolândia é uma cidade que há alguns anos apresentava índices de violência alarmantes¹⁸ e de certa forma conseguiu contornar isso trazendo empregos para a cidade¹⁹. Isso funcionou num primeiro momento, quando as empresas estavam se estabelecendo, precisavam de mão de obra e exigiam muito pouco daqueles a quem contratavam. Com o passar do tempo, a competitividade, tão presente no mundo moderno, foi aumentado e o mercado começou a exigir qualificação cada vez maior de seus profissionais, isso foi tornando cada vez mais difícil inserção da população de Hortolândia dentro desse cenário de megaempresas e multinacionais que requeriam um nível de qualificação altíssimo para os padrões de escolaridade dos Hortolandenses.

Os poucos moradores de Hortolândia que conseguem emprego nas indústrias da cidade ou estão relegados aos cargos de menor qualificação ou conseguiram adquirir certa

¹⁸ De acordo com o Núcleo de Estudos da Violência da USP, em 2002, Hortolândia estava entre as cidades com os maiores índices de homicídios dolosos (em que há intenção de matar), com uma taxa de 62,9%.

¹⁹ Segundo o site oficial da prefeitura de Hortolândia, entre os anos de 2005 e 2010, a taxa de desemprego caiu de 17,2% para 2%. (Fonte: <http://www.hortolandia.sp.gov.br>)

qualificação para ocupar cargos de nível técnico. Os cargos mais altos, de nível superior ainda são ocupados por não moradores da cidade.

É claro que o aluno da EJA não pode ser visto unicamente como trabalhador e sua educação apenas como via de fornecer uma mão de obra abastecedora do mercado, mas, exercer uma cidadania plena de direitos passa pela existência ou não de trabalho e das relações que advém dele, portanto, para que a cidade realmente cresça, no sentido amplo da palavra, incluindo sua população, é preciso repensar as políticas (ou a ausência delas) que estão sendo destinadas à educação dos jovens e adultos do município.

2.3 - As mulheres como sujeitos na Educação de Jovens e Adultos

De acordo com a LDB/96, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é voltada principalmente para aqueles que não tiveram oportunidade de concluir a formação básica em idade própria, o que corresponderia, hoje, ao ensino regular. Isso faz com que as ações pedagógicas da EJA, em tese, sejam estruturadas de modo a atender as necessidades demandadas por esse público, que muitas vezes, por inúmeras razões acaba por encontrar-se à margem da escolarização. Mas, quem é o sujeito que busca essa escolarização? Quem são esses homens e mulheres que integram a Educação de Jovens e Adultos? De acordo com Gomes:

“podemos compreender aqueles que participam dos processos de EJA como sujeitos socioculturais e, assim, percebê-los inseridos em um processo cultural e histórico de periodização da vida, constituído de semelhanças e particularidades. Dessa forma, o gênero, a raça, a sexualidade e a subjetividade serão entendidos como processos e dimensões integrantes da

EJA, que se expressam na vida e nas relações estabelecidas entre os diversos sujeitos sociais que dela fazem parte” (GOMES, 2005:89).

É importante se pensar os sujeitos da EJA como possuidores de identidades plurais, e não fixas e imutáveis, mas um produto das diferenças culturais características desse público, diferenças de gênero, raça, religiosidade, fases da vida etc. São essas diferenças que os caracterizam e ao mesmo tempo criam as identidades que são partilhadas, como as trajetórias migrantes e de interrupção da escolarização, uma vez que boa parte desses sujeitos é oriunda da região Nordeste, onde os índices de analfabetismo são significativamente maiores que nas regiões Sul e Sudeste²⁰, por exemplo. Além disso, uma das principais identidades do aluno da EJA é a condição de trabalhador, embora seja preciso que a superemos para que possamos de fato compreender todas as especificidades desse grupo.

“De um lado, a compreensão mecanicista da História que reduz a consciência a puro reflexo da materialidade, e de outro, o subjetivismo idealista, que hipertrofia o papel da consciência no acontecer histórico. Nem somos, mulheres e homens, seres simplesmente determinados nem tampouco livres de condicionamentos genéticos, culturais, sociais, históricos, de classe, de gênero, que nos marcam e a que nos achamos referidos” (FREIRE, 1996: 99).

A escola objeto desta pesquisa, a EMEF Jd. Boa Esperança, está localizada no Jardim Boa Esperança, um bairro pobre, originado a partir da ocupação irregular de boa parte de seus lotes ainda nos anos 1990. A escola fica no coração do bairro e atualmente

²⁰ Dados apontados pelo PNAD 2011 mostram que o Nordeste é a região com maior índice de analfabetismo 16,9%, correspondendo a 6,8 milhões de analfabetos, 52,7% do total de analfabetos, quase o dobro da taxa nacional.

conta com quatro classes de EJA II (I ao IV termo do Ensino Fundamental) e uma classe mista de EJA I, além de abrigar classes do Projovem Urbano.

Devido à proximidade do Complexo Prisional de Hortolândia e a consequente mudança dos parentes dos presos para as proximidades das penitenciárias, a escola acaba por receber como alunos pessoas ligadas à população encarcerada, tais como cônjuges (em sua maioria mulheres), filhos e filhas de pessoas que estão presas.

Como o bairro Boa Esperança faz divisa com a cidade de Sumaré, a EMEF Jd. Boa Esperança também acolhe alunos oriundos desta cidade, além de, é claro, homens, mulheres e jovens moradores do bairro.

A partir dessas referências podemos observar a heterogeneidade que caracteriza os sujeitos que procuram a EJA da EMEF Jd Boa Esperança. Neste trabalho, nosso recorte é o gênero, via pela qual pretendemos analisar a situação das mulheres que integram as classes da Educação de Jovens e Adultos da escola do bairro Jardim Boa Esperança.

De acordo com Soares (2005), ao examinarmos a trajetória de vida das mulheres adultas somos obrigados a considerar que os alunos de EJA possuem identidades (sexo, raça, religião, nacionalidade), logo o gênero é mais uma especificidade a ser contemplada no que diz respeito aos sujeitos dessa modalidade de educação.

Para Louro (1997), gênero é o modo como as características sexuais são trazidas para as práticas sociais. O mais importante não são necessariamente as diferenças biológicas entre os sexos, mas a forma como essas diferenças são compreendidas socialmente. Gênero se refere, portanto, ao modo como as diferenças sexuais são interpretadas num determinado contexto, ou então como elas são trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico.

As mulheres que fazem parte do sistema da Educação de Jovens e Adultos são pessoas que, de modo geral, trazem consigo crenças e valores arraigados e muitas vezes não enxergam a escola como um meio para subverter seu cotidiano de opressão e dominação. Segundo Rosenberg (1994) é preciso uma reflexão sobre os limites sociais impostos à mulher e que inviabilizam a sua inserção e permanência escolar e falta de atenção dos poderes públicos em relação às necessidades específicas das mulheres adultas que procuram escolarização.

A instrução de mulheres adultas das camadas populares, que são as que mais necessitam de educação, tem características muito peculiares e exige políticas muito bem planejadas para que se consiga atrair e a manter este público na escola, pois elas a entendem como um lugar não apenas onde se aprende, mas também como espaço de convívio social.

Ainda que ultimamente o tema Educação de Jovens e Adultos esteja muito em voga, ainda nos deparamos com a ausência de uma política nacional que consiga contemplar as especificidades da condição feminina dentro do processo educacional.

Capítulo III - A História Oral e suas possibilidades metodológicas

“Menos do que se constituir em um saber sobre vidas, objetivar estudar as pessoas, a História Oral se propõe a aprender com as pessoas.”

Alessandro Portelli

3.1 - História Oral: conceito polissêmico

Não é fácil definir o que é a História Oral, pois, enquanto metodologia, ela apresenta tantas facetas e possibilidades, é alvo de tantos debates e polêmicas que isso não se trata de uma tarefa tão simples.

À primeira vista, poderia se pensar que o trabalho com entrevistas constitui-se apenas em um trabalho mecânico de perguntas e respostas que resulta em um texto, produto desses momentos. De fato, para que haja História Oral é preciso haver um entrevistador, um sujeito a ser entrevistado e uma máquina de gravar e, disso deve resultar um texto escrito, elaborado a partir de procedimentos e métodos (Meihy, 1994: 4), mas a História Oral não consiste apenas no mero uso de depoimentos indiscriminadamente, não é apenas apressar-se de um gravador, coletar entrevistas e fazer uso delas levemente, há todo um processo prévio e posterior às sessões com os entrevistados.

Em primeiro lugar é preciso que haja um projeto de pesquisa, onde o pesquisador deve elaborar cuidadosamente seu roteiro, conhecer e preparar o campo de trabalho. O projeto de pesquisa é o que difere a História Oral das demais áreas que trabalham com entrevistas (Meihy, 2000: 173).

As entrevistas acontecem a partir de um estímulo do pesquisador, que seleciona as questões a serem respondidas pelo entrevistado (a quantidade e o tipo das questões vão depender do gênero da História Oral²¹ a ser trabalhado).

A História Oral não busca verdades ou informações, mas experiências. Sua matéria é o presente, com todas as suas contradições, variáveis e mutações. Na História Oral não importa a “verdade”, mas as diversas verdades, os diversos olhares e as vivências diversas daqueles que contam suas histórias. A memória do narrador seleciona as lembranças que ele deseja compartilhar e aquelas que prefere ocultar e é a partir dessas memórias que se tenta compreender como os sujeitos experienciaram acontecimentos e situações, como interpretam certos modos de vida em sociedade ou de um grupo em particular (Meihy, 2000).

A História Oral não tem como foco a história dos acontecimentos, mas a percepção que se tem destes, sua matéria é a subjetividade. Essa memória dos acontecimentos expõe as identidades múltiplas que todos nós carregamos (Hall, 2006) e que emergem nas narrativas marcando a memória de um grupo, assim é a história do tempo presente, recriada a partir da memória que possibilita a compreensão do coletivo, no qual cada indivíduo se insere, pois são essas experiências que articulam a construção de identidades decorrentes das memórias expressadas coletivamente: este é o sentido social da História Oral.

“A primeira coisa que torna a história oral diferente, portanto, é aquela que nos conta menos sobre eventos que sobre significados. (...) Entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas” (PORTELLI, 1997:31).

²¹ Segundo Meihy (1994;2000) existem três ramos na história oral: história oral de vida, história oral temática e tradição oral.

A História Oral vale-se da memória para narrar no presente fatos do passado ou experiências significativas propondo análises das narrativas de modo a suscitar aspectos subjetivos, não revelados, construindo uma outra perspectiva da história, a história “vista de baixo”, a “contra-história” (Meihy, 2000).

Assim, a História Oral no Brasil não pode ser pensada sem o comprometimento político: é a história daqueles que não têm sua voz ouvida, privilegiando os menos favorecidos, os excluídos e os marginalizados, utilizando-se de um conjunto de procedimentos que visa trazer à superfície uma multiplicidade de discursos e concepções sobre uma infinidade de temas. Isso demonstra seu caráter dialógico, pois ao mesmo tempo em que lida com a essencialidade do indivíduo e suas diferenças opera também a busca pela igualdade: “é um experimento em igualdade, baseado na diferença” (Portelli, 1997a: 18-19).

Assim, no caso deste trabalho, a opção pela História Oral se dá pela possibilidade de novos olhares que as histórias de vida de mulheres podem trazer sobre a condição feminina daquelas em processo de escolarização, pois a partir de suas narrativas é possível tecer um panorama de suas trajetórias, seu cotidiano, suas percepções sobre si mesmas e a realidade que as cerca.

“A História Oral é construída sobre pessoas, não só os líderes, mas os integrantes da população, que se transformam de "objetos" de estudo em "sujeitos" da história. Os grupos de participantes ignorados tradicionalmente, como índios, negros e mulheres, passam a ser reconhecidos, incorporando-se sua experiência na história, assim menos limitada” (THOMPSON, 1992:18).

Existem diferentes compreensões sobre o lugar da história oral nas pesquisas das mais diversas áreas do conhecimento. A proposta desta pesquisa é utilizar a História Oral como método, em lugar de técnica de pesquisa, empregando procedimentos organizados de investigação de modo que esta atenda às propostas identificadas em nosso projeto.

Como a entrevista constitui-se no elemento central da História Oral e esta, ao ser gravada, atribui àquilo que está sendo narrado toda uma significância, o enfoque dado às narrativas dos entrevistados é completamente diferente, pois esses textos não são apenas usados em fragmentos, mas, sim, percebidos como parte essencial da pesquisa: isso implica as histórias de vida narradas pelas mulheres serem utilizadas em sua íntegra, como elemento central de onde partem as análises e não apenas fragmentos de texto que sirvam para corroborar teorias.

Outro aspecto que cabe ressaltar é o viés político atribuído à História Oral segundo a teoria de Meihy (2000), onde o entrevistado é visto como um colaborador e as entrevistas como meio de empoderamento dos indivíduos, daí a importância da devolutiva às comunidades pesquisadas. O propósito da História Oral é reconhecer as sutilezas das vivências humanas justamente para favorecer as políticas públicas.

Uma de minhas grandes preocupações como pesquisadora sempre foi a de que minha pesquisa pudesse trazer uma contribuição efetiva para as práticas educativas. Ao trazer para a discussão a problemática das relações de gênero na escola, através do uso da metodologia da História Oral, penso estar no caminho certo para que minhas intenções se concretizem, portanto, a grande contribuição da História Oral para a pesquisa em Educação se dá no sentido de que possamos ver como as diferentes partes envolvidas no processo educacional experienciaram determinadas situações. Ao se trabalhar com o relato de pessoas, tem-se contato com um universo de suas vivências e, ao conseguir descobrir as

diferenças e dimensões de cada um dos sujeitos é que a História Oral ganha uma importância sem igual.

3.2 - O surgimento da História Oral

A História Oral surgiu nos anos 50 e desenvolveu-se nos EUA e em países da Europa Ocidental não apenas nos meios acadêmicos, mas também dentro dos movimentos sociais, com o propósito de viabilizar que os excluídos e marginalizados fossem ouvidos (Ferreira, 1998).

No Brasil, a História Oral vai despontar em 1975, a partir de cursos patrocinados pela Fundação Ford, ministrados na Fundação Getulio Vargas (CPDOC/FGV), no Rio de Janeiro. Aos poucos essa nova metodologia de pesquisa vai ganhando adeptos, mas ainda de maneira pouco organizada, e é somente nos anos de 1980, após a abertura política, que vão sendo criados programas nas universidades e instituições que trabalhavam a preservação da memória.

“É fácil imaginar por que, apesar do patrocínio da norte-americana Fundação Ford, nos anos da ditadura brasileira, não se conseguiu superar os entraves gerais que inviabilizaram o progresso da história oral em nível amplo. Em um período em que “dar depoimentos” era algo perigoso, porque confundido com “prestar declarações, não seria possível realizar projetos que tinham como alvo primordial as narrativas pessoais e versões muitas vezes comprometedoras e incômodas. Por lógico, apenas dois tipos de registros se fariam viáveis, além das barras da censura: 1) estudos voltados ao passado remoto e com níveis de desconexões do presente, e 2) trabalhos sobre as elites instaladas no poder” (MEIHY, 1996, p. 05).

Em princípio a História Oral sofreu muita resistência dentro da academia, seja por razões políticas e econômicas – “poderíamos dizer que a vigência de um regime ditatorial

militar durante mais de duas décadas funcionou como um forte elemento de inibição para a abertura e consolidação de programas de entrevistas” (Ferreira, 1998:2) – seja pela forte referência estruturalista que predominava então, e deslegitimava as análises subjetivas, sob a alegação de que os relatos pessoais “não podiam ser considerados representativos de uma época ou de um grupo, pois a experiência individual expressava uma visão particular que não permitia generalizações” (Ferreira, 1998:3). Alguns historiadores condenavam o uso das fontes orais assim como a *História do tempo presente*, argumentando que o pesquisador necessitava da chamada *visão retrospectiva* dos fatos históricos, o que implicava seu distanciamento temporal destes.

Nos anos 1990, com o declínio do paradigma estruturalista aliado às transformações pelas quais a sociedade brasileira havia passado, a pesquisa qualitativa é revitalizada, em vez das estruturas, as redes passam a ser o foco, admitindo-se assim, importância das experiências singulares, fazendo com que a História Oral ganhe notoriedade e finalmente tenha aceitação no meio acadêmico. São criadas a Associação Brasileira de História Oral (ABHO), em 1994, e a *International Oral History Association* (IOHA), em 1996.

Hoje a História Oral conquistou de vez seu espaço, extrapolando os limites da academia, criando uma ponte entre a universidade e a sociedade.

3.3 - A História Oral, os Estudos Feministas e as Identidades Plurais

A partir da década de 60, paralelamente à intensificação do movimento feminista, há um aumento substancial dos estudos sobre mulheres, que vinham questionar as tradicionais abordagens que, em geral, as relegavam a segundo plano.

Com os Estudos Feministas, as histórias de vida e outros tipos de registros pessoais passaram a compor o cenário acadêmico, e assim, o desenvolvimento da História Oral permitiu uma mudança de enfoque nos trabalhos, abrindo caminho para diversas formas de estudos, que traziam a perspectiva de grupos que antes não faziam parte desses processos. Desta forma, as mulheres passaram também a ser objeto dos estudos de História Oral, sobretudo nos casos de mulheres das classes menos favorecidas e que, por esta mesma razão, apresentam até hoje pouquíssimos registros sobre suas experiências.

“Pesquisas passavam a lançar mão, cada vez com mais desembaraço, de lembranças e de histórias de vida (...). Assumia-se, com ousadia, que as questões eram *interessadas*, que elas tinham origem numa trajetória histórica específica que construiu o lugar social das mulheres e que o estudo de tais questões tinha (e tem) pretensões de mudança” (LOURO,1997:19).

Inicialmente, os objetivos políticos do movimento feminista eram dar visibilidade à especificidade da experiência feminina e a história oral forneceu os suportes teóricos e metodológicos para que isso acontecesse. O uso das fontes orais aliadas aos estudos sobre mulheres ampliaram significativamente o cenário da pesquisa histórica e introduziram nas pesquisas novos aspectos como a vida cotidiana e doméstica, a esfera privada da mulher comum, criando uma nova produção acadêmica sobre as mulheres, que validava e valorizava a experiência feminina.

Contudo, esses trabalhos, provavelmente inspirados pelo ardor político do momento, ainda eram bastante acrílicos e restringiam-se a um certo enaltecimento das narrativas orais de mulheres (Louro,1997). Com a expansão e o desenvolvimento das pesquisas começam a entrar em pauta outras questões teóricas abordando a perspectiva de gênero, produzindo um aparato crítico mais complexo às pesquisas que relacionavam as histórias de mulheres e

História Oral. Na pós-modernidade foi a vez do discurso da pluralidade entrar em cena. Assim a História Oral de mulheres vai incorporar as diferenças de classes, etnia, religião etc.

A identidade tem sido fragmentada em realidades múltiplas e diversas, marcadas significativamente por questões de gênero, portanto, uma das mais relevantes contribuições da conjunção entre história oral e a história de mulheres foi a refutação da herança positivista a uma universalidade abstrata e supostamente neutra com a qual tendemos a identificar o ser humano.

Essas identidades são construídas devido à necessidade de pertencimento do ser humano. O homem precisa fazer parte, identificar-se com o grupo (Bauman, 2005), e, para isso, é preciso levar em conta igualdades e diferenças, pois, a identidade pressupõe a diferença:

“(...) a identidade é relacional (...), depende, para existir, de algo fora dela: a saber, de outra identidade, de uma identidade que ela não é, (...), mas que, entretanto, fornece as condições para que ela exista. (...) A identidade é, assim, marcada pela diferença. (...) A diferença é sustentada pela exclusão (...)” (WOODWARD, 2000, p.9).

Para que uma identidade seja reafirmada e distinga-se, aqueles ligados a ela devem representá-la através de suas práticas de significação, pois é através destas práticas que os sentidos são produzidos e é por meio das representações que as identidades se conectam aos sistemas de poder. Dessa forma, quem tem poder, pode definir ou determinar a identidade:

“Se você foi destinado à subclasse²² (porque abandonou a escola, é mãe solteira, vivendo da previdência social, viciado, ou ex-viciado em drogas, sem-teto, mendigo ou membro de outras categorias arbitrariamente excluídas da lista oficial dos que são considerados adequados e admissíveis), qualquer outra identidade que você possa ambicionar ou lutar para obter lhe é negada a priori. O significado da “identidade de subclasse” é a ausência de identidade a abolição ou negação da individualidade, do “rosto” – esse objeto do dever ético e da preocupação moral. Você é excluído do espaço social em que as identidades são buscadas, escolhidas, construídas, avaliadas, confirmadas, ou refutadas” (BAUMAN, 2005, p.46).

As mulheres da EJA são pessoas, a princípio, relegadas a uma subclasse, e a educação, como um aspecto extremamente relevante na formação da identidade do indivíduo, torna-as capazes de adquirir conhecimentos que as farão transpor as desigualdades e subverter sua realidade.

3.4 - História Oral, Identidade e Memória

O surgimento da História Oral se dá contiguamente às novas concepções historiográficas que despontam a partir dos anos 1950, relacionando-se aos estudos culturais²³ que seguiam na contramão dos estudos estruturais, trazendo novas metodologias

²² (...) as pessoas que têm negado o direito de *reivindicar* uma identidade distinta de classificação atribuída e imposta. Pessoas cuja súplica não será aceita e cujos protestos não serão ouvidos, ainda que pleiteiem a anulação do veredicto. São pessoas recentemente denominadas de “subclasse”: exiladas nas profundezas além dos limites da sociedade-(...) (BAUMAN, 2005, p.45)

²³ “Os Estudos Culturais tomam como seu objeto qualquer artefato que possa ser considerado cultural, sem fazer distinção entre ‘alta’ e ‘baixa’ cultura (...). Diferentemente da crítica tradicional, entretanto, os EC não se concentram na análise estética a não ser para examinar suas conexões com relações de poder. Os EC concebem, pois, a cultura como campo de luta em torno da significação social. A cultura é um campo de produção de significados no qual os diferentes grupos sociais situados em posições diferentes de poder, lutam pela imposição de seus significados à sociedade mais ampla. O que está centralmente envolvido nesse jogo é a definição da identidade cultural e social dos diferentes grupos. Numa

e formas de se pensar a pesquisa, valorizando o indivíduo em detrimento dos estudos puramente quantitativos. Dessa forma, a memória indicava novos caminhos e possibilidades de se fazer história.

Memória pode ser descrita como a capacidade que as pessoas têm em guardar lembranças de fatos e experiências passadas e retransmiti-las às gerações futuras de diferentes meios e formas. Haveria a memória individual, relacionada às experiências individuais, mas que sofreriam influência do grupo social em que o indivíduo está inserido, e haveria também a memória coletiva, sugerida por Halbwachs (2006), que preserva eventos e costumes considerados importantes por determinada sociedade. Essa memória coletiva proporciona os ditos “lugares de memória” que é tudo aquilo que expressa essas memórias coletivas, tais como obras artísticas, monumentos etc. Como coloca Pierre Nora:

“A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. (...) é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente (...). Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. (...) emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. (...) se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (NORA, 1993:9).

definição sintética, poder-se-ia dizer que os EC estão preocupados com questões que se situam na conexão entre cultura, significação, identidade e poder” (SILVA, 1999).

Paralelamente a esses “lugares de memória” surgem as “memórias subterrâneas”, que transgridem a memória oficial, apresentando diferentes pontos de vista para esta. Essas memórias subterrâneas, para Pollak (1989), é que contribuiriam significativamente para a História Oral, pois é a partir deste enfrentamento da memória oficial que há a afirmação da identidade de uma minoria, que é marginalizada:

“Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial”, no caso a memória nacional” (POLLAK, 1989:4).

Para Thomson (1997) a memória não seria nem coletiva nem individual, mas uma composição destas, deslocando-se fluidamente entre presente e passado conforme os sentidos que são atribuídos àquilo que escolhemos lembrar.

Há uma relação dialética entre memória e identidade, pois nós construímos nossa identidade em relação às histórias dos outros sobre nós e às histórias que contamos sobre nosso passado e presente. Essas histórias representam não apenas aquilo que somos, como também o que queremos nos tornar:

“Assim, se nossa identidade é nossa percepção de quem somos agora, quem fomos e quem queremos nos tornar, não é apenas uma história, pode ter várias correntes, pode ser fragmentada. A memória obviamente é uma parte crucial disso, pois uma parte muito importante é “de onde vim”, “como me tornei quem sou agora” (THOMSON, 1997: 80).

Como a memória é construída de acordo com o local, o interlocutor e a situação, ao narrarmos nossa história de vida para alguém, estamos constantemente repensando aquilo que é narrado e nos reposicionando não somente em relação aos acontecimentos e em

relação ao outro, mas em relação a nós mesmos e é desse modo que construímos nossas histórias e identidades, pois, como narradores, reconstruímos discursos e nos reinventamos como sujeitos desses mesmos discursos.

“A memória gira em torno da relação passado-presente, e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências lembradas, em função das mudanças nos relatos públicos sobre o passado. Que memórias escolhem para recordar e relatar (e, portanto, relembra), e como damos sentidos a elas são coisas que mudam com o passar do tempo. (...) Esse sentido supõe uma relação dialética entre memória e identidade. Nossa identidade (ou “identidades”, termo mais apropriado para indicar a natureza multifacetada e contraditória da subjetividade) é a consciência do eu que, com o passar do tempo, construímos através da interação com outras pessoas e com nossas próprias vivências. Construímos nossa identidade através do processo de contar história, para nós mesmos – como histórias secretas ou fantasias – ou para outras pessoas, no convívio social” (THOMSON, 1997: 57).

Assim, ainda que a memória esteja sujeita a influências e valores externos ela é aquilo que dá sustentação à identidade do sujeito ou do grupo, é o vínculo entre o presente e o passado. É a partir da memória que evocamos no ato de narrar, que construímos e reconstruímos nossas identidades sociais, ressignificando o presente e o passado.

3.5 - A metodologia da História Oral

Embora o presente trabalho tenha tomado como principal referência o conjunto de procedimentos adotados pelo NEHO-USP (Núcleo de Estudos de História Oral), cujo aporte é o trabalho do prof. Meihy, vamos dialogar com alguns nomes da história oral como Caldas (1999a; 1999b; 2008) e Patai (2010), que apesar de apresentarem em certos

momentos visões diferentes para a História Oral, a meu ver, tem um ponto em comum: a humanidade como matéria de trabalho. Todos lidam com o humano, o singular, o essencial e insubstituível que há em cada um de nós, e, por isso mesmo tão universal e coletivo. Contraditório? Sim, como é o ser humano, como são suas experiências e vivências.

Meihy contribui com a instituição do método, abre caminho para o exame das humanidades, olhar por entre as experiências, estabelece os meios para que isso aconteça. Caldas e Patai trazem a poesia: não há objeto a ser pesquisado, há sujeitos em diálogo (Caldas, 1999a: 70), pois existem muitas formas de se contar a mesma história, existem muitos olhares para uma mesma circunstância, um mesmo evento:

“Por meio da História Oral, por exemplo, movimento de minorias culturais e discriminadas, principalmente de mulheres, índios, homossexuais, negros, desempregados, além de migrantes e imigrantes, exilados, têm encontrado espaço para abrigar suas palavras, dando sentido social às experiências vividas sob diferentes circunstâncias” (MEIHY, 2007:26).

Os preceitos abordados pelo NEHO-USP definem a importância da existência de um projeto, pois é este que diferencia a HO de outras áreas que também lidam com entrevistas. O projeto precisa especificar suas condutas, qualificar os procedimentos, delinear a proposta a ser desenvolvida, apresentar sua fundamentação teórica e justificativa, apontando para questões como *de quem, como e por quê*, levando em conta a relevância social da pesquisa.

Esse projeto deve apresentar sua *comunidade de destino*, que seriam aquelas pessoas que têm algum aspecto marcante em comum, ou seja, partilham certa identidade; a *colônia*, que seria um afinamento da comunidade de destino, um grupo menor dentro de uma comunidade mais ampla, ligado por relações de gênero, classe, gerações, entre outras. As

colônias subdividem-se em grupos, que irão constituir as *redes*, compostas pelos sujeitos selecionados para as entrevistas, segundo critérios de pertencimento ou diferenças de discursos.

A História Oral pode apresentar diversos gêneros que devem ser conduzidos de maneira própria, de acordo com o projeto a ser desenvolvido. Os três principais ramos da HO são: a *história oral de vida*; a *história oral temática* e a *tradição oral*.

Nas *histórias orais de vida*, o entrevistado narra suas percepções das vivências que experimentou, permitindo que o pesquisador possa, a partir de seu relato, tecer um panorama de uma dada situação, ou um dado grupo:

“A *história oral de vida* é o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo. Os acontecimentos vivenciados são relatados, experiências e valores transmitidos, a par dos fatos da vida pessoal. Através da narrativa de uma história de vida, se delineiam as relações com os membros de seu grupo, de sua profissão, de sua camada social, da sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar” (LANG, 1996: 34).

A história oral de vida consiste em narrativas que se dão a partir da memória, “dos ajeites, contornos, derivações, imprecisões e até das contradições naturais da fala” (Meihy, 2007), neste gênero as entrevistas são livres utilizando-se estímulos, em lugar de questionários, como os usados na história oral temática. Estímulos são diferentes de perguntas e, dessa forma o entrevistado fica mais livre para escolher sua narrativa.

A *História Oral Temática* busca analisar um determinado evento ou situação e embora apresente um conjunto de procedimentos, além de um projeto, ainda guarda certa similaridade às entrevistas tradicionais, utilizando-se de questionários orientados para fins

específicos. Já a *Tradição Oral* envolve o levantamento e estudo de mitos fundadores, questões éticas ou morais e rituais do cotidiano de grupos (Meihy, 2007).

No que tange aos conceitos de História Oral de Vida e História Oral Temática, faço coro com Guimarães (2010) e Leite (2008), que colocam a polêmica acerca da distinção entre um e outro, pois uma vez que as histórias de vida sempre são entremeadas por um ou mais temas, trazidos pela própria pergunta de corte, não fariam sentido diferenciá-los:

“Assim como eu, Leite (2008: 71) entende essas duas caracterizações da história oral como “idealizações”, pois para ele toda entrevista de história oral de vida é recortada por um ou mais temas específicos trazidos pelo pesquisador, seja através da “pergunta de corte”, como propõe Meihy, seja pela própria definição das etapas do projeto” (GUIMARÃES, 2010:27).

Dessa forma, neste trabalho, nos utilizaremos da História Oral de Vida que perpassa por uma abordagem temática, na medida em que iremos tomar as narrativas das trajetórias de vida de mulheres que cursaram a EJA como base para as análises das relações de gênero e do papel que a educação teve na construção das identidades dessas mulheres. Por esse motivo, a *pergunta de corte*²⁴ nas entrevistas foi: “Qual a importância do retorno à escola em sua vida?”

Seguindo a proposta de trabalho do prof. Meihy, o primeiro passo para dar início às gravações é a busca pelo “reserva de memória”, que é a primeira pessoa a ser entrevistada, aquela que indicará os próximos entrevistados. Com essa pessoa faz-se uma entrevista caótica, em que se pergunta de tudo, para, a partir daí, se organizar as redes. Esse primeiro colaborador é o chamado *ponto zero* (Meihy, 2000: 178). No caso de nossa pesquisa o

²⁴ *Pergunta de corte* é uma questão que perpassa todas as entrevistas e que deve referir-se à comunidade de destino que marca a identidade do grupo analisado. Quase sempre a pergunta de corte vem no final da entrevista. (Meihy, 2000:176)

ponto zero foi a entrevista da adolescente Karina²⁵, filha de Marcela²⁶, que naquela ocasião cursava a 8ª série do Ensino Fundamental na mesma classe da mãe.

A entrevista com Karina não foi incluída nesta dissertação, mas, serviu-nos para delimitar a rede que iríamos abordar, além de fornecer-nos outra perspectiva das relações de gênero e maternidade que se dão entre mãe e filha e que perpassam a narrativa de ambas.

A escola alvo de nossa pesquisa, a EMEF Jd. Boa Esperança, possui apenas uma classe de 8ª série no segmento de Educação de Jovens e Adultos, cuja maioria dos estudantes são mulheres. Dentre essas mulheres, observam-se dois grupos etários distintos: o primeiro, composto por adolescentes com idades entre 16 e 18 anos e o segundo, composto por jovens adultas entre 20 e 40 anos. Essa distinção fica clara não somente ao que tange à idade, mas também em seus comportamentos, falas, hábitos e modos de vida: enquanto nenhuma das moças com idade abaixo de 18 anos havia sido mãe, as com mais de 20 anos possuíam pelo menos dois filhos.

Inicialmente, cogitei trabalhar com grupo de adolescentes, porém ao realizar as primeiras entrevistas, minha percepção foi a de que as jovens, talvez pela pouca idade, ainda não tinham condições de conceber um certo distanciamento temporal ao narrarem suas trajetórias, e, muitas vezes as entrevistas não tinham a fluidez e a desenvoltura que eu pensava que poderiam ter. Concluí que, para selecionar as adolescentes como colaboradoras, o trabalho teria que esmiuçar a temática da juventude, que não é o recorte desta pesquisa. Além disso, a entrevista com Karina apontou para questões em relação à trajetória de sua mãe (e colega de sala), que, a meu ver deveriam ser analisadas. Optei, então, por selecionar como rede, o grupo das mulheres entre 20 e 40 anos, pois, julguei que

²⁵ Nome fictício.

²⁶ Nome fictício.

em suas narrativas, seriam capazes de lançar um olhar sobre si mesmas do ponto de vista de alguém que revisita seu passado e a própria história.

Foram feitas sete entrevistas das quais apenas quatro foram incluídas nesta pesquisa, em razão da faixa etária delimitada, sendo que a quinta entrevistada apresentada neste trabalho, na verdade, não nos concedeu uma entrevista, mas nem por isso sua história é menos significativa que as demais²⁷. As entrevistadas escolheram o dia, horário e local de sua preferência para as entrevistas e foi somente após a devolução social de seus textos que lhes foi apresentada a autorização para cessão de voz e direitos²⁸.

É interessante notar que, com exceção de Carla, que escolheu conceder a entrevista em sua casa, nenhuma das outras entrevistadas fez a mesma opção, tendo preferido, todas as demais, a escola como local de realização de nossas conversas.

A escolha do local das entrevistas já nos dá pistas da representação simbólica da escola para algumas das mulheres alunas da EJA. A possibilidade de que filhos, companheiros ou demais familiares pudessem ser eventuais ouvintes era um fato que parecia as incomodar profundamente e foi o principal motivo alegado por elas para que as entrevistas não acontecessem em suas residências. Talvez, também, por ser a entrevista algo que dizia respeito a elas, pertencia a elas, afinal, eram suas histórias, suas vidas, que iriam ser desnudadas. Além disso, como companheiros, filhos ou outros familiares, quase sempre são parte dessas narrativas, há de se compreender o porquê dessas mulheres hesitarem em se expor diante deles.

Além do espaço doméstico, a escola e, em alguns casos, a igreja, são os únicos lugares onde o trânsito é permitido às mulheres. Essas restrições acontecem mesmo entre

²⁷ A história de Teresa (nome fictício escolhido por mim) será esclarecida no subcapítulo das entrevistas transcritas.

²⁸ Modelo de cessão de direitos está no anexo II.

aquelas que trabalham e que, em tese, teriam um pouco mais de independência e liberdade do que aquelas que são apenas donas de casa. Assim, a escola é o lugar neutro, sagrado, onde não só elas têm a liberdade para fazerem ou dizerem o que quiserem, como também é o espaço que lhes é permitido ocupar. Na escola muitas delas assumem uma identidade completamente diferente daquela do ambiente doméstico – na escola elas conversam, paqueram, brincam-experienciam muitas vezes a adolescência que lhes foi negada, já que grande parte delas iniciou tanto a vida conjugal como a maternidade muito cedo, numa época da vida em que seriam naturais certas vivências e atitudes.

A escola não é apenas o espaço de socialização e aprendizado, mas também de resgate de toda uma época da vida que havia ficado em suspenso. É por isso que a escola é considerada tão perigosa pelos companheiros, é por isso que eles tanto a temem, dificultando ao máximo a vida das mulheres-estudantes, lembrando-as constantemente de suas outras identidades, de mulher-esposa, mulher-mãe, mulher-doméstica.

Quando uma pessoa conta sua história, busca reunir os elementos de sua vida, reformulando-os de modo a construir uma interpretação de si mesma distanciando-se de si própria, racionalizando seu passado, a fim de reconstruir sua identidade através do tempo, uma vivência que dialoga com ela mesma: um exemplo disso é que Silvana²⁹ inicia sua narrativa com a frase “Eu fiz tudo errado”, como se ao examinar sua trajetória, antes mesmo de expô-la aos microfones e ouvidos alheios, ela fizesse um exame de si mesma e decretasse previamente o veredicto de sua existência.

A narrativa autobiográfica, assim, nos traz o testemunho de uma pessoa sobre si mesma, o debate de uma existência que dialoga com ela própria, na busca de sua fidelidade mais íntima.

²⁹ Nome fictício a pedido da colaboradora.

“Uma mulher contando sua história de vida está, em certo sentido, oferecendo seu eu para o exame dela mesma e do pesquisador. O fato de que o narrador *constrói* seu eu no ato de falar não altera a dimensão da exposição e das revelações pessoais. (...) O próprio ato de contar uma história de vida parece requerer uma estrutura: alguém repensa os acontecimentos da vida de alguém de modo que eles façam sentido. Na narração, portanto, um sujeito – em muitos sentidos – é criado através do tempo” (PATAI, 2010:28).

Para Meihy, o texto transcrito como produto das entrevistas é apenas o início do processo de criação textual, que envolve ainda a *textualização*, onde são suprimidas as perguntas do entrevistador e o texto passa a uma narrativa linear, e por fim a *transcrição*.

O termo *transcrição* foi cunhado a partir da definição dada por Haroldo de Campos³⁰ para o processo de tradução de um idioma para outro, em que se vai além daquilo que é dito e interpretam-se os significados dos “não ditos”. Nesse sentido a transcrição guarda relação com certas concepções da tradução e seu processo de criação textual pós-entrevista caracteriza-se pela busca da incorporação do sentido do outro, pela assimilação dos elementos não verbais que percorrem a entrevista, como os gestos, a entonação de voz, é onde acontece a teatralização da linguagem não verbal: a transcrição é uma busca pelo sentido do outro.

“A *transcrição* é assim um fundamento-chave para a história oral, pois, sendo ela aplicada aos estudos de grupos, comunidades e indivíduos, abandona os estritos caminhos da racionalidade e se abre às convenientes dimensões subjetivas. A noção de *transcrição* ganha novos sentidos na história oral, pois sugere a fatalidade da transcrição como ato de recriação para comunicar melhor o sentido e a intenção do que foi registrado” (MEIHY&HOLANDA, 2007:136).

³⁰ Haroldo Eurico Browne de Campos (São Paulo SP 1929 - São Paulo SP 2003). Poeta, tradutor, ensaísta, irmão mais velho do também poeta, tradutor e ensaísta Augusto de Campos (1931). (Fonte: http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_lit/index.cfm?fuseaction=biografias_texto&cd_verbete=5178)

“O texto transcrito, embora objeto de crítica de seguidores de outras linhas de pesquisa, se mostra como alternativa ideal quando o objetivo é conferir sentido à narrativa” (EVANGELISTA, 2010a: 177).

Manoel de Barros, um dos maiores poetas brasileiros de todos os tempos, não gostava do dito, não gravava entrevistas, dizia que sua obra só podia ser compreendida no escrito. No entanto, para mim, a sonoridade de sua poesia, a música de suas palavras tem um som incomparável quando ouvidas e, justo por isso, precisam desesperadamente ser escritas. Mas, se a *palavra oral não dá rascunho*³¹, como transformar o dito no escrito? Como ouvir aquilo que as palavras têm a dizer?

Para Caldas, *o abismo entre o escrito e o oral* não passa de um mito de determinadas culturas escritas, que, muitas vezes “dissolvem não somente o oral, mas todas as dimensões vivas da expressão e do humano, não por serem melhores que essa oralidade ou expressões, mas por não poderem conter o escrito em sua ampla riqueza” (Caldas, 1999a: 79).

O processo de transcrição é extremamente árduo no sentido de que o pesquisador precisa transformar a textualização em um “texto recriado em sua plenitude” (Meihy, 2000:184), mas cuidando para que aquele que o narrou continue se reconhecendo nele. Ainda que o objetivo seja o de atingir o maior número possível de pessoas, privilegiando, portanto, as ideias em detrimento do discurso simplesmente transcrito, não é fácil reorganizar e dar lógica ao texto de outrem sem temer ir-se além do que deveria.

A transposição do oral para o escrito definitivamente não é um processo simples e o pesquisador precisa assumir sua interferência na realidade observada, pois ao se fazer História Oral não há como se considerar uma suposta neutralidade, tipicamente positivista,

³¹ Manoel de Barros, em entrevista à Folha de São Paulo em 2004.

do entrevistador. O resultado de uma entrevista, sem dúvida é produto da relação estabelecida entre o narrador e o pesquisador (Evangelista,2010b).

Em toda entrevista, por mais longa que seja, existe algo que a pessoa quer falar e é exatamente isso que vai ditar o ritmo da mudança do texto. Assim, no momento da textualização, perceber o *tom vital*³² das narrativas é fundamental para a confecção do texto transcrito, assim como sua legitimação deve sempre contar com a aprovação deste pelo colaborador. O envolvimento dos colaboradores, nesse sentido, torna-se imprescindível.

Como coloca Meihy:

“(a transcrição) é a fase final do trabalho dos discursos. (...) Teatralizando-se o que foi dito, recriando-se a atmosfera da entrevista, procura-se trazer ao leitor o mundo de sensações provocadas pelo contato, e como é evidente isso não ocorreria reproduzindo-se o que foi dito palavra por palavra. (...) tem como fim trazer ao leitor a aura do momento da gravação. (...) O fazer do novo texto permite que se pense a entrevista como algo ficcional e, sem constrangimento, se aceita essa condição no lugar de uma cientificidade que seria mais postiza. Com isso, valoriza-se a narrativa enquanto um elemento comunicativo prenhe de sugestões. (...) Nesse procedimento, uma atitude se torna vital: a legitimação das entrevistas por parte dos depoentes” (MEIHY, 1991: 30).

A devolução social proposta por Meihy (2000) é parte essencial desse trabalho, não somente como componente dessa colaboração entre pesquisador e entrevistado, mas como princípio básico daquilo que se crê que seja a História Oral: a não objetificação das pessoas e suas histórias. Não se pode simplesmente adentrar a vida de alguém, extrair suas experiências de modo a fazer delas matéria de sua pesquisa e nunca mais voltar. É preciso devolver o produto daquele momento, ver se o outro se reconhece nele, construir novas

³² *Tom Vital* é a frase que serve de epígrafe para a leitura da entrevista. É sobre essa frase que se pretende organizar o critério de percepção do leitor. Assim, portanto, a frase escolhida funciona como um farol a guiar a recepção do trabalho (Meihy, 2000:184).

interpretações e olhares a partir da reflexão e da re-visão que o outro terá de sua própria experiência transcrita. Ao se re-ver e re-visitar sua história no texto escrito, após as interferências do oralista, ele (ainda) se reconhece nela? De quem passa a ser aquela história? Quem se vê nela?

Enquanto para Meihy e Holanda “apesar de o tratamento dado ao entrevistado ser o de colaborador, mediante a responsabilidade do escrito, o autor deve ser sempre quem colheu a entrevista, dirigiu o projeto e assumiu publicamente a responsabilidade sobre o que está dito, gravado e usado” (Meihy e Holanda, 2007: 61), para Patai “não é correto supor que (...) o entrevistador desempenha o papel mais importante e é o principal ‘responsável’ pela entrevista. Tal visão (não reconhece a autoridade e a criatividade do narrador ao tecer seu próprio texto” (Patai, 2010:31). Assim, enquanto para Meihy e Holanda a autoria é do oralista, para Patai essa autoria retorna ao narrador, penso, porém, que essa autoria seria compartilhada, uma vez que aquela história, a meu ver, pertence ao narrador, mas, ao mesmo tempo, não há como ignorar que o oralista, ao transcriar o texto e publicá-lo, torna-se, dessa forma, parte fundamental nesse processo construtivo-criativo. Dessa forma, “o resultado final da entrevista é o produto de ambos, narrador e pesquisador” (Portelli, 1997a:36).

Não foi nem um pouco fácil fazer a devolução social às mulheres entrevistadas, foram meses de tentativas, negociações e persistência. Elas mostravam-se solícitas ao telefone, combinavam o dia e o local, mas, na hora marcada, havia um problema, um imprevisto e o encontro era adiado.

Com Carla não foi diferente, foram sucessivos encontros desmarcados até que finalmente ela me recebesse em sua casa. Quando quis confirmar o endereço, ela imediatamente me advertiu: “Olha, não moro mais naquele lugar em que você veio da

última vez”. Como ela própria narra em sua entrevista, as sucessivas mudanças de casa fazem parte de sua rotina e, como a devolução de seu texto aconteceu vários meses depois da entrevista, mais uma vez ela já havia mudado de endereço.

Com Silvana³³ e Maísa³⁴ foi ainda mais difícil conseguir fazer a devolução: houve um momento em que elas simplesmente não atendiam meus telefonemas, o que me deixou ao mesmo tempo frustrada e intrigada: do meu ponto de vista, quem não ia ter a curiosidade de ver a própria história no papel? Saber o que resultou daquelas horas de entrevista concedidas? Afinal, essas mulheres disponibilizaram-me não somente seu tempo, mas sua intimidade. Por que, então, não queriam mais ter (aparentemente) nenhum contato com suas histórias de vida?

Caldas afirma que “para se estudar determinada realidade, é preciso também uma autoavaliação do oralista em relação a sua posição de classe, sua função social, suas metas teóricas e que destino elas devem tomar” (Caldas, 1999a: 74), e isso sem dúvida é um exercício constante que precisa ser feito pelo pesquisador: o que para mim era um tanto quanto incompreensível do ponto de vista de uma mulher branca, de classe média, sem filhos etc. como o fato de as narradoras terem certa resistência em ter contato com sua história, talvez se explicasse pelo fato de que, ao falar para o pesquisador, ao contar suas histórias, elas estariam se “libertando” daquelas experiências, algo como um tipo de catarse, assim, rever o texto que contém suas histórias de vida é algo que, em princípio, elas relutam em retomar e reviver, mas, ao fazerem-no, reencontram-se a si mesmas.

Depois de tantos encontros frustrados com Silvana e Maísa resolvi tentar o apelo da tecnologia, buscando o meio de comunicação atualmente mais usado pelas alunas: a

³³ Nome fictício a pedido da colaboradora.

³⁴ Nome fictício a pedido da colaboradora.

mensagem de celular. Na mensagem, procurei explicar o quanto era importante para a pesquisa ter um retorno delas sobre o texto resultante de suas entrevistas e sugeri, inclusive, ir a seus trabalhos na hora do almoço, já que percebia ser tão complicado para elas ir a outro lugar (mais uma vez elas refutaram a possibilidade de eu ir até suas casas). Deu certo, em parte – apenas Maísa me respondeu aceitando a proposta.

Cheguei ao prédio onde ela trabalha como faxineira, num bairro em ascensão em Campinas, na hora combinada e Maísa conduziu-me a um dos pátios internos do edifício, onde poderíamos ficar mais à vontade. Quando tirei da bolsa o calhamaço de papel que continha sua história ela se assustou: “Nossa! Isso tudo?”. Argumentei que aquilo era o produto da longa entrevista que havíamos feito e ela, então, começou a folhear as páginas dizendo que “ia dar uma olhadinha”, mas que confiava no que eu tinha feito.

Só então percebi que não haveria a menor condição de que ela lesse todas aquelas páginas naquele momento e senti-me muito envergonhada por propor aquilo, pois não queria atrapalhá-la em seu trabalho, especialmente na hora de seu almoço. Disse-lhe que o objetivo era que ela lesse sua história com tranquilidade e não apenas superficialmente, que não a importunaria em seu trabalho, que ela levasse o texto para casa, lesse quando pudesse e depois eu buscaria um retorno. Saí do prédio descrente de que ela leria aquele amontoado de páginas.

Como o trabalho de Silvana era próximo ao de Maísa, resolvi ligar para ela, em mais uma tentativa de entregar-lhe seu texto e, como das outras vezes, ela não me atendeu. Pensei então que poderia pedir a ajuda de Maísa para conseguir contatar Silvana, afinal, as duas continuavam a estudar juntas na escola estadual em que cursam o ensino médio. Telefonei novamente para Maísa, já me desculpando por incomodá-la mais uma vez. Ela me atendeu com uma voz embargada, e, para minha surpresa, contou-me que havia

resolvido “dar uma olhada na história”, mas não resistiu e a estava lendo inteira. “Estou emocionada, já até chorei. É como se eu estivesse revivendo tudo aquilo” disse ela com um misto de alegria e comoção.

Não posso descrever minha felicidade, pois a insegurança que tinha de que ela não se reconhecesse naquele texto transcrito era grande, mas, ao contrário, segundo Maísa aquela era “a sua história”, tão sua a ponto de lhe arrancas lágrimas a partir das lembranças revividas. Isso remeteu-me a Caldas ao discorrer sobre a transcrição:

“O texto final (...) jamais poderia ter sido pronunciado daquela maneira pelo nosso interlocutor; no entanto, cada palavra, cada frase, cada estrutura lhe pertence; cada história, cada ritmo, cada momento narrado pertence a ele e somente a ele, a ponto de o interlocutor nos dizer *eu vivi cada uma dessas palavras*; mesmo depois de a sua fala ter se transformado no texto transcrito (...) O texto transcrito é, para o interlocutor, sua vida no papel, aquela vida escolhida por ele para ser a sua vida (...)” (CALDAS, 1999b: 109).

Comentei com Maísa sobre minha dificuldade em falar com Silvana e ela prometeu-me que iria tentar convencê-la a me encontrar. Mais tarde ela me ligou contando que Silvana havia aceitado me encontrar na porta do Zanluchi³⁵ antes do início da aula.

Às dez para as sete eu estava na porta da escola, mas quem veio receber-me foi Maísa, alegando que Silvana estava “lá dentro jantando”. Entreguei-lhe o envelope com a história de Silvana, junto com um bilhete para ela dizendo-lhe o quanto sua história era inspiradora, na esperança de encorajá-la a lê-la.

Marcela foi a mais tranquila das entrevistadas em relação à devolução social. Não houve problemas para contatá-la, tampouco em relação à legitimação de sua entrevista. Penso que isso se deve ao fato dela não ter contado tanto sobre si mesma, prova disso é que

³⁵ Escola Estadual Antônio Zanluchi, escola estadual onde Maísa e Silvana, na época, cursavam o Ensino Médio.

sua entrevista foi a mais curta de todas. Apesar de ter escolhido contar apenas alguns aspectos de sua vida, Marcela reconhece a importância de sua história ser contada, segundo ela, para que “as pessoas saibam que Deus faz milagres”.

Como a pesquisa irá abordar as relações de gênero dentro da Educação de Jovens e Adultos, buscando uma percepção de como o processo de escolarização influenciaria a construção da identidade das mulheres que frequentaram este espaço, as histórias orais de vida vêm atender àquilo que se propõe meu trabalho, possibilitar que as histórias dessas mulheres sejam ouvidas.

Capítulo IV - Mulheres na EJA: Questões de Identidade e Gênero

4.1 - As Histórias de muitas vidas – As entrevistas

“Seu dom é poder contar sua vida; sua dignidade é poder contá-la inteira. O narrador é o homem que poderia deixar a luz tênue de sua narração consumir completamente a mecha de sua vida.”

Walter Benjamin

Silvana³⁶

A entrevista com Silvana não foi fácil de ser obtida e foi fruto de alguma insistência de minha parte. Nas minhas primeiras abordagens, Silvana mostrou-se entusiasmada e solícita em relação à perspectiva de conceder-me sua entrevista, porém, cada vez que eu tentava marcar nossos encontros, algum obstáculo surgia.

Seguindo os procedimentos sugeridos pelo prof. Meihy, deixei o local da entrevista à escolha de Silvana, colocando-me à disposição para ir até sua casa, se ela assim o desejasse. Ela recusou prontamente, alegando dificuldade em conciliar seus horários por causa do trabalho, preferindo a escola.

Como o local escolhido por Silvana para contar sua história havia sido a escola onde estuda, a entrevista precisava acontecer antes de suas aulas começarem. Isso representou um enorme empecilho para que a mesma se realizasse. Marcamos o encontro uma, duas, quatro, sei lá quantas vezes: invariavelmente, surgia algum imprevisto em casa ou no trabalho e Silvana se atrasava, impossibilitando a entrevista. Volta e meia ela tentava

³⁶ Nome fictício a pedido da colaboradora.

esquivar-se: “Isso não tá dando certo, acho melhor você arrumar outra pessoa. Eu não tenho nada pra contar, não... por que você não arruma outra pessoa?”, e eu insistia: “Imagine...vamos fazer dar certo. É claro que você tem coisas para contar.”

Ao perceber que eu não ia desistir, Silvana finalmente cedeu. Quando começou a contar sua história, mal parava para respirar. Sua entrevista foi a mais intensa e uma das mais longas que fiz. Praticamente não interferei, deixando-a falar livremente sobre sua vida.³⁷

Silvana falou pouco mais de uma hora, contou sobre sua relação com os pais, os abusos físicos e emocionais perpetrados pelo ex e pelo atual marido, as vicissitudes de seu trabalho e como via na educação um meio de subverter as condições de humilhação, submissão e pobreza que se encontrava. Para quem afirmava não ter nada para contar, até que Silvana contou muita coisa...

“Depois que eu comecei a estudar, me ergui! A gente sente uma esperança de que as coisas vão melhorar... Eu me achava burra, completamente burra, agora, com todo mundo que eu converso, eu falo ‘eu não sou burra mais, agora eu já sei das coisas’”.

Às vezes penso que fiz tudo errado na minha vida, pois quando era tempo de estudar, não estudei, quando era tempo de trabalhar, não trabalhei, quando era tempo de pensar em mim, não pensei: fiz tudo errado...

³⁷ Segundo Meihy, em o *Manual de História Oral*, no caso da História Oral de Vida, “quanto menos o entrevistador falar, melhor. A participação do entrevistador deve sempre ser estimuladora e jamais de confronto” (Meihy, 2002, p. 149).

Meu nome é Silvana, tenho 31 anos e nasci em Sumaré, interior de São Paulo. Aos catorze anos de idade, fui morar junto com o meu então namorado, Eduardo³⁸, e meus pais, em vez de dizer que não, que eu devia estudar, ao contrário, apoiaram essa decisão, porque achavam que não ia adiantar ficar falando, dando conselho... quer dizer, isso é o que eu acho que eles pensavam, mas, na verdade, não sei o que se passava na cabeça deles. Se tivessem me pressionado um pouquinho que fosse, eu não tinha ido adiante, mas não – me apoiaram e, ainda por cima permitiram que eu e meu namorado fôssemos morar na casa deles.

Eduardo me buscava na porta da escola quase todos os dias e eu ia com ele, não pensava. Comecei a ir mal nos estudos, repeti de ano, fui desanimando da escola. Meu pai, percebendo aonde a coisa ia, falou: “já fica junto logo”, e assim feito.

Foi só nós irmos morar juntos e eu parei de estudar. Estava na quarta série. Depois de um ano eu já tinha engravidado do meu primeiro filho. Bastou a criança nascer para que eu parasse totalmente com tudo na minha vida. Tinha catorze anos e o Eduardo, dezoito. Nós dois éramos muito novinhos, novinhos de tudo.

Comecei a levar a vida de uma mulher de trinta e oito, quarenta anos, porque só vivia presa dentro de casa. Fui levando aquela vidinha...

Nós ainda não havíamos completado dois anos juntos quando o comportamento do Eduardo começou mudar. Ele deu pra beber, chegava da rua e me batia. Foi então que eu percebi que ele tinha começado a usar drogas. Ali teve início todo o sofrimento em que se transformou a minha vida e que dura até hoje. São muitos anos sofrendo.

Eduardo me agredia dentro da casa dos meus pais e eles não faziam nada. Meu pai dizia que não se metia porque se interferisse, depois nós estaríamos de bem e ele e minha

³⁸ Nome fictício escolhido pela colaboradora.

mãe é que seriam tidos como ruins. E isso continuou acontecendo até o dia em que meu pai propôs:

— Ah, é melhor vocês alugarem uma casa e irem morar pra lá...

Nós alugamos uma casa e fomos viver eu, meu marido e meu filho. Foi aí que o Eduardo começou a judiar ainda mais de mim. Às vezes, eu dizia pra ele:

— Tenho fé em Deus que um dia ainda vou arrumar um serviço e vou embora.

E ele me respondia:

—Você não tem capacidade pra trabalhar. Você nunca vai arrumar um serviço pra largar de mim.

Fui acreditando nisso, fui ficando, aceitando aquela vida. Apanhando, me acabando. Era menina nova e já estava daquele jeito, sem esperança nenhuma. Me sentia inútil em casa. Não tinha capacidade de arrumar um serviço, porque eu não sabia de nada. Não trabalhava porque não tinha estudo, não tinha nada. É por isso que a escola é a coisa mais importante para mim. Quando a pessoa fica longe da escola...

Um dia, a mãe do Eduardo virou-se pra mim e fez a oferta:

— Em vez de vocês ficarem pagando aluguel, por que não vêm morar comigo?

Foi a pior coisa que fiz na minha vida! Ninguém sabe o que eu passei na mão daquela mulher, como ela também judiava de mim. Comi o pão que o diabo amassou. Ela não me deixava conversar com ninguém, nem receber visita, porque tinha medo que eu contasse para alguém o que o filho dela fazia comigo. Eu ficava presa dentro de casa. Presa.

Até a hora de eu levantar, ela determinava. Eu nunca havia tido o costume de acordar tarde, às cinco horas da manhã, já estava acordada, mas, na casa da minha sogra, tinha que ir dormir na marra, porque, como ela acordava ao meio-dia, queria que eu acordasse ao meio-dia também.

A janela nunca podia estar fechada, tinha que ficar aberta, que era pra ela ficar me olhando. Eu não podia abrir a boca, não podia conversar com ninguém. Que vida!

Uma vez, meu pai apareceu no portão e ela não deixou ele entrar, disse que a casa era dela e que eu não ia receber ninguém lá. Tudo isso, era pra eu não falar o que o filho dela fazia comigo. Parecia que eu estava num presídio.

Eduardo me batia tanto, que algumas cicatrizes eu carregava até hoje. Tenho uma marca no meu olho por causa de um soco, que fez um corte tão feio, que era pra eu ter levado uns quatro pontos, mas a mãe dele não deixava eu ir para o hospital. Não dava, né? Imagina se eu vou pro hospital e todo mundo fica sabendo o que acontecia.

Uma dia, Eduardo chegou em casa muito bêbado ou drogado, sei lá, e eu estava no quarto, dormindo. Ele arrebentou a porta, chegou perto de mim e me deu um murro bem no meio da cara. Eu estava dormindo, estava escuro, mas, mesmo assim, pude sentir aquela água quente, descendo do meu rosto. Quando acendi a luz, percebi que era sangue. Gritei, mas ninguém aparecia... ninguém. No dia seguinte, disse que ia embora e ele me ameaçou:

— Se você passar por aquele portão, eu te mato!

E eu fui ficando...

Quando o Eduardo me agredia e eu corria pra ligar para a polícia, minha sogra tirava o telefone da minha mão, dizendo que eu não iria denunciar o filho dela.

Eu dizia a ela que o filho usava drogas, mas ela não acreditava. Eduardo era filho único e, para ela, ele era assim como um rei, e mesmo ela estando ali dentro, vendo o que eu estava passando, eu é que não prestava.

Um dia, depois de muito tempo, acho que de tanto eu pedir a Deus, uma coisa aconteceu: estava num ônibus indo pra Campinas, quando conheci uma moça. Nós fomos

conversando (porque eu sou do tipo que conversa com as pessoas, antigamente, era de ter amizades) e, papo vai, papo vem, a tal moça me falou assim:

— Olha, lá no serviço saiu a moça do almoxarifado. Você não quer ir lá? Quem sabe você não consegue o serviço?

Eu pensei comigo: “Vou tentar”.

Então, na volta de Campinas, já passei lá nessa firma, na rede Brás. Eu já passei logo lá. O pessoal da firma perguntou pra mim:

— Você tem até que série?

Daí eu menti, falei que tinha até a oitava. E eles:

— Ah, você tem até a oitava? Pode começar amanhã?

Eu respondi:

— Claro!

Eles prometeram:

— A gente vai ensinar a você o serviço certinho.

E eu, toda entusiasmada:

— Tudo bem!

Foi bem difícil convencer meu marido a me deixar trabalhar, mas, com jeitinho, fui conseguindo fazer a cabeça dele, dizendo que ele podia confiar em mim, que se eu ia trabalhar era pra ajudar ele mesmo, que ele ficasse tranquilo, pois eu não ia comentar com ninguém as coisas que aconteciam comigo. Ele finalmente concordou, mas com a condição de ir me levar e me buscar todos os dias. Aceitei.

Eduardo me levava e me buscava todos os dias, acreditando que aquilo era pra melhorar a nossa vida, só que, na verdade, a minha ideia era a de que se desse certo esse serviço, eu alugaria uma casa pra mim e iria embora.

Até a mãe dele acreditou e achou que era bom, pois ela era o tipo da mulher que gostava de ter as coisas, gostava da casa arrumada, então, ela disse pra ele:

— Se você vai levar e buscar ela, não tem perigo. Mesmo ela sendo mulher, se você vai levar e buscar, vai dar certo...

Foi assim que comecei. Devia ter cerca de dezoito anos. A minha sorte é que a firma não me pediu pra fazer teste nenhum, nada. Chegando lá eles me ensinaram o serviço e, graças a Deus, o trabalho era atender só o telefone. Não tinha que mexer com negócio de conta. Era só atender o telefone mesmo e passar o ramal pro chefe. E eram várias as salas pra onde se passava o ramal.

O dia em que acabou meu período de experiência, foi um dos mais felizes da minha vida. Saí mais cedo do trabalho e fui alugar uma casa. Só pensava: “Nem que ele me arrebente, mas que eu vou sair mais cedo, eu vou!”. E aluguei uma casa.

Voltei pra casa da minha sogra, entrei. Ela estava nos fundos. Arrumei umas coisinhas escondido, peguei meu menino e sai correndo. Foi tudo bem rápido, foi o tempo d’eu entrar, pegar umas roupinhas minhas e do meu filho e sair correndo. Nesse dia, menina do céu, eu corria tanto, corria tanto, que não tinha nem fôlego. Lembro que corri, corri, corri, cheguei na casa nova, tranquei as portas e fiquei lá.

Liguei pra minha mãe, contando o que havia feito e ela se desesperou:

— Ele vai te matar!

— Não vai matar, não, porque aqui, se ele ameaçar abrir o portão, eu chamo a polícia.

Havia uma mulher que morava na frente dessa casa que aluguei, que era amiga minha. Ela já estava ciente de tudo e, qualquer coisinha, ela chamaria a polícia.

Minha mãe se conformou:

— Então, traz o Matheus³⁹ e deixa ele aqui comigo pra você trabalhar.

E foi o que fiz.

No começo foi aquela briga (porque o Eduardo nem imaginava que eu sequer pudesse arrumar um serviço, imagina sair de casa!), mas, depois, quando ele viu que eu tinha saído mesmo de casa, que tinha alugado mesmo um lugar e que a situação já não era mais aquela que ele pensou que ia ficar, quando ele viu que eu estava mudando, aí ele começou a dar uma de bonzinho, a chorar lá pra mãe dele, dizendo que queria mudar, que quem não prestava era ele, que realmente usava drogas, que EU, sempre fui boa... Começou até a ir pra igreja! Então, a mãe dele ligou pra mim e repetiu tudo aquilo que ele falava e pediu que eu perdoasse o Eduardo, que eu voltasse pra lá. Eu disse que não ia voltar, que não queria mais nem saber dele.

Continuei a trabalhar, fui levando minha vida e foi nesse serviço, que conheci meu segundo marido, o Tiago⁴⁰, com quem estou até hoje...

No início, o Tiago também deu uma de bonzinho, porque já estava de olho em mim. Dizia que achava um absurdo as coisas que o meu ex-marido fazia e me contava todos os podres dele:

— Ontem mesmo ele tava com uma mulher lá na praça.

Tiago tinha 23 anos, era um amor de pessoa e eu achei que ia ser totalmente diferente, porque ele era a favor de eu voltar a estudar, queria me ajudar, não judiava de mim, dava força pra tudo, mas, de novo, a mesma história...

Embora as pessoas não acreditem, acho que é uma espécie de sina minha, porque depois de um tempo, já começa a mesma história: o Tiago se tornou uma pessoa seca,

³⁹ Nome fictício escolhido pela colaboradora.

⁴⁰ Nome fictício escolhido pela colaboradora.

rancorosa, sem coração. Não queria nunca me ver feliz, destruiu todos os meus sonhos... E é desse jeito que eu vivo.

Hoje em dia, Tiago não me dá força pra nada, não me apoia em nada. As pessoas perguntam:

— Ele gosta de você?

E eu respondo:

— Não sei se gosta, não sei...

Eu mesma pergunto pro Tiago:

— Por que você é tão ruim pra mim? Por que não larga de mim, então? Vende a casa e larga de mim.

E ele diz que não sai de casa, que é pra eu sair, mas eu não quero perder a minha casa.

Tiago nunca me bateu, ele não é de judiar, o problema dele é que ele não me escuta, não me agrada, não me dá um abraço, um beijo... Deita e vira as costas... E eu não entendo o porquê!

O Eduardo, quando estava sóbrio, era uma pessoa boa, só quando bebia é que se transformava, já o Tiago, esse não precisa beber, ele é o que ele é mesmo: seco. Às vezes, estou contente com alguma coisa e quero contar pra alguém, mas não tem ninguém pra contar, está todo mundo dormindo. Você entra e sai e está todo mundo dormindo.

Saio pra trabalhar às quatro da manhã e volto às cinco e meia da tarde. Chego em casa, faço janta, tomo banho e vou para a escola. Voltei a estudar no ano passado. Quinta série. Quinta, sexta, sétima, oitava. O ano passado...

Eu e Tiago nos conhecemos na primeira firma em que trabalhei e, quando fomos morar juntos, minha gerente avisou:

— Olha, não dá pros dois ficarem, tem que ficar um só.

Como o Tiago já trabalhava na rede Brás fazia muitos anos, eu abri mão do meu emprego para ele ficar com o dele. Ele tinha se mostrado uma pessoa tão boa, que eu decidi: “Ele fica e eu saio”. E abri mão do meu serviço.

Por tudo isso, quando eu falava em estudar, Tiago achava uma boa, dava força, até porque a mãe dele é professora, mas, quando eu resolvia “eu vou”, a coisa mudava de figura e ele dizia que, na verdade, eu não queria estudar, que estava indo atrás de macho e debochava:

— Você já tá velha, vai estudar pra quê? Vai arrumar serviço onde, com a sua idade?

Eu tinha apenas vinte e nove anos. Fiquei dez anos parada, sem estudar. Quando trabalhava na rede Brás, eu nem pensava em estudar, só depois, quando saí de lá é que fui sentir na pele a falta que o estudo me fazia. Tentei arrumar outro emprego, mas não consegui, porque não tinha estudo.

Até que um dia, novamente dei sorte, consegui um serviço no Tony’s, um salão de cabeleireiro, que ficava dentro do shopping Unimart. Trabalhava no escritório, na parte de almoçarifado. Com uma semana de trabalho, meu chefe me chamou em sua sala e disse:

— Silvana, gostei muito de você, as clientes gostam de você, por isso quero que seja meu braço direito. Quero que você trabalhe pra mim lá no Shopping Unimart, fazendo vale, atendendo as pessoas, sabe? Você tem o primeiro ano, né?

Menti de novo, dizendo que tinha o primeiro ano do Ensino Médio. E ele completou:

— Você tem o primeiro ano, então sabe preencher cheque, fazer vale. A gente gostou muito de você, seu salário vai dobrar.

Nossa, fiquei numa felicidade tão grande! Essas felicidades minhas dá pra contar nos dedos quantas foram... e foram poucas! Uma delas foi essa daí. Logo liguei pra minha mãe, pra contar as novidades:

— Mãe, você não acredita... — nunca estive tão feliz.

Minha mãe também não acreditava:

— Sil, num tô acreditando mesmo, onde já se viu? Com uma semana de trabalho!

O horário de trabalho no Unimart era das 14h às 22h e eu tinha que usar blazer, calça social, sapato de salto. Todos os dias ao chegar no salão, tinha que arrumar o cabelo, fazer maquiagem. Nossa, como eu ia trabalhar bonitinha!

Tiago nunca nem soube disso, porque quando eu saía, muitas vezes ele nem estava em casa. Quase sempre eu saía e chegava e ele estava dormindo.

Mais uma vez, ninguém pediu diploma pra comprovar minha escolaridade, nenhum documento, nada. O problema foi chegar lá e fazer o serviço. Quando apareceu a primeira pessoa pedindo:

— Faz um vale pra mim?

Entrei em desespero. Gente, eu não tinha noção de nada, não tinha noção de nada! Cem reais eu não sabia quantos zeros tinha. Quantos anos fazia que eu tava fora da escola? Não tinha nem noção... Eu mal sabia fazer uma conta de vezes, não sabia preencher um cheque, não sabia fazer nada. Imagine!

Meu Deus, passei uma vergonha muito grande naquele dia, mas, mesmo assim, não tive coragem de falar a verdade, não tive cara, já tinha mentido. E também, ninguém pediu o diploma...

O jeito foi dizer que meu marido não estava gostando de eu estar chegando em casa tão tarde, que não tinha como eu ficar. E saí. Simplesmente tive que abrir mão, porque não sabia fazer o serviço. Ali percebi o quanto o estudo fazia falta.

Entrei em depressão dentro de casa, porque me lembrava de tudo aquilo que tinha passado com o Eduardo. E, como o Tiago já havia mostrada quem era, aquela pessoa seca, logo pensei: “vou passar tudo de novo!”. E caí em depressão...

Pegava a coberta, colocava na janela, tampava tudo, ficava no escuro o dia todo. Não podia ver o sol, não queria ver o sol, não queria conversar com ninguém, ver ninguém. Não penteava o cabelo, não comia, cheguei a pesar quarenta e dois quilos. Era um palito. Não tinha gosto pela vida. Tiago chegava do serviço e perguntava: “mas o que foi?”. E eu naquela tristeza...

Nunca consegui arrumar outro trabalho que nem aquele do shopping. Acabei indo parar na UNICAMP, no serviço de limpeza, e lá eu comecei a sofrer em dobro. E por quê? Porque parei de estudar! Caí na faxina e estou nela até hoje. Eu devia ter uns vinte anos.

Sofri, sofri, sofri, sofri, sofri que nem uma condenada... quanta humilhação... tinha que limpar chão sujo de sangue, vômito e tudo que é porcaria. Esse é o serviço mais filha da puta que tem: os outros passam por você e não te enxergam... Você trabalha o mês todinho pra ganhar uma mixaria. Uma mixaria! É um trabalho que não tem valor nenhum.

Teve uma época em que me puseram pra trabalhar à noite, no hospital. Eu fazia o turno das nove da noite às seis da manhã. Trabalhava a noite inteirinha! E ali fiquei por muito tempo.

Fui me acabando, ficando desgostosa da vida, perdi o ânimo de viver, esqueci de mim. E o tempo foi passando, passando, até que, de tanto eu usar todos aqueles produtos químicos muito fortes, tive uma espécie de intoxicação no sangue. Minhas mãos doíam

muito, saía sangue delas! Os médicos me deram uns quatro laudos dizendo que eu não podia mais mexer com produto nenhum, não podia mais passar nem um creme no corpo. Tudo por causa dos produtos, que usei demais.

Fiquei um ano afastada do trabalho. Um ano! Depois desse tempo, o médico atestou:

— Silvana, não tem mais cura, tá no sangue, não tem como. E a gente não pode te aposentar, porque você é nova, pode arrumar outro serviço. A gente não pode te aposentar... O único jeito é você tentar um acordo lá na firma onde trabalha.

E o que é que a firma fez depois desses laudos? Me mandou voltar. O médico da firma sugeriu:

— Você tem que pedir as contas. Pede as contas, porque nós não vamos mandar você embora, né? E você vai ficar naquele afasta, volta, afasta, volta... Você tem que pedir as contas!

E eu pensei: “como assim, pedir as contas?”. Dediquei uma parte da minha vida a esse serviço e, agora que eu estou doente, vou pedir as contas? Não vou. E voltei a trabalhar...

O Tiago via o estado em que as minhas mãos estavam e reclamava:

— Isso não tá certo, eu já falei pra você...

Ele ficou acabado de me ver daquele jeito, e de tanto ele ver aquele meu sofrimento, acabou me dando força pra eu arrumar outro serviço, mas eu não via de que jeito isso podia acontecer.

Um dia a médica que tratava de mim, me aconselhou:

— Sil, você é nova, para com isso, você não é velha. Você é nova, volta a estudar, pra arrumar outro serviço melhor.

Foi ela quem me levantou, porque o Tiago dizia que eu estava velha, me colocava pra baixo. E eu, que já estava derrubada, acreditava. Mas a minha médica falava assim:

— Você pode muito bem arrumar um novo serviço, não precisa ficar fazendo faxina. Volta a estudar! Você vai ver: rapidinho você termina.

Eu discordava:

— Não, eu tenho vergonha das minhas mãos...

Mas ela não desistia:

— Sil, tem gente pior... vou passar uns remédios e vai melhorar.

Cheguei em casa e disse pro Tiago:

— Tenho que voltar a estudar, tenho que arrumar outro serviço, porque não posso ficar em casa de novo.

Tiago já tinha me visto em depressão, sabia como tinha sido daquela vez em que saí do shopping, a situação em que fiquei, por isso, não falou nem que sim, nem que não, simplesmente ficou quieto, emburrou, virou a cara e pronto. E eu fui pra escola... Eu ia pra escola e não queria nem saber se ele estava bem ou se estava mal, eu ia... Tinha dia em que eu estava escrevendo no caderno e o sangue ia descendo pelas folhas, porque as minhas mãos até hoje não sararam.

Se o Tiago gostasse realmente de mim, ele ia ficar feliz por mim, mas como ele não gostava, criava coisas do tipo:

— Ah, então agora tem como você arrumar coisa melhor né, Silvana? Agora você já sabe das coisas... Daqui a pouco você pega e mete o pé no meu rabo...

— Não, Tiago, de jeito nenhum, não tem isso comigo. Só queria poder ter uma vida melhor, pra dar um bem-estar pros meus filhos. Nem penso nisso que você fala. Isso é besteira sua! Tiago, a gente tem que procurar melhorar a vida da gente...

Por que as mulheres sofrem tanto? A minha mãe, por exemplo, sofreu a vida dela todinha. E por quê? Porque é dependente do meu pai. Ela depende dele! Se ela fosse uma mulher assim, que nem a minha sogra...

A minha sogra, a mãe do Tiago, sempre me conta as histórias dela. Acho que ela já me contou a história dela mais de mil vezes pelo telefone. Todo dia ela contava essa história pra mim. Todo dia! Até entrar na minha cabeça. Porque antes, quando ela falava de escola pra mim, eu tinha até raiva, porque não conseguia aprender, achava que era burra. E ela discordava:

— Sil, você não é burra.

Mas eu não acreditava:

— Ah, Fátima, eu não entendo, não adianta...

Como várias amigas já tinham me dito que iam à escola, não conseguiam entender nada, e que, por isso tinham desistido, eu nem pensava em tentar. Então, minha sogra contava sua história, de quando era faxineira e foi abandonada pelo marido, com cinco filhos pra criar. Ela contava que comia tripa de galinha que a patroa dela jogava no lixo. A patroa jogava fora e ela pegava, limpava e fritava, pros filhos comerem.

Ela passou uma vida de cão e começou a estudar para arrumar um serviço melhor, pra poder sustentar os filhos. Fátima começou a estudar junto com o Tiago, meu marido, e até faculdade fez. Ela conta que ia pra faculdade de chinelo de dedo, não tinha nem sapato pra pôr. Hoje ela é professora e, no ano que vem se aposenta.

É por isso que ela sempre me incentiva:

— Sil, você já pensou se eu tivesse ficado faxinando? Se eu tivesse olhado pra baixo?

Veja só como era a vida dessa mulher: com cinco filhos, passando fome, necessidade... agora veja a casa que ela tem, o salário que ela tem, os filhos que ela criou, os netos... Tudo o que ela tem, foi por quê? Foi porque ela estudou, arrumou um serviço melhor, porque se ela tivesse ficado fazendo faxina, sabia que não ia aguentar muito tempo, porque faxina, você só aguenta até uma certa idade, depois você não aguenta mais.

Tem muitas mulheres aqui mesmo onde eu moro, que não querem saber de melhorar de vida, porque pensam assim: “ah, eu tô na faxina, então tá bom!”. Só que chega uma hora, em que o corpo não aguenta mais.

Eu mesma, nessa idade que estou: não sou velha, sou nova. Sou nova e já estou esgotada, não aguento mais. Ninguém sabe o que é ficar agachada, esfregando canto de parede de ponta a ponta. Quando eu abaixo e vou levantar, dói tudo, dói tudo em mim. Sinto que meu corpo já está cansado. E a minha sogra confirma:

— Se você com essa idade se sente assim, imagine eu, Sil! Imagine eu, a situação em que eu já não estava?

No começo, quando eu vinha para a aula, as minhas mãos ficavam de um jeito horrível, tinham um cheiro, que parecia o de cachorro quando morre e vai se decompondo. Meus dedos inchavam e faziam umas bolhinhas de água que depois estouravam e aquela água vazava e fedia. Quando eu coçava, era uma coceira que parecia que tinha bicho comendo minhas mãos, e coçava... Parecia que as minhas mãos estavam podres... abriam uns buracos nelas e ficava tudo em carne viva. E aquilo sangrava, sangrava. Até as minhas unhas se acabaram.

Eu me lembro que uma vez, durante uma aula, a professora comentou:

— Nossa, mas tá um cheiro ruim aqui na classe, um cheiro de peixe podre...

Aí eu pus as mãos embaixo da carteira, tentando escondê-las. Só Deus sabe o que foi pra mim, vir pra essa escola... Mas eu não desisti!

Na semana passada mesmo, minhas feridas estavam abertas, mas vou passando a pomada, tomando o remédio e vai fechando. Às vezes fica ruim de novo...

A escola tem toda essa parte do aprendizado, do conhecimento, mas não é só isso: a escola me mudou totalmente. Antes, eu não tinha ânimo nem pra conversar, me sentia muito pra baixo, caída, achava que eu não tinha capacidade pra nada. Às sete da noite eu já estava dormindo, no outro dia, era aquele tédio. Depois que eu comecei a estudar, me ergui! A gente sente uma esperança de que as coisas vão melhorar... Eu me achava burra, completamente burra, agora, com todo mundo que eu converso, eu falo “eu não sou burra mais, agora eu já sei das coisas”.

Já sei preencher um cheque. E pensar que antes eu ia nos lugares e dava meu cheque pras pessoas preencherem para mim, mentindo:

— Você num preenche? Eu não gosto de preencher...

Hoje, vou aos lugares e converso, entendo o que as pessoas dizem. Ainda me lembro de quando eu dizia pra professora de português:

— Nossa, mas você fala umas palavras muito difíceis...

Isso porque eu, como a maioria das pessoas daqui, convivo com gente que não fala essas... Como é que se diz? Essas palavras difíceis. Um é do Pernambuco, outra é lá do Ceará, outro vem da Bahia. O povo daqui fala mais é palavrão, não fala assim desse modo mais... diferente.

Eu nunca nem tinha pegado um livro pra ler, agora eu pego, agora eu sinto vontade! Continha de divisão, quando eu aprendi, pra mim foi uma felicidade tão grande... Eu falei: “eu aprendi”.

Na escola você aprende muitas coisas, por exemplo, outro dia, na aula de ciências a professora explicou que o coração fica aqui no meio. Acho que é mais ou menos aqui, no meio do peito. Achei isso tão interessante... Logo liguei pra minha mãe e perguntei:

— Mãe, onde que o coração fica?

E ela falou:

— Aqui ó...

E eu corrigi:

— Não mãe, você sabia que o coração não é aí? A professora falou que é aqui no meio ó...

E a minha mãe:

— Ah é? Que interessante...

Lá no serviço também, já contei pro pessoal onde é que fica o coração. Tudo o que a gente conversa aqui na escola, eu já chego lá conto pra todo mundo. Você se sente com a autoestima lá em cima.

Eu vivia falando que não conseguia, não conseguia, não conseguia! Quantas e quantas vezes, ligava pra minha mãe chorando:

— Mãe... não consigo, vou ter que pagar uma professora pra me ensinar. Vou desistir! Ah, vou desistir, mãe. Eu não tô conseguindo...

E minha mãe:

— Sil, não desiste, olha o esforço que você está fazendo. Não desiste...

A professora de matemática me encorajava:

— Sil, você tem que ter mais confiança em si mesma. Você sabe fazer, eu sei que sabe! Você vai conseguir!

Confiei naquilo que ela me falou e não é que eu aprendi? Que felicidade... Dia desses eu me peguei em casa assim: “dois vezes dois, quatro vezes dois...”. Até o Tiago se espantou:

— Nossa! Agora você tá sabendo mesmo, né?

Respondi:

— É claro, agora eu sei!

Até no computador eu já tenho vontade de fazer várias coisas.

A minha maneira de ver o mundo mudou muito. Outro dia mesmo eu estava falando pra minha mãe assim:

— Eu só tô esperando terminar a oitava série. Não vejo a hora de ir pro primeiro ano, mãe... Não quero nem saber, vou pro primeiro ano, nem que eu tenha que... Eu não vou ficar em casa, não vou ficar em depressão. Não vou ficar mais doente, porque eu vou estudar! Vou ter as minhas matérias pra estudar de dia. Então, posso fazer um curso de dia e ir pra escola à noite. Não vou ficar doente nunca mais! Porque agora eu sei que minha cabeça vai estar ocupada, minha mente vai estar ocupada. Não vou mais ficar à toa, à toa de tudo! Não vou, não... agora eu penso assim: “vou terminar o terceiro ano, vou fazer um curso e na hora em que eu arrumar um servicinho melhor...”. Meus pensamentos mudaram completamente!

O Tiago tem uma retífica com o irmão dele lá em Anchieta e pôs a irmã pra trabalhar com ele, porque ela mexia com nota. Quando eu questionava porque ele tinha posto a irmã pra trabalhar com ele em vez de mim, ele argumentava:

— Você não sabe nem quanto é quatro vezes quatro, não sabe nem preencher uma nota... Como é que vai trabalhar lá comigo?

A irmã dele sabia preencher nota, fazer tudo. Não podia ter sido eu a estar trabalhando lá? Hoje eu sei preencher uma nota, sei fazer tudo, mas, agora, quem não quer sou eu, porque tenho outra visão das coisas, agora eu penso: “Não preciso ficar fazendo isso daí, tenho capacidade pra fazer outra coisa”.

Antes dava até vergonha de ir conversar com alguém. A pessoa ficava ali falando e eu... era como se a minha mente se fechasse. Agora acho que abriu.

A escola me trouxe uma mudança enorme, porque não era nem pra eu ainda estar viva. Quando era tempo de eu estar na escola eu estava em casa brigando ou dormindo, cansada de chorar... Ou esperando marido chegar de bar, pra brigar. Agora, não! Eu chego tomo meu banho, visto minha roupa e venho. Chego em casa já está todo mundo dormindo. Quando é época de férias, eu fico doidinha. Ligo pra minha mãe:

— Mãe, eu queria era ir pra escola, porque lá eu tô aprendendo, tô conversando...

Em casa, não. Em casa, eu aprendo o quê? Só a sofrer! Então, eu coloquei assim, na minha cabeça: “Não vou parar de estudar, não! Não vou pa-rar!”.

Maísa⁴¹

A entrevista com Maísa aconteceu na escola, local de escolha dela, antes de suas aulas. Sempre muito gentil e solícita, ela falou por quase duas horas, com tranquilidade, sorriso no rosto a maior parte do tempo. Seu semblante só endureceu ao falar da mãe, que ela julga ter sido muito austera, embora reconheça seu apoio e fortaleza.

Maísa foge completamente a qualquer estereótipo que se possa ter de uma aluna de EJA: extrovertida, comunicativa e segura de si, ela chega para as aulas dirigindo seu próprio carro, o que não é algo comum de se ver na escola.

Quem a vê, imagina que essa independência veio fácil, que talvez ela nunca tenha enfrentado nenhum dos problemas que as demais alunas costumam enfrentar para se manterem estudando, mas não é bem assim. Como muitas de suas colegas, Maísa também enfrentou muitas batalhas para conquistar seu espaço.

“Quando você estuda, é diferente (...) começa a pensar sobre outras coisas, não é só aquele negócio de dona de casa, marido, filho e casa. Você enxerga um horizonte a mais. É um aprendizado maravilhoso. Hoje eu não me vejo sem estudo”.

⁴¹ Nome fictício a pedido da colaboradora.

Meu nome é Maísa, tenho trinta e sete anos, sou natural de São Paulo, nasci na Vila Carrão e vim para Hortolândia quando tinha uns três anos. Morei na Aparecidinha, São Judas, Bandeirante, e, por fim, no São Jorge, onde estou até hoje.

Meu pai é natural de Pernambuco, de uma cidadezinha chamada Mossoró, se não me engano. Minha mãe era natural de Ilha Solteira, interior de São Paulo. Eles se conheceram lá no interior, vieram para São Paulo e se casaram. Vieram para cá por causa de trabalho, porque no interior não tem trabalho, a não ser na lavoura. Meu pai já bebia, antes de vir para cá e minha mãe queria cortar um pouquinho, mas acho que vir para cá foi pior, segundo ela mesma dizia: “Se eu soubesse, não tinha vindo, tinha ficado onde estava”.

Minha infância foi um pouquinho complicada, meu pai bebia, minha mãe trabalhava até às dez da noite e eu e uma irmã pequena ficávamos em casa sozinhas. Se fosse hoje e alguém denunciasse, minha mãe corria o risco até de ser presa. Mas eram outros tempos...

Além da bebida, meu pai tinha problema com jogo, tudo o que ele fazia ou era para a bebida ou para o jogo. Era minha mãe quem tinha que batalhar para a gente poder estudar. Ela trabalhou por vários anos para uma empresa que prestava serviço de faxina dentro do Banco do Brasil. Ano passado, em outubro, fez dez anos que ela faleceu. Não tenho mais nem pai nem mãe, os dois são falecidos. Quando eles se separaram, meu pai foi embora para São Paulo e faleceu lá. Minha mãe ficou aqui, teve câncer, tirou um seio e acabou falecendo em razão da doença.

A relação entre meu pai e a minha mãe não era das melhores, justamente pelo fato de meu pai beber. Volta e meia alguém chegava lá em casa avisando: “Olha, o marido da senhora está desmaiado ali no bar.” E minha mãe tinha que ir lá buscar ele. Outras vezes era algum vizinho que vinha trazê-lo. Isso foi desgastando bastante a relação marido e mulher deles, que passaram a viver como se fossem dois amigos, até dormiam em quartos

separados. Minha mãe, que já era bem ríspida, foi ficando cada vez mais séria, foi mudando aos poucos.

Ela e meu pai conversavam pouco, principalmente na hora das refeições. Só falavam o necessário, depois cada um ia para um canto. Às vezes meu pai nem se preocupava em fazer as refeições junto com a gente, era sempre antes ou depois ou nem comia, boa parte das vezes, só depois que todo mundo terminava é que ele ia procurar alguma coisa para comer. Foi ficando complicado. Eu e minha irmã presenciávamos muitas brigas deles, onde meu pai quebrava a casa toda. Enfim, a vida de quem bebe é bem complicada...

Depois que meu pai se separou da minha mãe, eu me comunicava com ele através de carta. Eu mandava a carta, e, como ele não sabia ler nem escrever, tinha sempre alguém que *respostava* essa carta. Mais tarde ele adoeceu, e, de tanto que bebia, morreu de cirrose.

Um dia, chegou um telegrama na minha casa, me lembro como se fosse hoje, dizendo que ele estava internado em São Paulo, que estava “nas últimas” e chamava por mim. Esperei minha mãe chegar do serviço e falei: “Acabou de chegar esse telegrama, o pai tá morrendo lá em São Paulo, se a senhora não for, vou sozinha.” E ela: “Não, a gente vai sim”.

Eu tinha um dinheirinho guardado, fui na poupança, tirei, comprei duas passagens, que naquela época eram absurdas de caras, para São Paulo. A minha filha devia ter uns cinco anos, lembro que ela era pequena, tanto que viajou no nosso colo.

Sáímos daqui cedinho, mas não deu tempo: quando cheguei lá, ele já havia falecido. A enfermeira ainda comentou: “Ele faleceu chamando por você”. Aquilo acabou comigo! Desmaiei e acordei na enfermaria. Não tive condições de ir ao velório, muito menos ao enterro. Foi uma situação bem difícil. E minha mãe ali, dura que nem uma pedra, não derramou uma lágrima. Minha tia, irmã do meu pai, dizia para ela: “Se você tem vontade de

chorar, chora, que vai te fazer bem”. Mas ela não chorou. Ficou ali, firme e forte como uma rocha. Acho que foi por causa disso que ela teve essa doença (câncer), foi a mágoa de não ter perdoado meu pai. Ao menos eu penso que tenha sido isso, sei lá... Acho que ela pensava que tinha que ser forte, sustentar a casa, porque ela tinha duas filhas e nenhum filho pra ajudar...

Meus pais se separaram quando eu tinha treze pra catorze anos: a idade da rebeldia. Com quinze anos fiquei grávida. Nessa época, meu pai já não morava mais com a gente. Tive que parar os estudos para trabalhar, criar minha filha.

O pai da minha filha era meu namorado na época. A gente estudava na mesma escola, eu estava na quinta série e ele já era do segundo ano. Aos finais de semana, para ajudar a formatura deles, tinha uns bailinhos na escola. E ali a coisa foi fluindo. Quando eu o conheci tinha uns treze anos, quando engravidei tinha acabado de completar quinze. Ele tinha seus dezenove anos, talvez um pouco mais. Já era bem vivido, quer dizer, tinha mais maturidade do que eu. Ele foi meu primeiro homem, eu não tinha experiência de nada, minha mãe não conversava sobre essas coisas. Agora, tudo é aberto, escancarado.

Penso que, hoje em dia, com tantos recursos, só fica grávida quem quer, tanto o menino quanto a menina, porque tem até anticoncepcional distribuído em posto. Na minha época era tudo uma espécie de um tabu: não podia isso, não podia aquilo, o pai e a mãe tinham que ficar sabendo se você pegasse um anticoncepcional. Essas conversas eram bem restritas, eram poucos os que se abriam e conversavam.

Minha mãe era bem reservada, lembro que quando eu dizia: “Quero namorar.”, ela respondia “Imagina, você já é uma moça, se for namorar e encostar no rapaz, você fica grávida”. E eu pensava: “Encostar no rapaz? Encostar como? De que jeito?” E queria saber mais, porém, ela desconversava: “Olha, já falei que eu não quero mais falar sobre esse

assunto”. E parava nisso. O que a gente não aprende em casa, aprende na rua e de uma maneira totalmente torta...

Quando engravidei, o mundo acabou pra mim. Comecei a desconfiar quando minhas regras pararam de vir e sentia vontades estranhas, tipo comer arroz, feijão e doce junto. Conversa vai, conversa vem em rodinha de amigas:

— Você tá grávida.

— Não, eu não tô.

— Você tá grávida. Quanto tempo faz que você está atrasada?

— Vai fazer três meses agora, dia vinte.

Eu já estava bem grávida, totalmente grávida. Demorei a contar para minha mãe, e, quando ela descobriu, já estava grávida de três meses:

— Mãe, preciso te falar uma coisa.

— Ah, se for o papo de namorar, de novo, pode parar...

Ela nunca queria conversar sobre isso, era bem reservada, rígida mesmo, e, quando o assunto era namorado, sexo, já cortava: com ela não tinha papo! Foi difícil para ela quando eu engravidei. Hoje minha filha é tudo para ela, mas, quando soube da gravidez, não aceitava.

Minha mãe sabia do meu namorado, mas nunca gostou dele. Quando ele ia me pegar na porta de casa (com dezoito anos, já tinha carro), ela dizia: “Você vai sair com esse menino? Eu não gosto dele”. Parecia que estava adivinhando, mas, quanto mais ela proibia, mais eu gostava. Quando tinha baile na escola e ela me proibia de ir, eu dava um jeito: pulava a janela, esperava ela dormir e saía, dizia que ia dormir na casa de alguma amiga. Ela ia me buscar na escola e eu estava lá com ele...

Ele não quis assumir a criança, dizia que o filho não era dele. Como namorava outras meninas, pensava que eu fazia o mesmo. Eu ficava louca de raiva:

— É você que não presta, não eu.

— Lógico que presto, sou homem.

Resolvi provar que a criança era filha dele e a gente se desentendeu de vez. Hoje, se ele passar na rua, é um estranho para mim. Minha filha não tem contato nenhum com ele e diz que o pai dela é meu marido, que, no entanto, a conheceu quando ela tinha cerca de seis anos.

A família do pai da minha filha pediu a ele que nos ajudasse, mas ele nunca ajudou. Saía final de semana, dormia fora, às vezes ficava dois, três meses sem aparecer na casa dos pais. Era a mãe dele quem ia lá em casa ver a neta. Minha mãe dizia: “Eu falei que ele não prestava. Se você tivesse me ouvido...” Eu respondia: “Se a senhora tivesse conversado comigo alguns detalhes, eu podia ter saído na chuva e não me molhado...”

Procurei um advogado para fazer o exame de DNA. Tive que ir a São Paulo para isso. Quando se vai fazer um exame desses, entram na sala você, sua filha, o suposto pai e uma outra pessoa, além das enfermeiras. Todo mundo ali, assistindo tudo, que é para depois não ter problema e alguém dizer que aquilo foi adulterado.

E o resultado foi que a menina era filha dele. Nossa, quase voei nele, o fiz comer o papel. O juiz tentou amenizar: “Mãe, se contenha, senão vou ter que te pôr para fora do recinto”. Mas a minha vontade era de enfiar aquele papel garganta dele abaixo, por ele não ter acreditado em mim.

Além da minha mãe e da minha tia, que me apoiaram durante tudo isso, também houve um amigo que me ajudou, comprou todo o enxoval da minha filha, me acompanhava em consulta de pré-natal. Ele foi tudo para mim. Mesmo eu estando grávida, ele me

buscava para a gente ir para o bailinho. Lá a gente ficava junto, conversando. Muitas pessoas que nos viam juntos, achavam que eu estava tendo alguma coisa com ele ou que o filho era dele, mas não era nada disso, ele apenas me deu apoio. Batia o pé que meu bebê era uma menina, chegou a comprar uma banheira rosa para ela. Eu perguntei: “Como que você me comprou uma banheira rosa?” Naquela época, o recurso para ultrassonografia era meio complicado, só podia fazer aquele negócio de imagem, quem tinha muito dinheiro. No hospital público, era uma vez, duas vezes por mês que se podia fazer o tal ultrassom. Ele chegou a conversar na firma, para ver se podia me pôr como dependente dele no plano de saúde, mas disseram que não, porque a gente não era casado, só se tivesse um papel, uma espécie de contrato, alguma coisa. Aí minha mãe disse que isso já era abusar muito do menino, pois ele estava me dando toda a assistência que o pai da criança devia ter me dado.

Quando a minha filha nasceu, ainda brinquei: “Você falou que era uma menina e é”. Ele veio, visitou o bebê, porém, conforme fui me envolvendo com minha filha, a gente foi se afastando, porque eu não tinha mais tempo para sair com ele, tinha uma criança pequena em casa que dependia totalmente de mim. Além disso, ele arrumou uma namorada e ela não entendia. Até hoje não sei se ele gostava de mim. Também nunca perguntei.

Passado um tempo ele foi embora para São Paulo, e, dizem as más línguas, que teria virado traficante, se envolvido com pessoas erradas. Nunca mais o vi.

Depois que minha filha nasceu, parei de estudar e comecei a trabalhar como doméstica, porque, naquela época, só tinha emprego bom quem tinha algum estudo. Comecei cuidando de uma senhorinha, trabalhei nessa casa oito meses, saí de lá, arrumei um outro trabalho, também de doméstica, mas, desta vez, em um apartamento. Lá eu lavava, passava, limpava, cozinhava: era forno e fogão.

Nesse emprego fiquei bastante tempo, acho que uns dois anos. Foi quando voltei a estudar no supletivo, lá no Bandeirante de baixo. Fiz a quinta e a sexta série, e fui reprovada na sétima. Pensei: “Já que a escola não está dando certo para mim, vou trabalhar.” E desisti de estudar de novo.

Morávamos eu, minha mãe, minha filha e minha irmã e eu tinha que me sustentar, sustentar minha filha e ajudar minha mãe em casa. Minha mãe dizia: “Já que você não quer estudar, vai ter que trabalhar”.

Um dia, quando minha filha já era maiorzinha, virei para minha mãe e perguntei: —
— Mãe, o que a senhora acha de eu voltar a estudar?

Ela parecia não botar fé:

— Você quem sabe. Acha que vai dar conta? Agora você já é mãe, trabalha e ainda quer estudar. Não sei, não...

Mas logo reconsiderou:

— Se você quiser voltar a estudar eu olho a nenê à noite para você.

Fui à escola e fiz matrícula, fui tentar esse supletivo, mas não deu muito certo. Acho que eu era muito cabeçuda, relaxada mesmo. Não deu certo por causa de mim. Minha mãe sempre me deu apoio nessa parte, fazia de tudo para eu voltar a estudar, minha irmã comprava meus materiais, não porque eu não tivesse dinheiro, mas para me incentivar: “Olha, comprei pra mim e pra você também”. Mas... quando a gente não quer, não vai, não adianta.

Foi depois disso que comecei a trabalhar na casa noturna em que conheci meu marido: eu era garçonete e ele, barman. Fui trabalhar lá por indicação de uma amiga que era garçonete e queria sair. Eram só três vezes na semana: sexta, sábado e domingo — os dias

de fervo, nos outros dia da semana eu trabalhava em uma lanchonete. Além disso, minha filha já estava grandinha, estava com cinco pra seis anos.

Cheguei em casa e conversei com minha mãe, que avisou:

— Você é quem sabe, se conseguir conciliar um serviço com outro, tudo bem. Só não pode perder o serviço que é de carteira assinada. O outro é bico.

— Eu sei, mãe, vou fazer assim: a despesa da casa fica por conta do primeiro serviço e o dinheiro desse outro fica para a gente final de semana sair, tomar um lanchinho, comer uma pizza.

— Faz o teste uns quinze, vinte dias e vê se você vai conseguir. A nenê eu olho, sem problemas.

Fui trabalhar na casa noturna e minha mãe sempre ali, firme, apoiando. Durante o dia, trabalhava na lanchonete, das dez da manhã às seis da tarde, saía de lá e ia para a casa noturna, entrava às oito da noite e saía de lá às tantas da madrugada...

A primeira noite foi cruel. Só pensava: “Meu Deus, o que eu tô fazendo aqui?”. Era uma casa que tinha show ao vivo, muito rock e rolava muita droga. A gente tinha que fazer vista grossa, porque lá entrava de adolescente a advogado, então, rolava de tudo um pouco. Havia muita gente se drogando no banheiro e nós tínhamos que fazer de conta que não estávamos vendo.

Passaram os primeiros quinze dias e me adaptei bem, até porque sempre gostei de música, ainda que não fosse o meu estilo. Comecei a me engrajar com um colega de serviço, o barman. Ele era bem mais novo do que eu. Chegava o final da noite, a gente ia embora, eu morava aqui em Hortolândia, ele em Campinas. Saíamos da boate três e pouca, quatro e meia da madrugada, até aparecer o primeiro ônibus, demorava. Eu ficava plantada lá no ponto de táxi. Ele ficava comigo, conversando. Passou uma semana, quinze dias, um mês...

e olha a gente ali namorando! Fomos namorando, namorando, namorando e olha eu engravidando de novo...

Quando contei para a minha mãe que estava grávida de novo, ela disparou:

— Errar uma vez é normal, errar duas vezes, já é burrice! Você dá um jeito, aqui em casa, grávida, você não vai ficar.

— Tudo bem, a senhora está certa. Eu que dei a cabeçada de novo

Mais que depressa, meu namorado ajeitou uma casa lá em Campinas e fomos morar juntos. Eu devia ter uns vinte e três anos. Meu filho vai fazer catorze anos. Faz catorze anos que estamos juntos.

Como eu trabalhava praticamente dia e noite, tive que deixar minha filha com a minha mãe. Ela ficava na casa da avó durante a semana e, nos fins de semana, ficava comigo. Quando ia para minha casa, a menina não queria voltar. Foi uma luta, uma confusão.

Só trabalhei grávida na casa noturna até os cinco meses, porque o tio do meu marido, que era o dono me pressionou:

— Você vai ter que sair daqui, não pode ficar trabalhando grávida, porque está inalando muita coisa e sabe que não é só o cigarro.

Eu dizia que ia sair, mas não queria sair, porque gostava do que fazia. Sou assim: tudo que pego para fazer, faço bem feito. Se me disserem: “Você vai ter que limpar essa sala”. Ah, eu começo limpando como se estivesse limpando a minha casa, com muita dedicação. Esse é o meu mal. Minha mãe dizia que por eu começar uma coisa bem feita, às vezes as pessoas me exploravam: “Já que você fez assim, faz aqui, faz ali”.

Minha gravidez foi complicada, corri risco de perder o nenê até os três meses, tive que fazer repouso, ficar de atestado no meu outro trabalho. Meu filho nasceu com

problemas respiratórios e embora hoje seja uma criança sadia, até ele ter uns quatro ou cinco anos não pude trabalhar, me dediquei só a ele. A creche não o aceitava porque ele tinha que tomar medicamento de hora em hora e ficava muito doentinho.

Cheguei a tentar conciliar ele e o trabalho por uns dois meses. Mas era um tal de ter que sair mais cedo, ter que faltar. Que serviço aguenta isso? Nenhum.

Quando fez uns dois anos que ele não tinha mais crise, pensei em tentar trabalhar de novo, mas meu marido dizia:

— Para quê? Está tão bem assim...

— Está bem assim, mas a gente pode melhorar.

— Está te faltando alguma coisa?

— Não, nada está faltando, mas a gente quer sempre complementar.

Nesse ponto, puxei a minha mãe, sei ficar parada e ao mesmo tempo não sei. Estou sempre fuçando alguma coisa. Quando meu filho estava doentinho, pegava roupa para vender e fazia um dinheirinho. Não ia à casa de ninguém, a pessoa é que vinha na minha, sabia que ali vendia roupa.

Queria voltar a trabalhar, então, mandei um currículo para uma metalúrgica lá perto de casa. Quando menos esperava, o telefone tocou: “Você pode vir aqui fazer uma entrevista?”. Fui, fiz a entrevista e já saí de lá com os papéis para providenciar todos os documentos.

Quando contei para minha mãe, ela quis saber:

— Mas e o nenê?

— Bom, vai ficar com a bisa, né? — A avó do meu marido morava perto de mim.

— E se esse menino ficar doente?

— Ai mãe, se Deus quiser, não vai.

Expliquei para o pessoal da metalúrgica que não tinha muito grau de instrução, que tinha parado de estudar, não havia terminado o primeiro grau. Eles disseram que não tinha problema, que estavam precisando era de pessoas com vontade de trabalhar. Isso porque a firma estava começando:

— Você vai começar na produção, e, conforme o seu desempenho quem sabe a gente te dê uma outra oportunidade aqui dentro?

E comecei na produção. Entrava às sete e saía às cinco. Meu marido não gostou muito da ideia, mas acabou aceitando. Trabalhei nessa metalúrgica durante sete anos.

Durante esse tempo, minha mãe descobriu que tinha um nódulo no seio, que já estava bem avançado. Ela retirou o nódulo, fez quimioterapia, radioterapia, mas não estava dando certo. Optaram por tirar o seio dela. Foi um processo bem doloroso, sofremos muito com isso, porque ela não queria operar.

Ela voltou pra casa, continuou fazendo o tratamento e a doença deu uma estabilizada, porém, passados uns cinco anos, descobriu que estava com a doença no pulmão. Na verdade, o câncer tinha se espalhado pelo pulmão, pelo osso da coluna, crânio e fêmur. Foi muito pra ela: o cabelo caiu, ela emagreceu, não conseguia respirar, teve que ficar internada.

Eu saía da metalúrgica e corria pra dormir com ela na UNICAMP, saía da UNICAMP e vinha para a metalúrgica. Às vezes, minha irmã não podia ir dormir com ela, porque estava como um bebê novo e virava aquela coisa: “Só posso ficar essa noite. Ah, meu Deus, amanhã como que eu faço?” E a minha irmã: “E agora? Eu também não posso, pois meu bebê é pequeno”. A minha vida era chorar, chorar e chorar.

Teve um dia em que eu estava na firma e a UNICAMP me ligou umas onze vezes. Eu trabalhava na produção, era muito barulho, não ouvi o celular tocar nem vibrar no bolso. Foi um barra!

Eu e minha irmã nos revezávamos, saíamos de lá praticamente no último ônibus, depois de a minha mãe dormir. Durante o dia não tinha quem ficasse porque todo mundo trabalhava. E assim foi indo, foi indo, até que ela veio a falecer.

Todo o tempo em que trabalhei na metalúrgica, pensava: “Preciso voltar a estudar”, mas com o horário da metalúrgica, não dava: se eles estivessem precisando de uma certa peça com urgência, eu tinha que ficar uma hora a mais, às vezes tinha que fazer hora extra nos finais de semana e feriados. Então, não achava tempo pra conciliar os estudos nessa época.

Meu marido continuou trabalhando de barman por um tempo, até que um dia abriram vagas noturnas para homens na metalúrgica. Como já estava há um ano na empresa, sugeri a ele:

— Você não quer mudar de ramo? Isso não é vida! A gente tem que pensar no nosso futuro. Você não é registrado, não paga INPS. Agora você é novo, mas daqui a alguns anos, como é que vai fazer? E se de repente você se acidenta?

— É verdade, você tem razão...

— Faz um currículo que eu entrego na mão do gerente da minha seção, e, quem sabe?

Ele fez o currículo com muito custo e me deixou entregá-lo na metalúrgica. Estava descrente que iria ser chamado. Mas foi.

— Tenho uma notícia. Fui chamado para fazer uma entrevista lá na firma, só que é no horário da noite.

— Que bom!

— Ah, mas será que vai dar certo? Eu nunca trabalhei com isso.

— E daí? Eu também nunca tinha trabalhado e já tenho um ano e dois meses lá.

Quando ficou sabendo que ia ter convênio médico, jantar na empresa, adicional noturno e hora extra, ele se animou cada vez mais.

Assim como eu, ele também começou na produção, para cobrir férias de um funcionário. Eu entrava às sete e saía às cinco, ele entrava às cinco e saía não sei que horas da madrugada.

Meu marido trabalhou na metalúrgica por uns três anos, mas teve que sair devido a algumas situações... O líder de seção era um cara muito brincalhão, não só comigo, mas com as outras meninas também e meu marido sempre foi meio desconfiado disso. Ele era muito ciumento, não aceitava que eu conversasse com meus colegas, mas, como trabalhava à noite, não tinha problema. Até que ele teve que vir pro dia, trabalhar junto comigo. E não prestou, não prestou!

Na hora do almoço, nós sentávamos todos juntos no refeitório e eu conversava com o colega do lado, mas meu marido ficava com ciúmes, dizia que fulano já me olhava diferente, que sicrano já fazia uma piadinha. Isso foi criando um clima meio tenso, sobrecarregado, e, nossa relação como marido e mulher foi se desgastando, ficando estranha.

Depois de uns seis meses nisso, explodi:

— Não vai dar certo a gente trabalhar junto, um ou outro vai ter que sair, não vai dar certo, não vai dar certo!

Ele falava que eu tinha um caso com o líder da seção, que ele me olhava diferente, brincava comigo diferente. Eu tentava explicar:

— Você está vendo coisa onde não tem.

Mas ele insistia:

— Não, isso está errado. Você vai ter que sair do serviço.

— Do serviço eu não saio.

— Ah, você vai ter que sair, vai ter que sair.

— Não saio do serviço. Saia você, se está incomodado com a situação. Eu não vou abrir mão do meu trabalho, olha onde eu cheguei...

Eu já tinha chegado à operadora de torno CNC, e, pra trabalhar nesse cargo, geralmente é exigido segundo grau completo mais um curso do SENAI. Eu não tinha nada disso, porém eles me deram uma oportunidade, devido a minha dedicação: quando alguém faltava ou estava de férias, eu cobria. Se alguém precisasse faltar ou chegar mais tarde, eles pediam “fica lá na máquina”, eu ficava. No início, sempre com acompanhamento de uma pessoa que entendia mais do eu, só que, como eu estava sempre querendo saber o porquê das coisas, estava sempre com minha cadernetinha do lado, anotando tudo, dentro de pouco tempo, já estava trabalhando na máquina sem precisar de auxílio de outra pessoa: quebrava uma ferramenta, eu punha, a ferramenta desgastava, eu já trocava, precisava aumentar um centímetro, um milímetro... Já mexia na máquina sozinha.

Aquilo foi chamando a atenção e subi um degrauzinho, fui registrada como operadora de torno CNC e, claro, ganhava um piso diferente do meu marido. Na época, o salário um operador de CNC, seria o equivalente hoje, a dois mil reais, e, meu marido, na época, ganhava o equivalente a oitocentos reais. Eu ganhava um pouco mais do que ele e isso era algo que ele não aceitava, dizia que eu devia ter alguma coisa com meu líder de seção, para ter subido um pouquinho a mais.

Quando havia curso do SENAI na empresa e eu tinha que fazer o curso, pois trabalhava ali naquele setor, meu marido questionava o líder da seção:

— E nós aqui? Não vamos fazer o curso também?

— Calma que vai chegar a sua vez.

Um dia, ele teve uma oportunidade de passar a operador de torno CNC, só que a vaga era à noite. E ele voltou para o turno da noite, mas, a essa altura, nossa relação já estava bem desgastada, estávamos a ponto de nos separar. Ele queria que eu saísse do emprego:

— A gente tem que resolver essa situação.

— Resolva como você quiser.

E ficou aquele ponto de interrogação. Ele não saiu e eu também não pedi as contas. Meu marido não é uma pessoa violenta, mas é muito sistemático, se disser: “Esse copo vai ficar aqui” e você puser ali, já dá briga. Então, continuei trabalhando e ele também, até o dia em que houve um desentendimento entre ele e o líder de seção, que relatou o ocorrido para o dono da empresa e meu marido acabou sendo demitido.

Quando o mandaram embora, ele questionou:

— Vocês estão me mandando embora? E a minha esposa?

— Sua esposa é uma excelente funcionária, vai continuar na empresa.

Nossa, ele quis morrer! Vivia insistindo: “Gostaria que você parasse de trabalhar”. “Não, não vou parar. Agora que você está desempregado, alguém naquela casa precisa trabalhar”.

Quando ele foi dar entrada na papelada para receber seguro-desemprego e as outras coisas, resolveu que ia pôr a firma no pau, porém, a moça do sindicato orientou: “Olha, a

sua esposa trabalha na mesma empresa, vai ficar meio que numa saia justa, porque você está pondo a empresa em que você trabalhou na justiça, mas ela ainda trabalha lá”.

Ele parou, pensou, acho que o júízo chegou no lugar e ele deixou quieto, não pôs a empresa no pau. Fez uns currículos, mandou e começou a trabalhar em uma outra metalúrgica. E voltou a estudar, porque tinha parado no primeiro colegial. Fez o supletivo, o segundo e o terceiro anos e ainda o curso do SENAI. Hoje ele trabalha numa empresa muito boa e é líder de seção.

Eu parei naquela metalúrgica, trabalhei lá por sete anos, até que um dia, ia haver um corte na empresa, redução de funcionários, e eu pedi para ser mandada embora. Estava ficando muito perigoso, tinha muito acidente acontecendo: vi meu preparador quase perder os dedos na máquina em que eu trabalhava. Ele foi ajustar a máquina para eu trabalhar, para fazer uma outra peça, e, não sei o que aconteceu, a máquina prendeu o dedo dele, não decepou, mas quebrou dois dedos. Em outra ocasião, vi um colega levar sete pontos no pulso porque a ferramenta o cortou. A empresa fazia vista grossa, embora tivesse pessoal qualificado ali. A metalúrgica exigia segundo grau e curso do SENAI, que era para a pessoa já ter uma noção daquilo que iria fazer. Havia muito treinamento, muitos cursos que os professores do SENAI vinham e davam. Apesar de tudo isso, eles fingiam que não viam certas coisas: “Fulano já fez doze horas, está cansado, então, vamos revezar, trocar de máquina, fazer um rodízio”. E foi acontecendo acidente, acontecendo acidente... Fiquei assustada, estava sentindo que era hora de parar. Então, pedi para me demitirem.

Depois que saí da metalúrgica, pensei: “Agora vou dar um jeito de cuidar de mim. Vou tirar a minha carteira de habilitação que eu não tenho e, no futuro, pode ser que eu precise”. Dei entrada numa autoescola e tirei minha carteira de motorista. Então, meu marido sugeriu:

— Já que você tirou a carteira de motorista, volta a estudar.

— Ah, você sabe que é mesmo? Eu até que poderia, mas será? Nessa idade?

— Nunca é tarde para voltar. Nunca é tarde pra começar e, além disso, tudo aquilo que se aprende a gente não esquece. Já que você não quer trabalhar, então estuda...

— É verdade.

Minha filha mais velha, que já terminou os estudos, também cobrava:

— Mãe, você é jovem ainda, volta a estudar.

No fim, resolvi arriscar: “Por que não?”.

Fui à escola, me matriculei e contei para eles. Meu marido quis saber:

— Quando você volta a estudar?

— As aulas começam em fevereiro.

— Então vamos comprar os seus materiais.

Fiquei entusiasmada:

— Nossa, estou me sentindo como uma adolescente!

Comprei material pro meu filho e comprei material pra mim. No início, ficava naquela: “Vou. Não vou. Vou. Não vou”. Acabei indo, gostei e fiquei, tanto que concluí a oitava série. E pretendo continuar: fazer o primeiro, segundo, terceiro ano... terminar. Depois entrar em um cursinho, para tentar uma faculdade de pedagogia, porque gosto de criança. Quem sabe eu possa trabalhar numa escola, com os pititicos ou até mesmo com o pessoal maiorzinho? As pessoas imaginam que eu ia querer estudar alguma coisa relacionada ao trabalho que eu tinha na metalúrgica. Até meu marido pergunta: “Por que você quer fazer pedagogia? Você podia fazer uma faculdade de engenharia ou alguma coisa assim...”.

No primeiro dia de aula, meu marido ligou do trabalho: “Você está indo hoje pra escola, né? Boa aula e boa sorte lá”. Ele sempre me incentivou nessa parte.

Não demorou muito, comecei a pensar: “Já estou de saco cheio de ficar em casa, acho que vou arrumar um serviço”. E meu marido: “Desde que não atrapalhe o seu horário da escola”.

Eu tinha uma amiga que trabalhava em uma terceirizada que presta serviço de limpeza. Conversei com ela, que me levou na empresa, fiz a entrevista e já saí de lá com os papéis pra trazer a documentação. Faz dez meses que eu estou nessa empresa.

Trabalho como faxineira e gosto desse serviço por causa do horário: entro às sete e saio às quatro. É um horário bem flexível para quem estuda, não é tão cansativo, e, como vou de carro, às quatro e meia estou em casa. Assim, consigo conciliar o estudo com o trabalho.

Se eu fosse de ônibus ia demorar muito mais. Fiz o teste, fui trabalhar uma semana de ônibus: chegava na minha casa às cinco e meia. De carro, chego em casa com tempo, limpo, dou uma ordem na casa, por isso o carro fica comigo e meu marido tem uma moto.

Meu marido era bem ciumento, mas foi mudando, depois de muitas conversas que tivemos, pois eu dizia que se ele não mudasse seu comportamento, iria me separar dele, porque não aguentava mais tanta cobrança numa coisa que não sou, que não fiz.

Às vezes, no fim do ano, quando eu ia fazer minhas compras natalinas, ele queria olhar o ticket para conferir a hora que eu saí da loja, para ver se estava batendo com aquilo que eu tinha falado pra ele. Então, dei um basta: “Olha, das duas uma: ou você vai fazer uma terapia ou não vai dar mais certo”.

Acho que por ser mais novo do que eu, ele se sentia inseguro porque eu era uma mulher mais vivida. Acho que devia ser isso. Eu é que tinha que ter ciúme dele, não ele de

mim: tenho trinta e sete anos e ele trinta e três. Quando o conheci ele tinha seus dezenove anos. Naquela época fazia uma diferença um pouco maior.. Nunca fui ciumenta, ele não, sempre foi totalmente descompassado. Se a gente saísse, eu encontrasse um amigo e ele me cumprimentasse com beijo, para ele já era a morte.

Quando tirei minha habilitação e comecei a trabalhar de carro, ele olhava a quilometragem. Ele sabia quantos quilômetros eu gastava para ir ao trabalho porque no começo ia me levar de moto, até eu aprender o caminho. Trabalho do lado do shopping Dom Pedro, e, às vezes vou no shopping, assistir um cinema, posso sair do serviço, pegar um congestionamento, demorar um pouco mais, e a quilometragem, lógico, vai aumentar.

Uma vez até comentei com a professora na escola, sobre como ele era. Ela se surpreendeu:

— Não acredito.

— Imagina só se ele entrar aqui na sala e me pegar de trelelê com o Paulo⁴²? Nossa, saio daqui apanhando.

A mãe dele dava conselhos:

— Pelo amor de Deus, por que é que você faz isso? Ela sempre foi trabalhadeira, está te ajudando. Imagina! Tem mulher que fica em casa, com as pernas para cima, esperando dinheiro cair do céu ou o marido entrar com ele. Você tem que dar graças a Deus que sua mulher ainda briga com você porque quer trabalhar!

O pai dele também sempre falou que me admirava muito por eu ser trabalhadeira (quando eu conheci o filho deles, tinha dois serviços). Meu sogro até hoje fala: “Tiro o chapéu para você, nora, porque é uma mulher de ir à luta, não fica esperando as coisas acontecerem”.

⁴² Nome fictício.

Isso de não trabalhar, não é da minha índole mesmo, não é da minha criação. Sempre trabalhei, independentemente do que e para que, sempre gostei de ter o meu dinheiro e... enfim, às vezes poder ajudar alguma pessoa também. Não me vejo sem trabalhar. Não me vejo assim.

O ensino de modo geral, mudou bastante. Hoje em dia só não tem grau de instrução, só não estuda quem não quer, porque tem o supletivo, tem o tal do telecurso, em que você assiste às aulas e depois faz uma prova... Hoje a escola ficou bem acessível. Todo mundo estuda, se quiser. Embora tenha muita gente que não ligue mesmo para o estudo. Eu não. Agora que estou mais madura, sei que o estudo de alguns anos atrás me fez muita falta. Foi por isso que eu voltei a estudar. Tenho o apoio do meu marido, da minha filha. Então voltei a estudar e gosto.

Minha filha está com vinte e um anos. Vai casar agora em março. Ela sempre me apoiou: “Ai mãe, volta a estudar”. Às vezes, até brincando:

— Mãe, vai fazer o mobralzinho à noite. Tenho uma mochila de Hello Kitty linda pra você.

— Não me vejo mais em sala de aula...Será?

Quando minha filha terminou o terceiro colegial, disse para ela:

— Faz uma faculdade, você é nova.

— Mãe, não me vejo mais em sala de aula.

— Vai pensando, quem sabe na hora em que eu terminar meus estudos a gente ainda não faz uma faculdade juntas?

— Ah, mãe, pode ser, pode ser.

Minha vizinha, que também estudava, tentava me animar:

— Vamos, a gente vai junto pra escola.

— Ah, mas você está terminando, não vai valer.

Ela não desistia:

— E daí? Você continua. Vai conhecer o pessoal, vai se enturmar... Não vou nem fazer falta.

Foi dito e feito! Procuro fazer os trabalhos e, se vai ter uma prova, nossa! Eu entro na internet e fico ali, vou a fundo sobre aquele tema. Eu sou assim agora.

Você vai absorvendo aquelas coisas, aquilo está no seu dia a dia, quando vai no supermercado e está por dentro, faz um trabalho na escola: “Quanto custa isso? Quanto custa aquilo?” “Qual a porcentagem disso, a gasolina subiu tanto...”. Você está ali no meio. Eu não me vejo mais sem. Você olha o mundo com outros olhos.

Por exemplo, você não estuda e está no ônibus ao lado de uma pessoa que estuda: “na faculdade falaram isso”, “na escola hoje nós fizemos um trabalho daquilo”, você está por fora, não sabe nem do que a pessoa está falando, mas quando você estuda, é diferente: “na escola teve uma palestra disso”, a pessoa está por dentro do assunto, começa a pensar sobre outras coisas, não é só aquele negócio de dona de casa, marido, filho e casa. Você enxerga um horizonte a mais. É um aprendizado maravilhoso. Hoje eu não me vejo sem estudo. E quero sim, terminar os meus estudos, fazer um cursinho e prestar uma faculdade. A tendência é que eu vá cada vez mais longe E estou indo...

Carla⁴³

Carla foi a única das entrevistadas que optou por fazer a entrevista em sua casa, em vez da escola. Quando cheguei à casa onde mora com a irmã, o marido e os dois filhos pequenos, ela recebeu-me com timidez, mas com muita gentileza. Apresentou-me a irmã, que segurava seu filho caçula no colo. A moça esboçou um cumprimento e esse foi o único som que emitiu durante o resto da tarde.

Carla convidou-me a sentar em um dos pequenos sofás que compunham sua sala de estar e a irmã sentou-se no outro. Expliquei a Carla do que se tratava a pesquisa e como se daria a entrevista. Enquanto isso sua irmã me olhava, calada. Ela e os filhos de Carla permaneceram no cômodo durante toda a entrevista e as crianças, claro, vez ou outra tentavam desesperadamente chamar a atenção da mãe, cutucando-a e gritando-lhe o nome. Carla, sem perder o fio da meada fazia sinal para que a irmã contivesse os meninos e seguia com sua história.

Com rosto de menina, voz de menina e jeito de menina, Carla escondia, por trás da meiguice e do jeito pueril, uma história de vida extramente sofrida e densa, que não condizia com sua tão pouca idade. Quando começou a falar, a docilidade foi transformando-se em firmeza, e, em lugar da menina, surgia a mulher.

⁴³ Nome fictício a pedido da colaboradora.

“O mundo em que a gente vive é uma bola, mas, se pensar bem, você está ali no meio. E, por você estar ali no meio, é que tem que cuidar dessa família que está ao seu redor. E eu cuido da minha família, pois minha família é tudo na minha vida, sem ela eu não vivo.”

Meu nome é Carla de Oliveira Cezarino, tenho 20 anos, nasci em Sumaré, mas moro em Hortolândia. Tenho dois filhos, moro com meu marido e com a minha irmã caçula. Tenho mais uma irmã, de 22 anos e um irmão de 25 anos, que é casado, mas não tem filhos. Minha irmã é casada e tem só uma menina. Meu marido tem 45 anos, tem cinco filhos do primeiro casamento e dois comigo. Meu primeiro filho tem quatro anos e o segundo tem dois.

Não posso dizer que eu e meu marido vivamos as mil maravilhas, pois todo casal sempre tem um pontinho fraco, uma discussão, mas a gente, graças a Deus, vive bem. Não sou de uma família rica nem média, não precisa ter dinheiro pra ser uma família, mas, sim, carinho, amor. Acho que isso é o mais importante na vida de uma pessoa.

Comecei a estudar com sete anos, aqui no Boa Esperança mesmo. A gente se mudava muito, aqui mesmo no bairro, mudei de escola três vezes, tudo por causa das mudanças da família e muitas brigas de pai e mãe. Meu pai é separado da minha mãe há muito tempo. Minha irmã caçula tinha uns dois anos quando eles se separaram definitivamente.

Na primeira separação do meu pai e da minha mãe, eu estava com seis anos. Eu não admitia, fiquei doente demais, nossa! Era apegada muito ao meu pai, até hoje eu sou, assim como ele é apegado aos netos dele.

Essa foi a primeira briga dos meus pais, depois eles voltaram. Viviam brigando e se separando porque meu pai bebia demais e minha mãe não aceitava isso, queria que ele trabalhasse para ajudar a cuidar da minha irmã caçula, que era bebezinha. Hoje ela vai fazer 13 anos. É nova.

Aos sete anos comecei a trabalhar na rua, catava papelão para ajudar dentro de casa, para cuidar da minha irmã, porque o braço forte de casa era eu. Meu pai fazia um bico daqui, um bico dali para conseguir um dinheiro, só que devido à separação, a relação dele com a minha mãe não era mais a mesma. Era muita briga, muita discussão e aquela família que a gente tinha antes já não era mais a mesma. A gente ia pra igreja, era uma família de bem, até que começou a bebida... Eu me sentia mal por isso, porque em briga de pai e mãe, quem sofre não são eles, são os filhos, e filho a gente sempre tem que colocar em primeiro lugar, para depois pensar em nós mesmos. Eles brigavam e caía tudo nas nossas costas. É por isso que o braço forte de casa era eu: era eu quem cuidava das minhas irmãs, eu cuidava da minha mãe.

Minha mãe não trabalhava porque entrou em depressão pós-parto, por causa dessa briga toda e, se não fosse por mim, a gente ia passar mais necessidade ainda lá em casa. Mas, acho que Deus iluminou a cabeça da minha mãe e a minha também.

Não se conseguia trabalho naquele tempo. Era difícil mesmo. Então, a gente começou a sair e pedir comida na rua. Eu catava papelão, não tenho vergonha de falar. Não tenho vergonha de contar a minha vida, porque acho que, por tudo que aconteceu comigo, hoje posso dizer que sou uma guerreira. E, é por ter tido uma vida daquela lá, que eu não

quero que com os meus filhos aconteça o mesmo, quero lutar para eles amanhã não serem vagabundos. Não tenho medo de falar. Quero que meus filhos estudem, que um dia se formem, para um dia serem alguém, para não serem vagabundos de rua, bêbados, catadores de papelão, porque isso não é vida, e digo isso, porque já sofri, sei o gosto que tem isso daí. Fiquei nessa vida dos sete anos aos treze anos, durante o tempo em que morei com a minha mãe, antes de morar com o meu pai.

Na primeira separação dos meus pais, meu pai foi morar nos fundos casa da minha avó (onde ele mora até hoje), mas ainda houve mais três separações. Eles voltavam e iam. Foram três separações. Sempre por causa da bebida. Da terceira separação, eu me lembro até hoje, minha irmã mais nova estava com um ano e pouquinho, mais ou menos. Quando eles se separaram pela primeira vez, ela não era nem nascida, foi só na segunda que veio a nascer. Minha mãe teve uma cesariana e os dois começaram a brigar. Então, eu disse para o meu pai: “É melhor o senhor ir pra casa da minha avó porque senão a minha mãe vai piorar”.

Foi quando minha mãe teve depressão pós-parto. Era minha irmã mais velha quem cuidava dela. Ela cuidava da minha mãe e eu saía pra conseguir as coisas pra gente, pra dentro de casa. Quando eu estava com uns dez anos de idade, as coisas começaram a melhorar, porque minha mãe começou a trabalhar. Ela saía pra trabalhar e a gente ficava em casa, uma cuidando da outra. Íamos para escola... Era sempre assim: eu acordava cinco horas da manhã, organizava minhas coisinhas, as que tinha para vender, buscava leite, comprava as coisas, voltava da rua e ia para escola, à noite fazia minha lição e no outro dia era a mesma rotina.

Com meus doze anos de idade, a gente foi morar em Sumaré e lá terminei a sétima série, depois voltamos pra Hortolândia, porque lá em Sumaré não deu certo. Não posso

dizer que Sumaré seja uma cidade boa, pois aquela parte da Honda⁴⁴ era perigosa. Era perigoso tanto para minha mãe quanto para gente, para três meninas ficarem sozinhas dentro de casa.

Com treze anos pra catorze anos, saí da casa da minha mãe porque a gente teve uma briga. Ela era muito nervosa. Hoje, ela melhorou bastante, bastante mesmo. Fui morar com o meu pai, e, nessa época, eu ainda continuava na escola, estava estudando no Liomar⁴⁵.

Ia começar a oitava série, quando parei de estudar. Parei, porque conheci meu marido, porque tinha cabeça de criança, porque ainda não tinha uma idade boa pra pensar: “vou namorar, mas vou terminar meus estudos...”. Não. Minha cabeça era outra coisa, eu queria parar pra ficar com o meu marido.

Estava morando com o meu pai há mais ou menos uns três meses, quando fui num salão⁴⁶. Na primeira vez em que eu saí, não encontrei meu marido, foi somente na segunda vez em que fui lá que eu o conheci, há muito tempo... Eu tinha catorze anos.

Saí da escola por causa dele. Eu estava na sétima série, ia passar para a oitava, estava no finalzinho dos estudos, aí parei na sétima. Digo que foi por causa dele porque eu não queria mais estudar, queria ficar com ele. A gente se encontrava escondido do meu pai, que perguntava: “Por que você não tem ido à escola?”, e eu desconversava.

No início, a gente namorava escondido do meu pai e, quando ele e minha mãe descobriram o namoro, não aceitaram, por ele ser um homem mais velho do que eu.

Nessa história da escola, existe um porém, que eu não gosto de falar muito, porque é uma coisa que dói um pouquinho... Eu tinha um problema, uma falha no sorriso e... nossa, era muito humilhada na escola! Meus colegas me criticavam, falavam que eu era catadora

⁴⁴ Fábrica da Honda Automóveis do Brasil, que fica em Sumaré, SP.

⁴⁵ Escola Estadual Profª. Liomar Freitas Câmara, situada em Hortolândia, SP.

⁴⁶ Salão de Baile, local onde os jovens se reúnem ao som de forró, funk etc.

de latinha. Por dentro eu me sentia muito dolorida, muito machucada, mas, apesar deles terem me xingado, terem me humilhado, hoje, posso dizer que, apesar de tudo o que passei, graças a Deus, sou vitoriosa. Eles podem ter me humilhado, mas hoje não sofro mais humilhação. Tem muitos desses alunos, que antes me humilhavam, e hoje são meus colegas, a gente conversa, hoje é diferente.

Quando fiz quinze anos eu e meu marido fomos morar juntos. Para falar a verdade, quando fui morar com ele, eu ia fazer quinze anos. Foi uns três dias antes, ele fez até um bolinho na casa da minha tia.

Depois de algum tempo que a gente estava morando junto, mais ou menos uns três, quatro meses depois, descobri que estava grávida do primeiro filho dele. Só que perdi. Perdi esse primeiro filho quando a gente foi morar no São Sebastião. Eu tinha quinze anos.

Para mim, era uma gravidez planejada, porque eu queria, eu senti o gosto de ser mãe. Mas, ao mesmo tempo, pensava assim: “será que isso que eu tô pensando vai ser bom pra mim? Bom pra essa criança? Bom pra ele?” Eu via as meninas na rua indo pra escola e sentia gosto de ir para a escola, mas, ao mesmo tempo, pensava: “sou uma mulher casada, não preciso ir pra escola agora. Vou cuidar da minha casa, cuidar do meu marido, cuidar do meu filho”.

Talvez por eu ficar pensando demais nessas coisas é que perdi a criança, com três meses. Foi uma dor terrível, porque foi uma criança planejada, e, no outro dia não tem mais nada dentro de você? É uma dor que você sente. Quando eu perdi essa criança, pensei: “Não quero ter mais”. Fiquei um ano sem engravidar. Foi só quando a gente veio morar nessa casa⁴⁷, que eu descobri que já estava grávida de três meses. Eu não sabia, fiquei

⁴⁷ Refere-se à casa em que ela e o marido moram atualmente.

sabendo depois que comecei ficar enjoada. Foi quando me dei conta: “Calma aí, isso aqui tá esquisito. Como é que eu vou enjoar de qualquer coisa?”

Assim que a gente se mudou para cá, fui no postinho com a minha irmã e com uma prima minha, para fazer os exames. Nossa, na hora em que eu soube “É positivo. Tô grávida! Mais um...”, aquela dor de antes, do primeiro, voltou, porque eu tinha medo de perder esse filho também...

Quando eu descobri que ia ser mãe pela segunda vez, levei um choque, porque você pensa que agora pode estar, mas que daqui a um tempo pode perder, que pode dar tudo errado. Mas fiquei com pensamento positivo: “Não, eu vou cuidar agora, vou fazer tudo certinho, porque eu quero. Tem que querer, não quero tirar, tenho que querer MESMO essa criança”.

Eu estava com dezesseis anos. Foi então que eu e meu marido brigamos e a gente se separou. Brigamos por causa de ciúme. Ele era muito ciumento. Na verdade, um pouquinho antes, quando a gente brigou, lembrei agora (é muita coisa que acontece!) houve um acontecimento: nós nos separamos e eu fui morar com a ex-mulher dele...

Fui morar com a ex-mulher dele e ela cuidou de mim. Foi quando eu descobri que estava grávida dele, completamente grávida, aí a gente voltou. (Isso é uma coisa que eu não gosto de ficar falando, sobre a família dele, porque a família dele é a parte dele, a parte que eu tenho com ele é aqui. O nosso vínculo é aqui dentro de casa, e não lá fora. Sinto ciúmes dos filhos dele, pode ter certeza que qualquer mulher sente, quando tem um marido que tenha filhos. Qualquer mulher sente, sim! Ao mesmo tempo, os filhos dele sentem ciúmes também, porque ele é pai.)

Quando saí da casa da ex-mulher do meu marido e voltamos a morar juntos, foi uma gravidez tranquiííííla. A barriga sempre crescendo. E eu esperando o momento de nascer.

Ao mesmo tempo, via também muitas meninas que sofriam bastante por serem mães novas e tinha medo, tinha receio, porque quando o filho nascia, elas se separavam do marido. E meu marido era ciumento, ele É ciumento. Eu me perguntava: “Será que a minha vida vai ser assim também?”.

Quando meu filho nasceu, meu marido me acompanhou. No dia em que fui pro hospital, foi o filho dele quem nos levou, porque tinha que levar um tio do meu marido, que ia fazer hemodiálise. Meu parto foi complicado, tive eclampse, deu pressão alta. O médico ficou muito assustado porque quando dá eclampse na mulher no momento do parto, é bem perigoso: ou salva a vida da mãe ou salva a vida do filho. Mas acho que Deus naquela hora estava do meu lado e salvou a vida minha e a do meu filho.

Quando meu primeiro filho nasceu, fiquei bem alegre. Nossa, gente, quando você tem um filho nos braços, pensa assim: “Esse filho é meu, mesmo?”. Você não acredita. Fiquei surpresa: “Nossa, hoje me tornei mãe, olha que beleza, gente do céu, é um presente de Deus!”

Quando uma mulher engravida e tem um filho, é o que se pode chamar de milagre da vida, porque a mulher, quando tem um filho, é um milagre. Tem muita mulher que não pode ter filho e às vezes, a gente pensa: “Mulher que não pode ter filho... Acho que é uma dor que sofre, por não ter um filho”. Eu tive dois milagres, graças a Deus!

Quando saí do hospital, fomos morar lá embaixo, na casa da ex- mulher do meu marido. Esperei um tempo e foi só quando meu filho mais velho tinha mais ou menos dois anos, que fiquei grávida do segundo. Antes de engravidar dele, eu havia voltado para a escola. Fazia uma semana que eu estava estudando, quando descobri que estava grávida.

Queria estudar para ajudar meu marido, para poder trabalhar. No planeta em que a gente vive, o estudo, para uma pessoa, é o que permite a ela trabalhar. Os estudos

incentivam a gente a trabalhar mais tarde, porque para arrumar um serviço hoje em dia, tem que ter pelo menos o segundo grau completo. Até para ser doméstica você tem que ter o segundo grau completo. Penso em terminar meus estudos para poder arrumar um trabalho, porque é nisso que a gente pensa: trabalhar para cuidar dos nossos filhos, para ajudar o marido, ajudar dentro da casa.

Eu pensava assim: “Vou estudar! Quero estudar, porque quero cuidar do meu filho, que está pequenininho. E eu quero trabalhar!”. É lógico que quando estava grávida do meu primeiro filho, eu pensava em estudar, mas a barriga impedia: “como é que eu vou estudar com essa barriga? Não vai dar certo”. Mas, depois, decidi: “vou estudar, quero terminar meus estudos e não quero ter mais filho”. E fui trabalhar logo depois que ele nasceu.

Trabalhei na Embratel, de operadora de telemarketing, mas logo saí do serviço, porque queria voltar para o meu marido, pois, a essa altura, a gente já estava separado pela segunda vez. Quando a gente estava separado era uma relação tranquila.

Era assim: eu tinha ciúmes dele e ele de mim. O ciúme, no casamento, atrapalha um pouquinho a relação, porque não há confiança, e, se no casamento não houver confiança, não houver respeito, não é um casamento, é só aventura.

Hoje, digo para o meu marido: “Quero terminar meus estudos, porque isso vai ser bom para mim”. Quando voltei a estudar (durante aquela semana, antes de descobrir que estava grávida de novo), meu marido me disse: “Se você terminar seus estudos, vai ser bom pra você, porque você vai trabalhar, vai cuidar dos nossos filhos”.

Ele me apoiou bastante a voltar a estudar, mas fiquei apenas uma semana na escola. De manhã eu trabalhava e à noite eu ia pra escola. De manhã, meu filho ficava com a minha tia e à noite ficava com o meu pai, porque quando me separei do meu marido, fui morar com meu pai novamente.

Hoje, eu gosto muito do meu marido, digo isso para ele, porque quando a gente gosta ou ama uma pessoa, tem que dizer para ela. Para ficar junto com alguém, não é paixão, mas, sim, amor, amor mesmo que a gente tem que sentir pela pessoa. E eu sinto isso pelo meu marido, mas, na época em que estivemos separados, houve um acontecimento que até hoje me deixa um pouco triste...

Quando nos separamos, fui tentar conversar com ele, mas acabamos brigando feio e foi uma briga muito esquisita, que nunca tinha acontecido antes. Ele não me agrediu nem nada, mas foi uma briga muito esquisita mesmo. Fiquei bem assustada porque ele nunca tinha tido esse comportamento antes. Pensei em sumir, pegar meu filho, ir para bem longe, mas voltei atrás, porque acho que ele teve essa reação por causa do ciúme. Foi quando comecei a estudar e voltei a encontrar com ele escondido, sem meu pai saber. Foi a segunda vez que fiz isso.

Eu estava com dezessete anos. Estava há uma semana na escola quando voltei com ele. Logo me veio o pensamento: “não tem como eu estudar, vou ter que parar mesmo.”. Ser mãe, cuidar de casa, cuidar de filho e ainda ir pra escola, como hoje acontece comigo, era complicado antes, porque eu não tinha minha irmã, ela não estava perto de mim.

Minha irmã morava com a minha mãe e veio para cá em novembro. Ela sempre vinha passar as férias aqui em casa, ficava todo o final de ano, passava o ano novo, Natal... Todo final de mês ela vinha ou semana sim, semana não. Volta e meia ela estava aqui, por isso, quando começou a responder minha mãe, ela me ligou e pediu: “Carla, só falta ela me agredir! Deixa ela aí uns trinta dias, você conversa com ela...”. Ana é uma criança, criança rebelde, por assim dizer. Foi como lembrei a minha mãe: “Mãe, isso daí é passageiro, é cabeça de adolescente. Ela é uma CRIANÇA, uma criança de doze anos”.

Esse tempo em que ela está aqui comigo, tenho que ensinar as coisas a ela porque ela tem doze anos, doze para treze anos. Daqui a pouco faz um ano que ela está aqui. A gente briga bastante, não posso negar. Brigo bastante com ela, mas não posso dizer que é porque ela é adolescente, porque ela é criança, mas, pelo corpo dela, pela mentalidade dela, já é cabeça de mulher. Hoje, qualquer menina da idade dela já tem cabeça de mulher, mentalidade de mulher. Não é que nem no tempo de antes, que tinha que cuidar daquela criança até ela formar moça. Antigamente tinha que conversar, pedir pro pai pra casar, tinha que casar de véu e grinalda. Hoje não existem mais essas coisas de antes...

Depois que parei de estudar e fui morar com o meu marido, a gente começou a ter uma convivência muito boa. Comecei a ter confiança nele e ele começou a ter confiança em mim. Eu ficava dentro de casa, não saía, cuidava do meu filho. Foi quando descobri que estava grávida pela segunda vez. Nossa! Falei pra mim mesma: “Ah, eu sabia que ia engravidar!” Eu não pensei em usar nada, nem ele, por isso, logo me veio na cabeça: “Ah, vou engravidar!”. Mas, meu marido não recebeu a notícia tão bem assim: “Carla, a gente nem esperava por essa gravidez. A gente não queria também”.

Quando voltei com ele, queria ter mais uma coisa pra ele ficar mais perto de mim. Sabe quando a mulher quer um carinho a mais? Então pensei: “Vou engravidar!”. Eu quis essa segunda gravidez. Ele não esperava, mas eu esperava engravidar. Ele dizia: “Não era pra você ter engravidado de novo, porque agora, nesse momento não é bom, o nosso pequenininho não tem nem dois anos, é bebezinho ainda”. E eu: “Ah, mas eu tô grávida”. Ele finalmente aceitou: “Tá bom! A gente vai ter que cuidar, então, não tem como tirar. Vai ter que cuidar!”.

E foi uma gravidez boa... porque a gente mudava de um lado pro outro, a gente se mudou mais de cinco vezes. Fomos pro São Sebastião, pra Vila São Pedro, ali perto da

Rodovia, onde antes era um canal. Fomos para um terreno dele. Aqui onde a gente mora é casa de aluguel, mas ele tem um terreno que é dele. Foi uma ida e volta, pra lá e pra cá. A gente ficava pouco em cada casa, cerca de um ano. Ou porque o aluguel subia ou porque tinha algum problema na casa. Ou eu também, um pouquinho com um “ah, não vai dar certo”.

Era para a gente estar morando numa casa ali perto do Vila Real⁴⁸ até hoje, só que o dono vendeu a casa para uma imobiliária e nós tivemos que sair. E meu marido gosta de ficar perto dos filhos dele. Então, dei força: “Se tem que mudar, então vamos mudar”. E a gente conseguiu essa casa. Antes do meu filho nascer, mudar era uma atividade normal.

Quando ganhei meu primeiro filho foi uma surpresa, porque durante a gravidez, todo dia eu estava no hospital. Quase todo mês era assim: ia para lá e acabava internada. Foi assim do comecinho da gravidez até o final. No dia em que meu filho nasceu, não achei que ele ia nascer, foi uma surpresa para todo mundo, justamente porque eu ia todo dia pro hospital. As pessoas diziam: “Vai nascer, Carla!”, mas... cadê a barriiiga? Cadê o filho no colo? Nada. Eu voltava pra casa e não nascia. Queria que ele nascesse logo pra eu ver o rostinho. A segunda gravidez EU quis. E como eu quis! A primeira, eu e meu marido queríamos, mas a segunda... Sabe quando uma mulher quer mesmo uma gravidez? Foi a dele. Nem por isso eu brigo menos com o caçula do que com o mais velho.

Fui para o hospital ficar com a minha prima, porque ela também estava grávida, de três para quatro meses, mais ou menos. Pensei: “Vou no médico porque eu tô com um probleminha”, mas, no caminho, perto do Mario Covas⁴⁹ (meu primeiro filho nasceu em Sumaré e o segundo, no Mario Covas), havia acontecido uma batida de moto, e, por causa

⁴⁸ Bairro de Hortolândia, SP.

⁴⁹ Hospital e Maternidade Municipal Governador Mário Covas, em Hortolândia, SP.

do acidente, o ônibus freou de repente e eu levei um susto. Foi quando comecei a sentir cólica.

Não era para o meu filho ter nascido nesse dia. Foi um dia depois do meu aniversário, e, no dia do meu aniversário, dia 15, meu marido e minha irmã prepararam um bolo, chamaram todo mundo, fizeram uma surpresa para mim. De manhã, quando meu marido acordou para ir trabalhar, já tinha planejado tudo. Ele fingiu que estava bravo, começou a brigar comigo, pra eu ficar nervosa. Eu avisei: “não posso ficar nervosa porque eu tô grávida, você tá sabendo. Pode acontecer alguma coisa comigo...”. À noite, minha irmã mais velha e ele planejaram a festinha. No dia seguinte, fui pro hospital.

Foi uma gravidez rápida. Cheguei no hospital com cólica, mas, apesar disso, o médico afirmava: “Mãezinha, não vai nascer hoje!”. Senti uma contração muito forte que me deixou com muito medo, afinal, eu já tinha tido problemas no primeiro parto, por causa da pressão alta, mas o médico continuou: “Mãezinha, você vai embora”. E eu: “Está bom, vou tomar Buscopan na veia, tá ótimo, então”. Foi quando a dor começou a aumentar e percebi que o bebê não se mexia. Isso me deixou muito confusa.

Quando eram umas quinze para as três (eu olhava toda hora no relógio), apareceu uma médica e, de novo: “Mãezinha, você vai embora. Vou assinar o papel de alta e você vai embora”. Tá bom. Ela assinou. Foi quando eu comecei a sentir mais dor ainda. Então, me deram um remédio forte que se chama Tramol. É um remédio muito forte e, mulher grávida, não pode tomar Tramol, mas eu tive que tomar, porque estava sentindo muita dor. O médico se compadeceu: “Mãezinha, você não pode ficar sentindo dor”.

Às sete e pouca da noite eu já estava na sala de pré-parto, fazendo exames para verificar o coração do neném, as contrações. Eu só pensava uma coisa: “Tem que nascer, porque eu não vou ficar aguentando essa dor”. E fazia força! Meu filho nasceu às 11h45 da

noite. Foi uma cesárea, assim como foi o parto do meu filho mais velho. Fiquei acordada o tempo todo, vendo meu filho nascer.

Quando o médico me mostrou meu filho, falei: “Gente do céu, meu filho nasceu! Com saúde!”. Naquela hora a gente se emociona, chora. Foi uma emoção como a que eu senti com o meu primeiro filho, uma emoção que a gente sente assim, na hora, diferente mesmo, não é uma emoção de quando você vai ver a mãe e dar um abraço. Foi uma emoção diferente.

Mostrei para meu marido: “Môr, o nosso bebê nasceu!” E ele: “Então, agora a gente tem que cuidar. Você vai cuidar também e não vai mais ter filho”. Até o momento, combinamos de não ter mais filhos. Então, eu não quero mais também, mas... para falar a verdade, uns dias atrás eu pensei de ter mais um. Mas, não quero, não.

Em novembro, umas duas semanas depois que meu segundo filho nasceu, fui de novo para o hospital, fazer uma cirurgia de vesícula. Ainda estava com os pontos da cesárea, pois leva de quinze a trinta dias pra tirá-los e eles acabaram inflamando. Nessa época, a filha mais velha do meu marido morava com a gente, e, foi ela quem cuidou de mim, cuidou do meu filho. Hoje, a gente conversa pouco, ela está casada, tem uma filha, tem o cantinho dela, cuida da vida dela e eu cuido da minha, mas sou grata a ela, pois se não fosse por ela e como ela cuidou de mim e do meu filho... Imagine só, ter que tratar sozinha desse moleque enquanto meu marido trabalhava, porque ele tem que trabalhar pra cuidar da família. E olha que a família é grande!

Depois que a filha do meu marido foi embora, nós nos separamos mais uma vez. Foram duas separações, depois que viemos morar aqui. Foi aquele vai e volta. Separação de casal é assim.

Em novembro, minha irmã caçula se mudou pra cá. A princípio ela veio para ficar trinta dias, a gente pensou que era só durante as férias, mas ela foi ficando... ficando... ficando... até que um dia, minha mãe ligou: “Carla, é melhor ela ficar por aí mesmo, porque você cuida dela...”. “Tá bom mãe, eu aceito, ué”.

Se um dia minha mãe se separar do marido dela e quiser morar comigo, eu aceito também. Minha família eu aceito de braços abertos, mas, respeito, em primeiro lugar! Respeito pela casa onde você mora, porque é difícil alguém te dar um teto. Eu mesma, quando me separei do meu marido, com essas duas crianças, foi difícil mesmo conseguir um cantinho pra mim. Era um lugar aqui, outro lugar ali. Primeiro fui morar com a minha irmã mais velha, que morava aqui na mesma rua, num cômodo.

Comecei a trabalhar, para ajudar a minha irmã. Trabalhei mais ou menos uns dois meses numa firma perto do cemitério. Era vendedora externa e fazia plantão lá no cemitério. Mas não à noite. Vendia jazigos. Ficava lá no cemitério e via bastante coisa...

Nos três primeiros dias, menina do céu, não chegava nem perto, porque tinha trauma mesmo, pois quando a minha avó morreu, minha mãe não deixou a gente ir ao velório dela. E, por causa disso, não queria mais nem chegar perto de cemitério. Na verdade, não era assim, um trauma, era uma dor. Trauma eu tive aos seis anos, na primeira vez que fui e desmaiei, só de chegar perto. Mas aí, comecei a trabalhar lá, para ajudar a minha irmã.

Um dia, saí da casa da minha irmã e fui morar de novo com a ex-mulher do meu marido. Nós tínhamos uma relação assim, de amiga: eu conversava com ela, ela conversava comigo. “Não tenho nada a ver com a sua relação com o meu ex”, dizia ela. Ela já era separada dele há bastante tempo, quando ela me conheceu, fazia mais ou menos um ano e pouquinho. Ele não pensava em casar. Era homem de farra. Até hoje, digo pra ele: “Você é homem de farra, né?”. Ele gostava de curtir. Trabalhava o dia todo, tinha o direito de sair,

tinha o direito de se divertir. Por isso ele não pensava em casar, mas, aí, eu apareci: “Cheguei! Vou catar esse homem!” E consegui pegar. Estamos juntos há sete anos.

Entre mim e a ex-mulher dele havia uma relação estável, normal. Hoje já não é mais assim, ficou um pouquinho diferente, porque a gente conviveu durante muito tempo. Agora, é cada uma no seu canto, se quiser conversar bem, se não quiser, paciência. A gente não precisa abrir sempre o sorriso pra pessoa ou a pessoa abrir o sorriso pra gente. Cada um tem seu problema, cada um tem a sua solução de viver, eu tenho a minha e ela tem a dela. Fora isso, nossa relação é normal. Os filhos dela e dele vêm aqui, dormem aqui. Ontem mesmo o filho dela veio dormir aqui. Ela também convive um pouco com meus filhos. Não sei se ela gosta do meu marido ou não, isso é assunto dela.

É normal uma irmã ter ciúme da outra. Não sei se a Ana sente ciúmes, porque ela me disse nada, mas nós nos damos muito bem, ela é bem carinhosa, gosta de me agarrar, de me beijar, embora tenha momentos em que a gente brigue feio também. Nessas horas, apesar de tudo, sinto uma dorzinha porque, afinal, ela é a caçula, e me vem à cabeça tudo o que ela sofreu desde pequenininha. E ela sofreu bastante, tadinha!

Em novembro, quando ela veio morar aqui, sugeri ao meu marido: “Já que a Ana tá aqui, vamos conversar eu, ela e você. Por que ela não cuida dos moleques à noite e eu volto a estudar?”. Hoje em dia, para arrumar um serviço, tem que ter estudo. Até para ser operadora de caixa tem que ter estudo.

Acho que o que prefeito, o presidente estão fazendo, isso de a pessoa ter que ser estudada, isso está certo. Tem que ser alfabetizado, tem que ler, tem que escrever. Eu penso

em parar de estudar um pouquinho, porque está muito corrido para mim agora, porque estou fazendo CFC⁵⁰, para tirar a carteira de motorista.

Vou para o CFC de manhã, das oito ao meio dia e quinze, à tarde tenho que cuidar da casa e à noite tenho que ir para a escola. São poucas horas entre uma coisa e outra. É uma corrida e, isso cansa bastante você. Sei que tem muita gente que de manhã trabalha e à noite vai pra escola. Tem aluno que dorme na carteira. Eu mesma, dias atrás, estava me sentindo tão mal, mas tão mal, que dormi na carteira. Deitei e dormi. Uma colega me cutucou com o lápis, avisando: “a professora está chegando”. Levantei, cobri mais ou menos a cara e fui lavar meu rosto lá fora, para ninguém saber. Cansa demais.

Fico muito dividida entre parar de estudar ou continuar, especialmente agora que vou sair daqui e passar a estudar no Zanluchi⁵¹. É meia hora de caminhada que vou ter que enfrentar e lá a saída é às onze horas da noite. Olha o perigo que vou ter que passar na rua!

No início, quando minha irmã começou a cuidar dos meus filhos, estava tudo indo bem, até que de uns dias para cá comecei a faltar à escola. Faltei essa semana todinha porque... é assim... mulher tem suas dores. Eu sinto muita dor de cabeça. Frequentemente. Minha cabeça dói, tenho problema de sinusite. Cheguei a comentar com minha irmã: “Não tô querendo mais ir pra escola, tô cansada demais”. Mas, logo uma colega de classe me ligou: “Carla, os professores estão perguntando por você”. E voltei a ir à aula.

⁵⁰ Centro de Formação de Condutores.

⁵¹ As escolas municipais de Hortolândia oferecem EJA somente até o Ensino Fundamental, por isso, para cursar o Ensino Médio, os alunos precisam ir para uma das escolas estaduais que nem sempre são tão próximas das escolas municipais, o que representa certa dificuldade para aqueles que precisam se locomover a pé até a escola. Um exemplo é a E.E. Antônio Zanluchi, que, em relação à EMEF Jd. Boa Esperança, pode proporcionar ao aluno até 1 hora de caminhada, dependendo de onde ele more. No caso das mulheres, esse problema é agravado pelo horário de saída (às 23h) devido ao risco de sofrerem violência sexual, uma vez que alguns dos caminhos até a escola são bastante escuros e ermos.

Eu me considero uma boa aluna, é lógico. Quando vou para a escola, quero prestar atenção na lição que o professor está explicando, porque se você não prestar atenção, não vai pegar o jeito da matéria, não vai terminar seus estudos, não vai ser alguém lá na frente.

Preciso pensar bem, porque o semestre já está terminando, logo vem a formatura. Ontem mesmo eu pensava: “ah, quero parar de estudar!”, mas, assim que deitei na cama, mudei de ideia: “Não, quero continuar”. Quase sempre, antes de dormir, me vem aquela dúvida: “Ai meu Deus, será que eu paro? Será que continuo?” Se eu parar, vou terminar de tirar minha carteira, só que não vou arrumar serviço. Se eu continuar, termino de tirar a minha carteira e posso até arrumar serviço o ano que vem, mesmo estudando. Eu consigo, sim. Se a pessoa lutar para conseguir, é lógico que consegue. Lutando, consegue. Então, chamei minha irmã para conversar: “Ô, Aninha, você tem que me ajudar a cuidar dos meninos⁵², porque se eles dão trabalho, é porque são crianças, toda criança dá trabalho”. Criança é assim mesmo, brinca, bagunça.

Aqui em casa ninguém gosta de dormir em cama, a gente deita aqui no chão e dorme por aqui mesmo. Ninguém gosta de dormir em cama, não. Minha irmã dorme no sofá, pois, embora tenha um quarto lá nos fundos, ela gosta de dormir aqui do nosso lado. Ela deita aqui com a gente e meu marido lá nos fundos, no quarto.

Ontem, enquanto assistia TV, pensava: a moça da loja vai fazer uma entrevista comigo, só que, se eu parar de estudar, não vou ter um serviço depois, mas, se eu continuar, vou ter um serviço e pode ser até melhor do que eu imagino. Não posso parar agora que estou conseguindo as coisas, agora que a minha vida está melhorando.

Depois que minha irmã veio para cá, minha vida melhorou bastante, pelo menos no que diz respeito à escola. Meu marido a ajudou, assim como eu também. Cuido dela, tenho

⁵² Referindo-se aos filhos.

que incentivá-la a fazer as coisas certas. Quando ela veio para cá, foi uma correria, porque precisei arrumar uma vaga para ela na escola. Prometi a Joana: “Você vai estudar aqui, vou arrumar uma vaga pra você de qualquer jeito”. E ela está estudando agora. Alguns dias atrás ela precisou faltar à escola porque teve que me ajudar a cuidar das crianças, para que eu pudesse ir resolver umas coisas.

Meu marido tenta me incentivar, ele até fala em eu parar de estudar, porque, segundo ele “tá uma correria” para mim, mas avisa: “Se você parar, depois precisa terminar seus estudos, porque se parar agora, só ano que vem. Aí você vai ter que fazer um ano e meio⁵³... Se você continuar, vai terminar a oitava agora, fazer o primeiro ano, depois o segundo. Então esse ano agora você termina o primeiro e ano que vem, só mais um ano”. Mas eu continuo na dúvida: “Será que vai ser bom pra mim, será que não?”.

Sei que o governo dá uma vaga pra cada aluno e que a escola não é paga, que eles dão o material didático, mas não é por isso que a gente não tenha que se esforçar: tem que estudar, tem que lutar por aquilo lá, mesmo sendo de graça. Mesmo que eu pague por uma escola, não posso faltar a hora que eu quero, só porque estou pagando. Não é assim. É uma coisa diferente. É você querer e conseguir, é você lutar, não para um dia ser alguém, mas, sim, ser uma pessoa melhor.

Agora mesmo, nesse instante, essa dúvida persiste: “Será que eu termino? Será que não?” É uma coisa que não sai da cabeça: “Será que eu continuo? Será que eu paro?”. Mas, a gente não pensa em si mesmo, pensa nos filhos... Por eu ter sido mãe nova, sei que isso não é uma experiência muito boa para nenhuma moça. Essas moças de hoje, têm que prestar muita atenção, porque ser mãe nova, parar os estudos, para ter essa rotina que eu

⁵³ Carla concluiria a oitava série no fim do primeiro semestre, e, se continuasse a estudar, faria o primeiro ano do Ensino Médio no segundo semestre. Dessa forma, no final do ano seguinte, ela já teria concluído o Ensino Médio, ao passo que, se parasse de estudar, retornando apenas no ano seguinte, levaria mais 1 ano e meio estudando, sem concluir o Ensino Médio no ano seguinte.

tenho, não é fácil. Abri mão de muuuitas coisas que eu queria, aquilo tudo o que uma jovem quer ter: casa, serviço, particularidades (coisas pra ela mesma), ter um cantinho só pra ela, enfim... se divertir.

Hoje, graças a Deus, estou bem, pois minha vida está ótima, estando casada, mas eu diria a essas meninas de agora, essas jovens de doze, treze, catorze anos: “Casar, jamais!”. Porque um casamento é para vida toda. Filho é para vida toda. Se houver filhos, um que seja, é um vínculo para vida toda. Você vai estar sempre ao lado do seu marido ou do seu ex-marido, porque ele é pai. E, se uma jovem pensar: “Não, eu não quero ter filho, quero terminar os estudos”, espero que ela continue com esse pensamento positivo, que vá lutando, vá conseguindo.

Houve um tempo em que eu, por ter os dois meninos, pensava em ter uma menina, mas, hoje, não quero mais: não quero ter menino, não quero ter menina, não quero ter nada. Quero é terminar meus estudos, trabalhar, ajudar meu marido, porque não quero ficar dependendo dele. Jamais! Ele me ajuda, mas faço questão de lembrá-lo: “Môr, não quero ficar dependendo de você. Sei que você me ajuda, só que um dia a gente também tem que... não é ‘criar asinhas’, mas conseguir uma coisa por mim mesma”.

Às vezes, quando pego o dinheiro dele e fico comprando as coisas, dá uma dorzinha no peito, sabe? Porque com esse dinheiro, ele poderia pagar alguma coisa que ele deve ou eu mesma, poderia pegar esse dinheiro e guardar para comprar alguma coisa, mas... sou um pouquinho criança também, para falar a verdade. Não é por eu ter vinte anos, que não seja: “Toda pessoa tem uma criança dentro de si”. Sei que não tenho tanto juízo, meu marido mesmo diz: “Você é meio louquinha, cuidado, você é meio louquinha”. Sou brincalhona, extrovertida, gosto de bagunça, mas tem horas em que a gente também tem que pensar que

é mulher, que tem casa, tem filho, tem coisas para cuidar. As coisas mudam, muda o pensamento, a vida, a rotina. E vão continuar mudando.

Não posso reclamar da minha vida, pois ela é boa, não posso reclamar de nada, tenho um marido que é muito bom comigo. Quando eu quero as coisas ele diz: “Vamos com calma, porque a gente não pode ter tudo. Temos que ir por etapas”. E eu concordo: “É, a nossa vida tem que ir por etapas, sim. Um pouquinho de cada vez”. Hoje tem um pouquinho? Amanhã posso ter um pouquinho a mais. Tem que começar devagarzinho.

Quando eu tinha catorze anos já quis logo ter filho, casar, parar de estudar. Agora, não penso mais assim. Ser mãe, para mim, aos catorze anos era brincar de casinha. Hoje não é. Hoje, para mim, ser mãe, é um exemplo de mãe pra filha e de filha pra mãe. Meu pensamento não é o mesmo de antes, é diferente. É preciso parar para pensar: filho não é boneca, filho não é brinquedo, filho é uma coisa séria. Filho tem seus pontos fracos, tem que cuidar, tem que tratar. Se você não tratar de um filho, Deus me livre, seu filho morre! Tem que ter carinho, tem que ter amor, não é um amor de brinquedo, do tipo “ah, esse brinquedo é meu”. Não. Esse filho é meu, sim, mas, ele vai crescer, vai se aventurar...

Hoje eu estou me aventurando para depois mostrar para eles. Uma aventura de família, de respeito, de carinho, compreensão entre filho e mãe. Respeito principalmente, porque se não tiver respeito, nem carinho, nem amor, muita coisa pode acontecer. Sei que não tenho tanta paciência com os meus filhos, de vez em quando brigo, dou uns tapinhas, porque tem que apanhar um pouquinho também pra aprender, porque se a gente não bater hoje, amanhã eles vão bater na gente. Essa é que é a verdade. E, mais para frente, quero mostrar para eles que fui uma mãe de verdade, para que um dia eles não digam assim: “Minha mãe não cuidou de mim, não pensava em mim. Minha mãe era... fria”. A minha mãe foi um pouco fria comigo. Ainda hoje digo para ela: “Mãe, a senhora foi um

pouquinho fria, sabe? A senhora cuidava mais da Camila”, que é minha irmã do meio. Hoje, a gente conversa, brinca uma com a outra... Mas.... sabe? É porque era muito problema.

Hoje eu entendo melhor a minha mãe. Entendo bastante. Ela tinha muitos problemas, meu pai brigava com ela. Porque se colocar tudo nas costas da mulher, ela não aguenta, porque é mais frágil do que o homem. O homem aguenta muita coisa, agora, a mulher, não. Eu sou frágil, tenho meus pontos de sentimento difícil.

Se uma pessoa vier brigar comigo, eu parto pra briga. Mas também sei saber chorar, sei saber ter tristeza se machucar e sei também perdoar. Já perdoei muitas pessoas! Mesmo que a pessoa não soubesse, eu dizia: “Deus, estou perdando essa pessoa, porque um dia ela vai ver que para tudo o que a gente passa, é preciso ter o perdão das pessoas, porque um dia ela vai precisar de carinho, de atenção, vai sim”. Nós, sempre temos que pensar: “família não é brinquedo, família não é casinha de boneca, família é uma coisa que a gente tem que tratar com educação”. Tem que ter educação, tem que ter respeito na família, pois ela é um laço que a gente está criando, e, se esse laço se desfizer, isso não é família, são apenas pessoas.

O mundo em que a gente vive é uma bola, mas, se pensar bem, você está ali no meio. E, por você estar ali no meio, é que tem que cuidar dessa família que está ao seu redor. E eu cuido da minha família, pois minha família é tudo na minha vida, sem ela eu não vivo. Meus filhos são tudo pra mim, são um presente de Deus, que é o milagre da minha vida. Graças a Deus não tenho o que reclamar, apenas agradecer a Ele.

Essa foi a minha história. Se colocar tudo em pequenos detalhes dá mais que um caderno, dá um livro enorme!

Marcela⁵⁴

Marcela é uma mulher de personalidade muito forte, de fala firme, uma pernambucana “arretada”, diriam alguns, mas, quando liguei o gravador, ela se modificou completamente. Quase não pude ouvir a voz mansa que saía de seus lábios, até os gestos se suavizaram, era como se ela tivesse criado uma personagem de si mesma. Difícil de acreditar que aquela era a mesma mulher com quem já havia conversado diversas vezes e com quem havia marcado a entrevista dias antes. Patai diz que “muitos pesquisadores percebem que as pessoas sentem-se lisonjeadas e valorizadas quando há um interesse externo por suas vidas. O gravador, longe de ser impedimento, é, deste ponto de vista, uma ratificação da importância daquilo que é dito” (PATAI, 2010: 23), mas essa não foi a minha experiência, o gravador, nesse caso, longe de ser um estímulo, foi uma espécie de inibidor.

O nome de Marcela surgiu a partir da entrevista feita com sua filha mais velha, que na época era da mesma classe que a mãe. A filha de Marcela foi a primeira a ser entrevistada para este trabalho e em sua fala, chamou-me a atenção a maneira como ela descrevia a relação com a mãe e a ênfase que deu a isso. Quando selecionei a rede da pesquisa, incluindo Marcela, pensei que seria interessante ouvir “o outro lado da mesma história”, mas, ao contrário da filha, durante a entrevista, Marcela mal tocou no assunto, era como se toda a situação mencionada pela filha não existisse. Ela simplesmente optou por não falar sobre isso. Foi somente quando desliguei o gravador que “a outra” Marcela voltou à cena e me falou um pouco mais sobre a filha e o que pensava da maternidade.

⁵⁴ Nome fictício a pedido da colaboradora.

Ainda que algumas coisas não tenham sido mencionadas, a história de vida de Marcela é fantástica, deixando entrever a mulher de personalidade marcante que ela é.

“Meu marido nunca implicou com o fato de eu estudar, porque ele sabe quem sou eu, sabe que quando decido uma coisa, quando boto uma coisa na cabeça, eu faço.”

Meu nome é Marcela, tenho 40 anos e vim de Pernambuco, faz dezoito anos. Tenho nove irmãos, comigo dez. Nossa vida não era assim tão difícil, meu pai tinha até uma condição melhorzinha, mas eu não quis estudar, quis é trabalhar. Acho que me empolgava mais para o lado da vaidade, e, para estudar, quase nada, não optava pelo futuro na escola. Tinha quinze anos quando parei de estudar e não voltei mais. Depois que engravidei da minha filha, tentei voltar, mas não deu e tive que abandonar de novo a escola.

Sempre fui uma pessoa esforçada e, mesmo não precisando, fui trabalhar, porque tinha uma loucura que era gostar de ajudar as pessoas, sempre tive esse negócio: o que eu ganhava era para dar pros outros. Não precisava daquele trabalho, porque meu pai, ainda que não tivesse muito, alguma coisa tinha, mas eu ajudava muito as pessoas. Via os meninos, os vizinhos, que passavam fome e queria ajudar. Eu e uma amiga de infância estávamos sempre arrumando qualquer coisa pra dar a eles. Nós éramos assim, fazíamos peça de teatro, aniversário de bicho... e todo dinheiro que a gente ganhava era só para isso. Nem eu nem ela ligávamos para o estudo.

Fui trabalhar numa firma de calçado, uma fabricazinha de fundo de quintal. Comecei lá bem nova. Quando comecei mesmo, ia só para aprender. Eu devia ter uns doze anos. Depois que aprendi, o dono da fábrica me contratou. Fiquei trabalhando na fábrica dos quinze aos dezoito anos, depois saí e fui tomar conta de uma loja que era do dono da fábrica. Trabalhei lá até os vinte e três anos, quando fiquei grávida.

Parei de estudar e fiquei só trabalhando porque estudava de manhã e ia para a fábrica à tarde, mas às vezes tinha que ficar até mais tarde e depois acabava tendo que sair nas carreiras para a escola, cheia de cola, a mão toda calejada. Ficava muito cansada, foi me dando preguiça e não fui mais. Foi quando arrumei um namorado e engravidei.

Meu pai, em sua ignorância, queria que eu casasse, mas não casei e ele me colocou para fora de casa. Vivia na casa de um, na casa de outro, então lutei. Vim embora para Campinas por acaso, porque minha amiga falou que achava que aqui eu ia ter mais condições de manter minha filha. Peguei uma carona com o tio dela e fui embora. Vim para cá sem conhecer ninguém, com a cara e a coragem.

O caminhoneiro me deixou na rodoviária de Campinas e tudo o que eu tinha era o endereço de uma tia dessa minha amiga, que já morava aqui, e dinheiro para pegar um táxi. Mas o taxista andou, andou, andou e não achou o tal endereço. Voltei para rodoviária. Fiquei lá sem que nem mais, até que apareceu uma mulher, que ficou conversando comigo. Ela me levou para casa dela, que ficava ali mesmo no centro de Campinas.

Uma mulher que nunca tinha visto na minha vida. Ela contou que tinha três filhos, três rapazes e precisava de uma pessoa para ajudar na casa dela. Fiz questão de esclarecer:

— Agora no momento estou assim, não sei se a senhora... vai me querer, né? Mas sou muito esperta, faço as coisas, a barriga não me impede de nada.

Ela quis saber:

— Quando que você vai ganhar o nenê?

— Olha, nas minhas contas, eu só tenho uma semana.

Ceguei faltando uma semana para ganhar a minha filha, no dia vinte de fevereiro. Fiz vinte e três anos no dia onze de fevereiro e ganhei minha filha dia vinte e sete.

O pai da minha filha mora na Bahia agora. Larguei dele porque estava enganando a mim e a uma outra moça. Fiquei chateada e disse para ele: “Olha, se começou errado vai ser sempre errado”. Não pensei duas vezes, vim embora para cá, antes que meu pai jogasse isso na minha cara o resto da vida. Ele sempre tomou conta dos netos: minhas irmãs casavam, voltavam para casa e era um reboição tão grande... Minha mãe olhava os netos para elas trabalharem e eu não queria ser mais uma. No meu caso, ainda era pior porque estava praticamente sem marido, não ia ficar com ele desse jeito. Fiquei muito chateada, quando se está grávida, a gente fica sensível. E quando bato pé que quero uma coisa...

O pai de Karina⁵⁵ veio atrás de mim, procurou, morou aqui uns tempos, mas mandei dizer que o bebê tinha morrido, que tinha nascido e morrido. E minha família não era louca de falar pra ele o contrário, porque era uma opção minha. A única pessoa que poderia ter falado era minha mãe, mas ela adoeceu logo, veio a falecer e não chegou a falar pra ele.

Acontece que, por ironia do destino, a família dele acabou indo morar quase em frente da minha casa. Ninguém sabia, nem eu nem ele. A Karina sempre brincou com os primos, sempre se deu com eles e não sabia que eram parentes.

⁵⁵ Nome fictício.

Um dia, por acaso, a irmã do pai dele, estava conversando comigo e comentei de onde era: Jaboatão dos Guararapes, Recife. Ela se entusiasmou: “Nossa, eu vim lá daquelas bandas também”.

E eu:

— Nossa, mas lá em Prazeres⁵⁶ é tudo tão pequeno, todo mundo se conhece.

E ela:

— Então você deve conhecer meu irmão e meus sobrinhos. Meu irmão é o que tem mais filhos por lá.

Aí já me caiu a ficha:

— O que tem mais filhos? Quem tem mais filhos ou era a minha mãe ou era a mãe do pai da minha filha, que também tem bastante.

— Como é o nome da mãe dele?

Fiquei meio assim, mas respondi:

— Sei que o avô dela é José e a avó dela é Maria⁵⁷.

Ela se espantou:

— Nossa! É minha cunhada e meu irmão.

E já ligou para eles contando tudo.

A primeira vez que o pai da Karina ligou para minha casa, foi a própria Karina quem atendeu. Ela tinha dez anos quando o pai veio saber dela. Ele não quis vir para cá, porque é uma pessoa muito esquisita. Não quis ver a filha, mandou foto e tudo, ela mandou foto dela. Mandou dinheiro para ela ir embora para lá, mas a menina não quis ir. Não sei o

⁵⁶ Bairro localizado em Jaboatão dos Guararapes, cidade do interior de Pernambuco.

⁵⁷ José e Maria são nomes fictícios.

que o impediu de vir. Não sei se é insegurança da outra mulher... Se for, é coisa da cabeça dela, porque eu já sou casada.

Sempre disse para minha filha que ela não tinha pai, que ele tinha morrido e, quando ela soube, acho que ficou um pouco revoltada comigo, mudou muito, começou a judiar muito de mim.

Dos dez anos de idade para cá, Karina mudou totalmente, começou a ficar ruim. Ela era muito boazinha, mas depois ficou assim, desse jeito: não me obedecia mais, não queria mais obedecer meu marido, nada. Ficou rebelde. Começou a me culpar, toda hora me jogava na cara. Eu dizia: “Se fiz isso é porque foi melhor pra nós”. Penso que Deus sabia o que estava fazendo, porque a gente não ia ter essa vida que tem hoje.

Na próxima quinta-feira, Karina viaja para a Bahia, vai conhecer o pai, diz que vai ficar por lá um ano. Eles nunca se viram pessoalmente. Quando ela era pequena, não queria que fosse, mas agora que ela já vai fazer dezoito anos quero que vá. É bom que ela o conheça, que é para ver quem está certo, como é que são as coisas.

Quando cheguei em São Paulo, fui morar com essa mulher que conheci na rodoviária de Campinas, mas não fiquei na casa dela por muito tempo, porque essa mulher estava planejando tomar minha filha.

Um dia, acordei de madrugada e a ouvi conversando com o marido, dizendo que quando eu fosse ao médico (eu teria que voltar para uma revisão) iria embora com a criança e me deixaria na rua. Ela dizia ao marido:

— Ela não tem condições, não tem para onde ir. E a menina... nossa, a gente já está apegado à menina, ela é uma gracinha. Eu pedi a ela para registrar a criança...

Ela me pediu para registrar o bebê, mas disse que não ia dar, que queria criar a minha filha. Então, ela botou na minha cabeça que a assistente social ia tomar a menina de

mim, falou um monte de coisas. Pensei: “Imagina”. E fugi da casa dela. Corri com a nenê nos braços, levei o que eu podia levar e saí. Minha filha não estava nem com um mês direito.

Fiquei uns dias em um prédio em construção, onde conheci um homem... Deus botou muita gente boa na minha vida, sabe? Esse homem era o encarregado do prédio, da construção. O pessoal que trabalhava lá era todo de Pereira Barreto⁵⁸. Eles improvisaram um lugarzinho para mim, onde fiquei com o bebê por uns dias.

Foi quando conheci uma moça (que hoje em dia é prima da minha outra filha) que me levou na casa da família dela, que morava aqui em Hortolândia. Eu a conheci na rua, da mesma forma que conheci a maioria das pessoas que me ajudaram. Estávamos conversando e ela falou: “Olha, moro num lugar em que a gente fez uns barracos e trabalho com umas pessoas que moram ali no Maria de Lourdes⁵⁹, em Hortolândia”.

A família dessa moça me ajudou pra caramba! Ela trabalhava com uma mulher cujo irmão trabalhava numa fábrica de calçados. Contei que já tinha trabalhado com calçados e ela: “Vamos que eu tento te arrumar um emprego, daí a gente tenta arrumar um lugar pra você”. Ela me trouxe para cá e até hoje nós somos amigas, além disso, ela é parente da minha filha.

Fui trabalhar na fábrica, em um emprego que Ricardo⁶⁰ arrumou para mim. Fiquei na casa dos pais deles, que são lá do Ceará. Ela cuidava da Karina para eu ir trabalhar. Dei sorte. Foi trabalhando nessa fábrica que pude comprar minhas coisas: fizemos um barraco, mandei dinheiro para minha irmã caçula vir do Recife... Mas, infelizmente, tive que sair da

⁵⁸ Município paulista com cerca de 25 mil habitantes, próximo a divisa com Mato Grosso do Sul.

⁵⁹ Bairro de Hortolândia, SP.

⁶⁰ Nome fictício.

empresa, porque fazia medo aqui em Hortolândia, era um lugar muito esquisito, muito violento, tinha muita gente fugindo da polícia que vinha se esconder aqui.

Antes, era tudo bem diferente, a gente tinha que ir lá para cima para tomar a condução e eu precisava pegar o ônibus de madrugada, pois entrava às seis horas, lá no São Bernardo. Eu era nova e ficava com medo ao mesmo tempo de deixar a minha irmã com minha filha no barraquinho e de subir sozinha no escuro para pegar o ônibus para ir trabalhar. Então, saí da firma onde eu adorava trabalhar, porque sempre gostei de mexer com calçado, afinal, comecei pequena.

Depois que saí, arrumei um emprego numa empresa chamada La Rondine, onde trabalhei três anos e meio, aqui mesmo em Hortolândia. E graças a Deus fiquei por aqui, onde estou até hoje. Depois, as coisas foram mudando, dividiram os lotes, e, aos poucos, construí a minha casinha, depois fiz outra do lado.

Foi quando conheci o primo dessa mulher que me ajudou, eles eram todos de Pernambuco. Na situação em que eu estava, tinha que ter minha família, meu marido. Mas não tive sorte, não. Arrumei esse homem que era muito preguiçoso, não queria trabalhar, nem nada. E eu ali, ralando. No começo ele trabalhava, mas depois ficou desempregado e não quis trabalhar mais não. Um dia, parei para pensar: “Espera aí, por que tenho que ficar com uma pessoa assim?” E botei ele pra correr, mas ainda fiquei grávida e tenho essa filha com ele.

Quando ele foi morar comigo eu já tinha o meu lugarzinho, mas, mesmo assim, fui morar uns tempos lá para baixo com ele, mas não deu certo e voltei para o meu barraco, para minha casinha. Comigo é assim: se não dá certo, já boto para correr, porque não adianta ficar com uma pessoa se escorando em você: eu trabalhando dia e noite, e ele sossegado.

Eu sustentava todo mundo, e, ainda uma irmã caçula, que mandei vir de lá de Pernambuco para olhar as crianças, porque era muito difícil arrumar uma pessoa naquele tempo. Depois minha irmã mais velha veio, com três meninos, largou nas minhas costas e sumiu no mundo. Fiquei com quatro de menor mais a minha outra irmã. Eram praticamente cinco crianças para cuidar. E só eu trabalhando. Então, tinha que trabalhar dia e noite.

Fiquei quatro anos com meus sobrinhos. Depois de um tempo, do nada, minha irmã apareceu, levou os meninos e sumiu. Mais tarde, soube que eles estavam morando lá no São Domingos, que naquela época já era um lugar esquisito, já tinha aquela favela do Viracopos ali no Campo Belo... Eles moram lá até hoje. Os meninos hoje estão todos crescidos, mas quando ela os levou, fiquei triste porque sabia que as crianças iriam sofrer, mas o que eu podia fazer, se eram filhos dela?

Minha irmã sempre fez esse tipo de coisa: deixava os filhos um ano lá no Pernambuco com a minha mãe, quer dizer, quando vinha para cá, deixava na casa da tia do pai, que mora lá em Santos. Era assim. Os outros dois (ela tem mais dois filhos, são cinco no total) ela deixou lá em Guarulhos e os três deixou comigo. Nunca teve juízo, esses dias mesmo, ela estava sumida, passou quatro anos desaparecida de novo. Agora apareceu, mas os filhos nem a querem mais. Ela é desse jeito! E eu fiquei com a cruz pesada, por isso trabalhei, trabalhei, trabalhei. Nunca tive preguiça de trabalhar.

Quando a minha filha mais nova estava com um aninho, conheci meu atual esposo, com quem estou até hoje. Casei no papel, com tudo que tinha direito, vestida de noiva e tudo. Nós casamos por acaso, por causa dos meninos. Com esse meu marido, tenho um casal: a menina, que é mais velha e o menino.

Os filhos queriam que a gente casasse, faziam questão. Acho que por causa da escola, porque os meninos mostravam fotos, coisas assim. Eles diziam:

— Vocês não são casados, são namorados, porque não têm aliança, foto de casamento, não tem nada.

Brinquei com ele, dizendo:

— É que nós estávamos esperando você, pra participar da festa.

Mas para quê? Nossa, eles ficaram no nosso pé, chorando, chorando para gente casar. Eles sempre foram chamados para participar de casamento, ele de noivinho, ela de noivinha, porque são quase do mesmo tamanho. No dia do casamento do primo deles, eles choravam e choravam...

Então, a gente decidiu: “Temos que casar mesmo”. E em três meses ajeitou-se o casamento. Eu tinha umas economias que eram ou pra terminar uma casa ou para viajar com todo mundo. E a gente teve que gastar com o casamento, por causa deles. Para a gente, não precisava, não tinha por quê. Adiamos a casa e a viagem.

A viagem, a princípio, ia ser lá para minha cidade, mas, depois que meus pais morreram, não senti mais vontade de voltar para minha terra, ficava com medo de voltar lá e sofrer, porque tudo iria me lembrar meus pais. Meu pai podia ser ignorante como fosse, mas eu o amava do jeito dele. Com toda a ignorância dele eu o amava assim mesmo. Fazer o que, né? Era meu pai...

Não fui para o enterro dos meus pais. Não vi nem minha mãe adoecer, e olha que se passaram seis meses ainda antes dela falecer de câncer. Meu pai teve infarte fulminante. A morte dele foi mais tranquila, não adoeceu, não mudou nada. Ele era bem moreninho, bem negão, de branco só tinha os dentes mesmo. Já minha mãe era clara, por isso que eu ainda peguei uma corzinha.

Tenho quatro filhos. A primeira filha com esse namorado que tive no Recife, a segunda, com meu segundo marido, que eu conheci aqui em São Paulo e mais dois filhos

com meu atual marido. Meu marido é trabalhador, senão eu nem estaria com ele, botava para correr. A gente trabalha, por isso combina. Quando quero uma coisa, vou à luta, então, pegar uma pessoa que não quer nada, não dá! Graças a Deus com ele está dando certo.

Trabalho em um escritório de importação e exportação como atendente e ainda fazia serviço de rua, porque conheço muito bem Campinas. Faz três anos que eu trabalho lá. Quer dizer, trabalho lá há mais tempo, só que antes era diarista, mas como já tinha trabalhado em um outro escritório quando eu estava grávida do meu menino, eles fizeram um teste e ficaram comigo. Conheço muito cartório e coisas assim. Quebrei o ganho deles, porque não parava ninguém lá. É muito bom trabalhar lá, porém, depois desse acidente nem sei o que vai rolar. Faz quatro meses que eu sofri o acidente. Caí no trabalho. Estava subindo uma escadinha de cinco degraus, para pegar coisa no armário, que é bem alto, mas acho que não cheguei nem no quinto degrau, porque logo caí. Até hoje não sei como um piso daquele conseguiu rasgar meu braço a ponto de eu ter fratura exposta desse jeito. Não entendo, já caí tanto, sofri acidentes graves e não deu em nada. E um acidente tão bobo assim...

Estou afastada do trabalho, mas tenho carteira assinada, tudo direitinho. Eles são bons comigo, tanto que estou sempre na casa do meu patrão. Sou muito chegada a ele, que sempre me chama para uns churrascos: esse final de semana mesmo eu estava lá com a minha menina. Ia lá todo final de semana, embora não precisasse, mas ia pra ajudar porque ele é muito bacana. Gosto de ajudá-los com os trigêmeos, ele me chama para tentar botar as coisas em ordem.

Como estou com o braço ruim, deixei minha filha do meio para dar uma força a eles. Minha filha está com catorze anos. Ela vai lá na casa do meu patrão dar instrução pros

meninos porque os pais não têm tempo para se dividir em três, quase quatro (tem outra menina pequena que nasceu). É uma barra.

Me dou muito bem com todos, eles sempre estão me ajudando, se eu precisar de alguma coisa, eles me ajudam. Depositam dinheiro a mais para pagar passagem, essas coisas... Eles estão doidos para eu voltar logo a trabalhar porque está todo mundo sentindo a minha falta. Eu pensava que não, mas sou muito querida, graças a Deus. Tem dias da semana que eu tenho que ir almoçar com eles. Saio mais para almoçar fora mesmo, porque não consigo nem comer, com uma mão só. As meninas compram almoço e a gente come lá mesmo, fica conversando. Toda semana tenho que tirar um dia para ir lá.

Quando fui trabalhar na firma, eles exigiram que eu voltasse a estudar, mas ao mesmo tempo era algo que eu já estava querendo, para ter mais conhecimento. Estava precisando, estava atrasada, muito por fora de tudo, como, por exemplo, as coisas que mudaram nas escritas do português... Não voltei a estudar antes porque as crianças eram pequenas e aqui em Hortolândia era muito perigoso. Meu marido chegava tarde do trabalho e eu ficava com receio de deixá-las em casa e ir pra escola. Depois que todo mundo cresceu e lá na empresa eles exigiram que eu voltasse a estudar, voltei.

Havia parado na sétima série, mas voltei para a sexta, porque estava meio perdida. Fiz a sexta, a sétima e agora posso até terminar. É pagar para ver, para ver se eu melhora.

Na escola a gente conhece pessoas novas, discute com elas, aprende coisas diferentes. Isso é muito bom, porque pensei que ia ser de outro jeito, que seria chato, que não ia dar certo. Mas não, foi o oposto daquilo. Pensava que até os professores seriam chatos. Não, pelo contrário. Acho que gostei de tudo. E agora é difícil querer deixar. Você não consegue, quando começa, não quer parar, mesmo tendo tanta coisa para me impedir, não vou desistir.

Na escola me sinto bem, além disso, é bom que eu aprenda as coisas, tenha mais conhecimento, fique por dentro dos assuntos. Às vezes os meninos perguntavam, a gente discutia as coisas e eu não sabia de nada, ficava por fora, não sabia falar nada. Agora a gente se acha um pouco, estou mais atualizada.

Meu marido nunca implicou com o fato de eu estudar, porque ele sabe quem sou eu, sabe que quando decido uma coisa, quando boto uma coisa na minha cabeça, eu faço! Ele já me conhece, sabe que quando eu saio pra trabalhar, saio pra estudar, não saio com outras intenções nem mudo o meu jeito de pensar. Sou diferente de certas pessoas que vão à escola.

Há algum tempo, ofereceram aulas de inglês no trabalho, porque como a gente mexe com essas coisas de importação e exportação, precisa saber inglês. Me arrependi de ter recusado. Estava com muita vontade de aprender, mas fiquei com vergonha, porque não conseguia pronunciar direito por causa do meu sotaque. Ficava esquisito o jeito que eu falava, os meninos ficavam rindo, eu também ficava dando risada, não saía nada. Inventei uma desculpa: “ah, tô muito atrasada, eles estão mais adiantados” e saí. Mas me arrependi, devia ter ido. Agora não sei se vou ter outra oportunidade, porque esse ano não volto mais a trabalhar, o médico já me afastou.

Nos últimos tempos, tenho andado tristonha, porque fui decidida a poder também conquistar certas coisas, mas vai ser difícil, por causa do acidente. Não consigo dobrar o braço e estou muito desanimada, porque mesmo fazendo fisioterapia, não consigo dobrá-lo. Tento, mas dói muito. Os médicos dizem que meu caso é complicado, porque perdi o cotovelo. Os estudos vou ver no que vai dar porque, como estou para acabar, não quis desistir. E se amanhã o braço dobrar? Vou ficar arrependida.

Espero que ano que vem eu esteja boa porque foi uma coisa atrás da outra. Mas fazer o quê? Tem que levar, é a vida!

A escola mudou muita coisa na minha vida. Eu não escrevia, agora escrevo melhor, me expesso melhor. Nem consigo mais parar. Às vezes, fico pensando: “Meu Deus, vou ou não vou?” E ainda tem esse braço que só dói... Mas logo decido: “não, eu tenho que ir.” Aí fico um dia sem vir e outro não. E assim estou indo, empurrando com a barriga, mas vou. Queria terminar, quero terminar, vou ver no que vai dar. Não queria parar não.

Teresa⁶¹

O nome de Teresa como candidata a narradora foi sugerido por Silvana e Maísa durante algumas das nossas conversas pré-entrevista.

Conversei com Teresa pessoalmente pela primeira vez ainda na escola, durante suas aulas, ocasião em que ela concordou em conceder-me sua entrevista num futuro próximo, porém, pouco tempo depois Teresa deixou de ir à escola. Perguntei por ela às colegas de classe e elas insinuaram que Teresa não viria mais à escola porque o marido não queria.

Ocorre que o marido de Teresa, também aluno da escola, por motivo de trabalho precisou evadir-se, e, conseqüentemente impôs a Teresa sua evasão também. As colegas me contaram que ainda tentaram argumentar com ela sobre isso, mas Teresa mudava de assunto.

Como tinha seu número, telefonei para ela na tentativa de conhecer sua história, mas ela nunca tinha disponibilidade para me encontrar. Ofereci-me para ir a sua casa ou que fizéssemos a entrevista na escola, ela parecia hesitar, dizia que ia pensar, que me ligava depois e isso nunca acontecia.

No dia em que estava indo para a escola fazer a entrevista com Maísa, por acaso, encontrei Teresa na porta de sua casa⁶² conversando com uma vizinha. Ela acenou para mim e parei o carro na tentativa de convencê-la a falar comigo. Ela veio ao meu encontro, começamos a conversar e mais uma vez ela garantiu-me que me daria a entrevista, porém quando íamos começar a negociar a data do encontro, percebi que ela começou a ficar tensa e olhava para o lado sem parar. Foi quando notei seu marido do outro lado da rua. Ele

⁶¹ Nome fictício escolhido por mim.

⁶² Teresa mora numa casa que fica bem próxima da escola, assim é preciso passar por sua casa para chegar ao colégio.

acenou para mim e caminhou em nossa direção. Teresa rapidamente mudou de assunto e eu, ao perceber toda a situação, despedi-me pedindo a ela que, quando pudesse, entrasse em contato comigo, o que nunca aconteceu.

Decidi que não iria mais importuná-la, pois não sabia ao certo que consequências poderiam ter o fato dela falar comigo. Infelizmente nem sempre conseguimos fazer com que nossas entrevistas aconteçam, pois ao trabalhar com seres humanos precisamos lidar com todo tipo de imprevistos.

É evidente que teria sido extremamente significativo conhecer a história de Teresa, saber sua trajetória, sua vida, seus medos, angústias, sonhos, expectativas e tudo mais que ela desejasse contar, mas isso não foi possível. Penso, porém, que a sua história nos conta muito sobre as dificuldades experimentadas pelas mulheres da EJA. Assim como Teresa, tantas outras param ou nem mesmo chegam a estudar por restrições impostas pelos companheiros, que muitas vezes cometem violências físicas, verbais e psicológicas contra suas mulheres, que sucumbem, impotentes. Não sabemos se é o caso de Teresa, mas torço para que ela de alguma forma consiga subverter sua condição e, quem sabe, um dia possa nos contar (sem temores) sua história.

4.2 - Mulheres na EJA: questões de Identidade e Gênero

A proposta de se utilizar a História Oral neste trabalho se deu exatamente no sentido de se tentar compreender quem são estas mulheres matriculadas na Educação de Jovens e Adultos, quais seus medos e expectativas, o que as leva à escola e o que causa sua evasão dela e como família, valores, trabalho e outros fatores afetam seu desempenho escolar e têm relação direta com sua permanência ou desistência da escola.

Como para a História Oral o que importa não é a verdade, mas as verdades e as contradições existentes nas experiências humanas, assim também se pode perceber essas contradições nas falas das narradoras: Carla se contradiz em diversos momentos, o que reflete seus próprios conflitos internos: ela quer estudar, mas a dificuldade em conciliar a escola com seus outros papéis – mãe, esposa, dona de casa, profissional... – a faz querer desistir. A maternidade é uma vocação, mas ao mesmo tempo instrumento. Carla quer ter mais filhos, mas ante a recusa do marido muda de ideia. A irmã é criança e mulher ao mesmo tempo: ela própria é criança e mulher. Refere-se à segunda gravidez como tranquila e boa, mas foi o período em que ela e o marido mudaram-se mais de cinco vezes, segundo ela.

Silvana, ao mesmo tempo em que alega que Tiago não lhe apoia em nada, menciona a tristeza dele em vê-la sofrendo devido ao problema nas mãos e o incentivo que o marido lhe dá, a partir disso, para arranjar outro trabalho. A contradição de Maísa que por um lado exalta sua dedicação pessoal “tudo o que pega para fazer, faz bem”, mas diz que a escola não deu certo para ela, por sua própria culpa, porque era “relaxada”.

Nas histórias de vida que este trabalho traz, ficam evidentes algumas questões que estas mulheres trazem ao discorrerem sobre suas trajetórias e como suas identidades são

compostas (Hall, 2006; Bauman, 2005), assim, um aspecto muito importante na composição destas identidades é a maternidade, sua afirmação ou mesmo sua negação constitui um elemento que quase sempre aparece como eixo central na fala das narradoras e a maternidade precoce é quase sempre apontada como um dos principais fatores para a vida escolar interrompida. Mesmo na história de Silvana, que quase não ressalta sua identidade materna, ou mesmo na de Marcela, que evita mencionar os conflitos que tem com a filha mais velha, a questão da maternidade está lá, como norteadora de muitas de suas escolhas ou da falta delas.

A gravidez parece ser uma consequência natural de seus relacionamentos, como se elas não tivessem escolha: começam a namorar e engravidam. Mesmo para Carla, que alega ter sido a gravidez uma escolha sua, pode-se notar que essa “escolha” estava ligada a sua vontade de manter o marido por perto. Não há uma reflexão a priori sobre essa maternidade e tudo o que advém dessa decisão, as considerações sobre a maternidade só acontecem depois, anos mais tarde, quando, mais maduras, elas começam a perceber tudo o que envolve o ser mãe.

No caso de Carla, por exemplo, a maternidade e a família são parte essencial de quem ela é, quem se tornou. Ser capaz de ser mãe, exercer essa maternidade, tudo isso traz uma conscientização de seu papel enquanto mulher, enquanto esposa, parte da família. A maternidade tem sentidos múltiplos: ora ela coloca Carla numa posição de responsabilidade e maturidade, que vão bem além da sua pouca idade, ora ela serve de elo com o marido, como meio de intimidade, aproximação e estabelecimento de vínculo. Carla tem consciência não só desse vínculo, mas de sua eternidade.

A escola entra nessa equação como mais um meio de Carla realizar essa maternidade. É a escola que vai possibilitar-lhe arrumar um trabalho, para que possa cuidar

de seus filhos. Cuidar, aliás, é um verbo que Carla usa muito: ela “cuidava” de suas irmãs, “cuidava” de sua mãe, “cuida” dos filhos, continua “cuidando” da irmã caçula. Cuidar, nesse caso, não é simplesmente prover, é algo muito mais amplo, envolve afeto, responsabilidade, proteção, tudo aquilo que, de certa forma, foi negado a Carla. Ela queixa-se da frieza da mãe, aponta a ausência do pai e o modo como precisou assumir as rédeas de sua família.

As histórias familiares complicadas são outro denominador comum, os lares desfeitos, a ausência ou os excessos dos pais e mães são apontados como determinantes nas trajetórias das vidas dessas mulheres. A fala de Maísa demonstra como os filhos sentiam que eram menos importantes para o pai do que o jogo e a bebida: “Meu pai tinha problema com bebida e jogo, então, tudo o que ele fazia era ou para a bebida ou para o jogo. Minha mãe é quem tinha que batalhar para a gente poder estudar”. As famílias são esfaceladas pelo vício do pai, a mãe precisa tomar as rédeas da situação, assumir o sustento da família e a educação dos filhos. Precisam ser fortes, o esteio da família e, por isso, muitas vezes são vistas pelos filhos como “frias”.

As identidades dessas mulheres são contraditórias e multifacetadas, pois embora sofram as influências de um modelo de vida branco, cristão e patriarcal, que impõe valores e regras sociais que remontam ao Brasil colonial (Priore, 2009), ao mesmo tempo, essas influências nem sempre ditam as formas como as estruturas sociais e afetivas se organizam dentre as mulheres das classes populares, marginalizadas socialmente.

Igualmente àquelas mulheres que aqui viviam antes das influências europeias cristãs, que criavam suas redes, onde as relações eram mais solidárias e menos moralistas, mesmo porque a figura do homem, quase sempre ausente, propiciava isso (Priore, 2009),

assim as mulheres de hoje também criam outras formas de se relacionar e estruturar-se socialmente que entram em contradição com estes outros padrões.

Essas mulheres forjam redes onde elas cuidam umas das outras, a exemplo daquelas mulheres da época colonial – a ex-mulher do marido de Carla a acolhe, cuida dela, a filha do marido também cuida dela e de seu bebê recém-nascido, assim como a própria Carla cuida da irmã mais nova. É a irmã de Maísa quem lhe compra o material escolar, não porque a própria Maísa não possa comprá-lo, mas porque quer incentivar a outra a estudar. É a vizinha de Marcela quem cuida de sua filha para que ela possa trabalhar, assim como o faz a mãe de Silvana. Quando Silvana finalmente decide sair de casa, diz não temer mais o marido, pois a mulher que morava em frente da casa que alugou “já estava ciente de tudo e qualquer coisinha chamaria a polícia”.

As mulheres criam laços, se ajudam, naquilo que entendem como sendo “as dores femininas”, aquilo que elas, simplesmente por serem mulheres aceitam que precisam carregar e suportar e, exatamente por isso, por se identificarem umas com as outras, se apoiam. A construção dessas identidades se dá tanto no campo do simbólico, como do social, como coloca Woodward:

“(…) a identidade é relacional (...), depende, para existir, de algo fora dela: a saber, de outra identidade, de uma identidade que ela não é, (...), mas que, entretanto, fornece as condições para que ela exista. (...) A identidade é, assim, marcada pela diferença. (...) A diferença é sustentada pela exclusão (...)” (WOODWARD, 2000, p.9).

Assim, outras redes de solidariedade se formam com base na identidade que os envolvidos compartilham: as origens migrantes. Ao reconhecerem-se como tendo a mesma

trajetória e, naturalmente tendo experimentado as mesmas dificuldades, os homens trabalhadores do prédio em construção onde Marcela se abriga, rapidamente apressam-se em ajudá-la. Enquanto a mulher da rodoviária, que não tinha nenhuma identificação com Marcela, estava movida apenas pela necessidade de encontrar uma empregada, os operários eram movidos pela identificação que sentiam ao ver alguém cujas origens e problemas os faziam remeter às suas próprias. Essa identidade em comum cria a empatia necessária por Marcela e sua filha.

Enquanto algumas mulheres são estimuladas a voltar à escola pela própria família, como é o caso de Maísa, incentivada pela filha mais velha, ou de Marcela, que se sente pressionada pelas demandas dos filhos em idade escolar, outras sofrem todo tipo de humilhação e violência ao tomar a decisão de voltar a estudar, como Teresa, por exemplo, que com a saída do marido da escola, foi proibida por ele de tornar a frequentá-la também ou mesmo Silvana que era sistematicamente chamada de “velha” pelo marido que menosprezava seu interesse pela escola.

As violências sofridas pelas mulheres são muitas e não se dão somente no âmbito do físico, mas do psicológico e do afetivo, despedaçando não somente seus corpos, mas seus sonhos e expectativas. O “ciúme” dos maridos e companheiros é interpretado por elas como uma forma de atenção, de cuidado, e, não, como forma de controle. Todas relataram “ciúme” por parte dos companheiros, e, sob esse pretexto, eles instituíam inúmeras restrições às mulheres, isso incluía com quem elas deveriam se relacionar, que emprego ter (ou não ter) etc. No caso de Maísa, o suposto ciúme do marido aflora, coincidentemente, durante o tempo em que ela tinha cargo e salário superiores aos dele.

“Esse tipo de violência “lembra o fato de que nem sempre a violência do companheiro contra a mulher recai sobre o corpo desta. Muitas vezes, ele destrói os pertences da mulher (...). Isto tem, via de regra, profundas repercussões na saúde da mulher (...) as somatizações aparecem com frequência” (NOGUEIRA, 2005; SAFFIOTTI e ALMEIDA, 1995).

Nesse contexto, algumas mulheres acabam por reproduzir o discurso opressor de que muitas vezes são vítimas: a primeira sogra de Silvana endossava as atitudes do filho agressor, Carla evocava sua suposta fragilidade feminina como justificativa para a dificuldade que encontrava em conciliar os diversos papéis que precisava exercer e justificar a submissão ao marido: ela só precisava trabalhar ou estudar quando estava sem marido. Quando vai viver com o marido, a primeira coisa que pensa é “agora sou uma mulher casada, não preciso mais estudar”.

Dessa forma, muitas vezes as limitações são impostas pelas próprias mulheres: quando o marido de Maísa sugere que ela volte a estudar, ela própria se questiona se ainda tem idade para tal. Talvez por sua capacidade de ter sido quase sempre questionada – quando decide voltar a estudar, anos antes, a mãe demonstra apreensão e a questiona se ela seria capaz de conciliar os estudos com o trabalho e o papel de mãe, algo semelhante faz o marido, quando a “aconselha” sobre o trabalho que ela busca conseguir: “Desde que não atrapalhe seus estudos”, diz ele.

A democratização do acesso à escola é algo percebido por quase todas as narradoras, porém, a conclusão natural é a de que a defasagem na escolaridade é uma responsabilidade individual, o que reforça a ideia de culpabilização de si mesmas (e de todos aqueles que não estudaram) por sua não educação, seu fracasso escolar: “Acho que eu era muito cabeçuda, relaxada mesmo. Não deu certo por causa de mim”, conclui Maísa.

A educação na idade adulta não é percebida como um direito, mas como recuperação do tempo perdido, como revela Silvana quando afirma: “fiz tudo errado na minha vida, quando era tempo de estudar, não estudei”, ou estereotipada e marginalizada, revelando resquícios de uma estigmatização que remonta aos tempos do Mobral, presentes na fala da filha de Maísa, quando sugere à mãe que vá fazer o “Mobralzinho, à noite”.

A escola é um ideal, um objetivo a ser atingido e, ao mesmo tempo, inatingível. Existe o desejo de pertencimento, mas ao mesmo tempo essas mulheres não se veem como parte daquele contexto: “Já que a escola não deu certo para mim, vou trabalhar”, pensa Maísa. Há ainda uma visão da escola associada à juventude, o sentimento de que a escola pertence somente aos jovens, e, não, a elas. Quando Maísa vai comprar seu material escolar, o retorno àquele espaço se materializa, ganha contornos que antes eram apenas abstratos: ela vai adentrar naquele espaço que não supõe seu: “Estou me sentindo uma adolescente”.

A dificuldade em conciliar os diversos papéis (mãe, mulher, profissional, estudante) é posta em questão a todo momento, pela família e por elas mesmas e o dilema trabalho em detrimento da escola se coloca de maneira incessante, ao mesmo tempo, a escola é o meio para o trabalho. A indecisão sobre a escola é das que mais pesam para Carla, porque interfere diretamente em seus outros papéis. Ela associa a escola à perspectiva de trabalho e o trabalho é o que vai possibilitar que ela exerça plenamente sua maternidade, portanto, desistir da escola, em certo aspecto é negligenciar a própria maternidade, por isso a dúvida persistente que tanto a incomoda.

“Uma outra motivação vincula-se ao valor social atribuído à educação e à vontade de se deslocar no lugar social conferido ao analfabeto na sociedade. Vontade que tem origem no reconhecimento da condição de inferioridade

intrínseca do analfabeto e no desejo de construir uma imagem positiva de si mesma (...)” (NOGUEIRA, 2005).

O trabalho, num primeiro momento, não é algo que seja naturalmente uma opção, um meio de independência, assim como o dinheiro que ganham também não lhes pertence, é sempre uma forma de ajudar os outros, como afirma Marcela, ou ajudar o marido, como colocam Carla, Silvana e Maísa. À medida que se inserem no mercado de trabalho, no entanto, o retorno à sala de aula torna-se imperativo, pois a competitividade do mundo moderno exige níveis de escolaridade cada vez maiores. Quando, ao retornarem à escola, sua visão de mundo se amplia, cresce sua autoestima e o trabalho vai adquirindo novas facetas, essas mulheres percebem-se com essa nova identidade, a da mulher trabalhadora. E essa mulher, estudante, trabalhadora e cheia de autoestima, ganha consciência de si e seu lugar no mundo, não estando mais disposta a se submeter à violência, à humilhação, à depressão, à opressão, à falta de perspectivas e, embora nem todas tenham conseguido percorrer esse caminho, o conhecimento lhes confere as ferramentas para que elas possam, a seu tempo, fazê-lo. Como bem coloca Paulo Freire:

“(…) a desumanização que resulta da “ordem” injusta não deveria ser uma razão da perda de esperança, mas, ao contrário, uma razão de desejar ainda mais, e de procurar sem descanso, restaurar a humanidade esmagada pela injustiça” (FREIRE, 1987).

A maneira como se apresentam na escola é muito importante, afinal aquele não somente é um espaço de aprendizado, mas também de interação social, daí a vergonha que alegam sentir em ir à escola sujas de cola, com as mãos feridas e calejadas ou mesmo de dormir durante a aula.

A educação é um meio de inserção social, elas deixam de estar à margem da sociedade, passando a serem capazes de interagir e se integrar socialmente. Maísa e Silvana mencionam isso em suas falas, a partir do estudo são capazes de “entender o que as pessoas falam”, o estudo possibilita que elas estejam “por dentro das coisas”.

“A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar” (FREIRE, 1987).

É na escola que as mulheres da EJA, a princípio relegadas a uma subclasse (Bauman, 2005), têm na educação não só um elemento extremamente relevante na construção e desconstrução de suas identidades, mas um instrumento que a partir do conhecimento poderá criar meios de fazê-las transpor as desigualdades de gênero e subverter sua realidade.

Considerações Finais

Ao trazer as narrativas das trajetórias de vida das alunas da EJA, pretendíamos trazer à discussão as questões de gênero e identidade que perpassam a busca por escolarização dessas mulheres. Ao termos contato com suas histórias, percebemos o quão tortuoso pode ser o caminho da mulher que busca educar-se já na idade adulta e essa percepção deixa-nos com algumas questões: se a escola é um espaço privilegiado para a (re)construção da cultura, dos valores e dos símbolos, reproduzindo ou transformando as hierarquias atribuídas socialmente àquilo que é associado ao masculino e ao feminino (Nogueira, 2005; Carvalho, 1999), como então pensar uma escola que contribua para a extinção do preconceito de gênero e as violências que resultam dele?

Se a maternidade precoce aparece como um fator de evasão escolar, que dificulta a permanência das mulheres na escola, mas que ao mesmo tempo suas histórias sugerem como uma consequência natural de seus relacionamentos afetivos, é preciso, então, investigar a fundo essa questão, entender que outros aspectos levam a gravidez precoce a toda essa naturalidade e pensar em buscar meios de se contornar isso ainda na adolescência, mas, na era da informação, tecnologia e liberdade, como propor um diálogo efetivo, que traga essas questões à tona? Que políticas públicas poderiam contribuir para transformar essa realidade?

Por lidar com o adulto, que quase sempre já traz opiniões formadas sobre diversos assuntos, muitas vezes é uma tarefa delicada para o professor da EJA abordar questões que tragam discussões polêmicas envolvendo temas como religiosidade, machismo, violência doméstica, entre outros, mas, como afirma Paulo Freire, ser professor é reconhecer a

politicidade da educação, sua não neutralidade (Freire, 1996) e, aquele que se propõe a atuar democraticamente na sua docência, possibilitando a seus alunos e alunas uma educação conscientizadora e libertadora, precisa trazer esses temas à tona, colocá-los em pauta, desafiar seus alunos a pensarem criticamente, a reverem seus conceitos, irem além do entendimento que trazem consigo.

Pensando ainda naquilo que Paulo Freire coloca sobre respeitar o senso-comum, mas ultrapassá-lo (Freire,1992) e entendendo que um dos aspectos mais importantes da escola na vida dessas mulheres é o da socialização e do convívio com o grupo, é preciso levar isso em consideração, mas ultrapassar a função da escola como sendo apenas um espaço de convívio, para fazer dela também um espaço de conscientização, transformação e empoderamento desses sujeitos, em especial as mulheres.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, J. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: UNESP, 1998.

ALMEIDA, Maria Suely Kofes de. “Entre nós mulheres, elas as patroas e elas as empregadas.” In: ALMEIDA, Maria Suely Kofes de. et alii, *Colcha de Retalhos*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p.186-193.

ARROYO, Miguel G. “Educação de Jovens e Adultos - um campo de direitos e de responsabilidade pública”. in: SOARES, L. et ali (orgs.). *Diálogos na educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. pp.19-50.

BARROS, Manoel de. *Poesia Completa*. São Paulo: Leya, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedito Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secad. *Documento de apresentação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad)*. Brasília, 2004.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9.394/96*. Brasília: Imprensa Oficial, Diário Oficial, v. 134, n. 248, 1996.

_____. *Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 11/200 e resolução CNE/CEB nº 1/2000. Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: MEC, maio 2000.

BENJAMIN, Walter. “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov.” In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 197-221.

CALDAS, Alberto Lins. “Pontuação em História Oral”. in: *Oralidades: Revista de História Oral*, São Paulo, Núcleo de Estudos em História Oral-USP, ano 2, nº4, jul./dez. 2008, p. 163-167.

_____. *Oralidade, Texto e História. Para Ler a História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 1999a.

_____. “Transcrição em história oral”. In: *NEHO-HISTÓRIA*, Revista do Núcleo de Estudos em História Oral da USP. São Paulo, n.1, USP/FFLCH/DH, Novembro, 1999b, pp.71-79.

COLLIN, Françoise. “Diferença dos sexos (teorias da)”. In: HIRATA, Hélène et al. (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p.59-66.

CONFERÊNCIA REGIONAL PREPARATÓRIA PARA A V CONFINTEA, Brasília, 1997.

CONFINTEA V (Conferência Internacional para Educação de Jovens e Adultos), Alemanha, 1997. Disponível em: <http://forumeja.org.br/files/5Confinteapdf> Acesso em 17/08/2010.

CONFINTEA VI (Conferência Internacional para Educação de Jovens e Adultos) – Marco de Ação de Belém, Brasil, 2009.

CARVALHO, Marília Pinto de. Um olhar de gênero sobre as políticas educacionais. In: FARIA, Nalu et al. (Org.) *Gênero e Educação*. São Paulo: SOF, 1999.

CORRÊA, Mariza. “Repensando a família patriarcal brasileira (Notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil)”. In: ALMEIDA, Maria Suely Kofes de. et alii, *Colcha de Retalhos*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p.13-38.

DELORS, Jacques et al. Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 9ª. ed. São Paulo: Cortez/UNESCO/MEC, 2004.

DI PIERRO, Maria Clara. Notas sobre a Redefinição da Identidade e das Políticas Públicas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1115-1139, Especial – Out, 2005.

_____.; JÓIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Mazagão. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. In: *Cadernos Cedes*, 55. Políticas Públicas e Educação. Campinas: UNICAMP, 2001. pp. 58-77.

EVANGELISTA, Marcela Boni. *Padecer no paraíso? Experiências de mães de jovens em conflito com a lei*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2010a.

_____. “A transcrição em história oral e a insuficiência da entrevista”. In: *Oralidades. Revista de História Oral*, n.7. Jan-Jun, 2010b.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil. In: *História Oral*, São Paulo, nº 1, pp.19-30, jun-1998.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Cortez, 1982.

- _____. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. *Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. 14ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa* 33ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GOMES, Nilma Lino. “Educação de Jovens e Adultos e questão racial: algumas reflexões iniciais”. in: SOARES, L. et ali (orgs.). *Diálogos na educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. pp. 87-104
- GUIMARÃES, Áurea M. *Vidas de Jovens Militantes*. Tese de Livre Docência. Faculdade de Educação da UNICAMP, Campinas, 2010.
- HADDAD, Sérgio. Tendências atuais na educação de Jovens e Adultos no Brasil. In: *Anais do Encontro Latino-americano sobre Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores*. Brasília: 1994.
- _____. et Al. (org). *O estado da arte das pesquisas em Educação de Jovens e Adultos no Brasil: a produção discente da pós-graduação em educação no período 1986-1998*. São Paulo: Ação educativa, 2000. Disponível em <http://www.cinterfor.org.uy/public/spanish/region/ampro/cinterfor/temas/youth/doc/not/libro285/libro285.pdf> Acesso em: 16/08/2010.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.
- HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. 11ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- _____. “Quem precisa de identidade?”. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 103-133.
- IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2010.
- IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2011.
- KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena. et. al.. (org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67-75.

LANG, Alice B. da Silva Gordo. “História Oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta”. in: *(Re) Introduzindo a História Oral no Brasil*, I Encontro Regional de História oral / Sudeste-Sul, São Paulo: Xamã, 1996.

LEITE, Sandra Fernandes. *Políticas Públicas para a Educação de Jovens e Adultos no período 2000-2010*. Portal da Educação. Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/15572/politicas-publicas-para-a-educacao-de-jovens-e-adultos-no-periodo-2000-2010#ixzz26IOdzMHS>. Acesso em 11/09/2012

LOPES, Gustavo Esteves. “Aportes teóricos à História Oral: os conceitos de ‘perpetrador’ e ‘vítima’”. in: *Oralidades: Revista de História Oral / Núcleo de Estudos em História Oral do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo*. – Ano 5, no. 9 (Jan/Jun 2011) – São Paulo: NEHO, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

_____. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

MEIHY, J. C. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. *Canto de morte Kaiowá: história oral de vida*. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. *Definindo História Oral e Memória*. Cadernos CERU n°5, série 2, 1994.

_____. (Re)Introduzindo a História Oral no Brasil. In: MEIHY, J. C. S. B. (Org.). (Re)Introduzindo a História Oral no Brasil. São Paulo: Xamã, 1996. pp.1-9.

_____; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

MOEHLECKE, Sabrina. *As Políticas de Diversidade na Educação no Governo Lula*. Cadernos de Pesquisa, v.39, n.137, p. 461-487, maio/ago, 2009.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Vinte anos de Feminismo*. Tese de livre-docência apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1996.

MORENO, Montserrat. *Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola*. São Paulo: Moderna; Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

NACÕES UNIDAS. *Declaração do Milênio. Cúpula do Milênio*. Nova York, 2000. Disponível em: <http://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf> . Acesso em 03/12/2012.

NOGUEIRA, Vera Lúcia. Educação de Jovens e Adultos e Gênero: um diálogo imprescindível à elaboração das políticas educacionais destinadas às mulheres das camadas populares. In: SOARES, Leôncio (org). *Aprendendo com a Diferença - Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos*. 1ª. Ed, Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

_____. Mulheres Adultas nas camadas populares: a especificidade da condição feminina no processo da busca de escolarização. Belo Horizonte: Fae/UFMG, 2002. (Dissertação de Mestrado). Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/25/posteres/veralucianogueirap18.rtf>. Acesso em 15/08/2010.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História. A Problemática dos Lugares*. Projeto História 10, São Paulo, dez./1993.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA- UNESCO. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien)*. Tailândia: Unesco, 1990. http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm. Acesso em 05/12/2012.

PAIVA, Jane. *Tramando concepções e sentidos para redizer o direito à educação de jovens e adultos*. Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 33 set./dez., 2006.

PATAI, Daphne. *História Oral, Feminismo e Política*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

POLLAK, Michel. “Memória e Identidade Social”. in: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10,1992, p. 200-215.

_____. “Memória Esquecimento e Silêncio”. in: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3,1989, p.3-15.

PEDRO, Cláudia Bragança; GUEDES, Olegna de Souza. *As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres*. Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, Universidade Estadual de Londrina, 2010.

PORTELLI, Alessandro. “Tentando Aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral.” In: PERELMUTTER, D. & ANTONACCI, M. A. (org.). *Ética e*

História Oral. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História da PUC-SP. São Paulo. n.º 15, abr. p.13-33, 1997a.

_____. *O Que Faz a História Oral Diferente*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História, n.º 14, São Paulo, 1997b.

PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/UNESP, 1997.

_____. *Ao Sul do Corpo. Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

RIBEIRO, Vera Masagão. Uma Nova EJA para São Paulo. Disponível em: http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/capa_perfil.pdf . Acesso em: 12/07/2010.

RIVIERA, Jorge P. “Educação de Adultos em Áreas Urbanas marginalizadas”. In: *Anais do Encontro Latino-americano sobre a Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores*, Brasília, 1994.

ROMÃO, José Eustáquio; GADOTTI, Moacir (orgs). *Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta*. 11 ed. São Paulo, Cortez, 2010.

ROSEMBERG, Fúlvia. *A Educação da mulher no Brasil*. São Paulo: Global Ed., 1982.

_____. Educação formal, mulher e gênero no Brasil Contemporâneo. IN. *Revista de Estudos Feministas*. CFH/CCE – UFSC. V 9, n.º 02/2001.

_____.; AMADO T. Mulheres na escola. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.80, p.62-74, fev. 1992.

_____. A Educação de mulheres jovens e adultas no Brasil. In: SAFFIOTI, H. I. B; MUÑOZ-VARGAS, M. *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS; Brasília, DF: UNICEF, 1994. pp 27-62.

SAFFIOTI, H.I.B.; ALMEIDA, S. de S. *Violência de Gênero - Poder e Impotência*. Rio de Janeiro: Revinter,1995.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Revista Educação e Realidade, v. 20, n. 2. Porto Alegre, 1995.

_____. *Conversations with History – Joan Wallach Scott* – Institute of International Studies, University of California at Berkeley, February 26, 2009. Disponível em: <http://youandme.ws/conversations-with-history-joan-wallach-scott/> Acesso em 14/10/2012.

_____. *Prefácio a Gender and the politics of History*. Cadernos Pagu, Campinas, n.3, p. 11-27, 1994.

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS. *Pesquisa Origem-Destino da Região Metropolitana de Campinas 2011*. Disponível em: http://www.stm.sp.gov.br/odrmc/images/stories/ODRMC_2011_sintese.pdf Acesso em 12/02/2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *O que é, afinal, Estudos Culturais?*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOARES, Leôncio. *Aprendendo com a Diferença - Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos*. 1ª. Ed, Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

_____. As políticas de EJA e as necessidades de aprendizagem dos jovens e adultos. In: RIBEIRO, Vera. M. *Educação de jovens e adultos: novos leitores, novas leituras*. Campinas; Mercado das Letras, 2001. pp. 201-224.

_____.; “Do direito à educação à formação do educador de jovens e adultos.” in: SOARES, L. et ali (orgs.). *Diálogos na educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. pp. 273-289.

_____. (org.). *Educação de Jovens e Adultos – o que revelam as pesquisas*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

SOARES, Vera. *Movimento Feminista. Paradigmas e Desafios*. Revista de Estudos Feministas. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, N° Especial, 2° Sem. 1994.

SOUZA, Carlos Roberto Pereira de. *As Vozes dos Educandos do Projeto Educativo de Integração Social – PEIS*. Mestrado em Educação. Faculdade de Educação da UNICAMP, Campinas, 2011.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. 3ª ed. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMSON, Alistair. “Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias.” In: PERELMUTTER, D. & ANTONACCI, M. A. (org.). *Ética e História Oral*. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História da PUC-SP. São Paulo. n° 15, abr., 1997. pp. 51-84.

TONGLER, Beatriz & BASILE, Vicenzina T. S. *Gênero e Educação*. Coord. Esp. da Mulher. Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de São Paulo, 2003.

VIANNA, Cláudia & RIDENTI, Sandra. “Relações de Gênero e escola: das diferenças ao preconceito”. In: AQUINO, Júlio Groppa (org.) *Diferenças e Preconceitos na Escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1998.

VOLPE, Geruza Cristina Meirelles. *O direito à educação de jovens e adultos em municípios mineiros: entre proclamações e realizações*. 27ª Reunião Anual da ANPED, 2004, Caxambu. Anais da 27ª Reunião da ANPED, 2004. p.19.

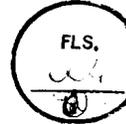
WOODWARD, Kathryn. “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.” In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p.07-72.

ZÚÑIGA, Mirian. “Educação de Adultos: um Espaço para o Desenvolvimento e Fortalecimento das Mulheres dos Setores Populares”. In: *Anais do Encontro Latino-americano sobre a Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores*, Brasília, 1994.

Anexo I



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA



LEI Nº 370, DE 01 DE FEVEREIRO DE 1996

"Dispõe sobre a criação da "Escola de Ensino Fundamental do Jardim Amanda", dos Cursos de 1º Grau e Suplência II do Município de Hortolândia e dá outras providências.

LUIS ANTONIO DIAS DA SILVA, Prefeito Municipal de Hortolândia, usando de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei.

Art. 1º - Ficam criados no Município de Hortolândia o Ensino Municipal de 1º Grau e o Curso de Suplência II (5ª a 8ª séries), de acordo com as orientações e diretrizes educacionais vigentes, a serem instalados, nos limites do Município, onde houver necessidade e interesse da administração.

Parágrafo único - O Curso de Suplência II tem por objetivo atender jovens com idade superior a 14 (quatorze) anos e 06 (seis) meses e adultos que não tiveram acesso ao ensino fundamental em idade própria.

Art. 2º - Fica criada, a Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) do Jardim Amanda, a ser instalada na unidade do Centro de Atendimento Integral à Criança e do Adolescente (CAIC), situado na Rua 23, s/nº, no Jardim Amanda.

§ 1º - Na Escola de que trata este artigo será instalado o Ensino Municipal de 1º Grau, bem como o Curso de Suplência II.

§ 2º - Será assegurado o funcionamento da Escola mencionada no "caput" deste artigo nos períodos diurno e noturno.

Art. 3º - A Escola Municipal de Ensino Fundamental, assim como os cursos de 1º Grau e Suplência II serão administrados pelo Departamento de Educação, subordinado à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal, 01 de Fevereiro 1.996.


- LUIS ANTONIO DIAS DA SILVA -
PREFEITO MUNICIPAL

(Publicado nos termos do artigo 108 e parágrafos, da Lei Orgânica Municipal de Hortolândia.)


- APARECIDO PASCHOAL -
CHEFE DE GABINETE

Anexo II

AUTORIZAÇÃO DE CESSÃO DE IMAGEM E VOZ

Pelo presente instrumento, autorizo CHRISTIANE EVELYN TEIXEIRA LEONCY, pesquisadora da UNICAMP, a divulgar, utilizar e dispor, na íntegra ou em partes, para fins institucionais, educativos, informativos, técnicos e culturais, o meu nome, minha imagem e som de voz, relativos à **entrevista** concedida no(s) dia(s) _____ de 2012 sem que isto implique ônus para a pesquisadora ou a instituição acima referida.

Nome: _____

CPF ou RG _____ Telefone: _____

Hortolândia, _____ de _____ de 2012.

Assinatura